

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA FERNANDA CHEREM CÔRTE BEZERRA DA SILVA

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FORMAS DE RESISTÊNCIA DOS
PESCADORES ARTESANAIS DO LITORAL DO PARANÁ

CURITIBA

2016

MARIA FERNANDA CHEREM CÔRTE BEZERRA DA SILVA

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FORMAS DE RESISTÊNCIA DOS
PESCADORES ARTESANAIS DO LITORAL DO PARANÁ

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPG – MADE) da Universidade Federal do Paraná – MADE da Universidade Federal do Paraná – UFPR, na linha de pesquisa Dinâmica e Gestão de Ambientes Costeiros como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dra. Natália Tavares de Azevedo

Coorientadora: Dra. Juliana Spínola

CURITIBA

2016

SI586c

Silva, Maria Fernanda Cherem Côrte Bezerra da
Conflitos socioambientais e formas de resistência dos
pescadores artesanais do litoral do Paraná / Maria Fernanda
Cherem Côrte Bezerra da Silva. - Curitiba, 2016.
127 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná.
Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em
Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Natália Tavares de Azevedo

Coorientadora: Juliana Spínola

1. Conflitos socioambientais. 2. Resistência. 3. Pesca artesanal
- Pescadores. 4. Pesca artesanal – Litoral do Paraná. I. Azevedo,
Natália Tavares de. II. Spínola, Juliana. III. Título. IV.
Universidade Federal do Paraná.

CDU 639.2(816.2)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr
Fone (Fax) 41- 3350 5764 Fone 41- 3350 5849
E-mail: made@ufpr.br Home-Page: www.ppgmade.ufpr.br

Ata da sessão pública da defesa de dissertação de mestrado para obtenção do grau de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento nº. 30. Aos trinta e um dias do mês de março dois mil e dezesseis, às 14h00 na Sede do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná - Setor de Ciências Agrárias foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos professores doutores: Natália Tavares de Azevedo (orientadora- UFPR), José Milton Andriguetto Filho (UFPR), Dimas Floriani (UFPR) para arguição da Dissertação de Mestrado apresentada pela candidata **Maria Fernanda Cherem Côrte Bezerra da Silva** intitulada "*Conflitos socioambientais e formas de resistências dos pescadores artesanais do litoral do Paraná*". A sessão foi presidida pela Professora Natália Tavares de Azevedo. Foi concedida a palavra a mestranda conferindo-lhe 60 minutos para exposição de seu trabalho. Concluída a exposição, passou-se a arguição sendo concedida a palavra a cada um dos examinadores, para realização de suas respectivas arguições tendo a mestranda tempo para suas respostas. Na sequência, a Professora Presidente retomou a palavra para as considerações finais. A banca reunida sigilosamente decidiu pela Aprovação da candidata. Em seguida, a senhora Presidente declara aprovada a mestranda, que recebeu o título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente sessão a qual será assinada pela Comissão Examinadora.

Curitiba, 31 de março de 2016.

Profª. Drª. Natália Tavares de Azevedo

Prof. Dr. José Milton Andriguetto Filho

Prof. Dr. Dimas Floriani

***“A chuva nunca para de cantar
A chuva nunca para de descer***

***E a chuva vem pequena e grandiosa
Acalenta ou revira o nosso lar”***

Cordel do Fogo Encantado

“Al fin y al cabo, somos lo que hacemos para cambiar lo que somos”

Eduardo Galeano

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer ao MADE por possibilitar que este trabalho fosse realizado e aos seus professores, que de alguma forma, contribuíram para as minhas reflexões. Dentre eles gostaria de ressaltar as reflexões feitas dentro da linha do Costeiro que possibilitaram meu maior entendimento acerca das dinâmicas do nosso litoral, tão complexo. Também gostaria de agradecer ao Professor Eduardo Harder da UFPR – Setor Litoral pela disposição em conversar comigo.

Agradeço também à CAPES por financiar essa pesquisa, que com certeza sem isso, ela não poderia ser realizada de tal forma.

Meus agradecimentos ao CEM pela disponibilidade dos barcos, essenciais na pesquisa de campo, e em especial ao Pedro, sempre tão paciente para marcar as saídas. Aos barqueiros Moisés, Abraão e Ronei por seus conhecimentos do mar e que através deles pudemos ter segurança nas nossas viagens de campo.

Meu muitíssimo obrigado à minha orientadora e amiga Natália Tavares de Azevedo que não mediu esforços para me ajudar nessa empreitada das ciências sociais, cujos conselhos e orientações foram de fundamental importância para que eu pudesse alcançar meus objetivos, além do companheirismo em todas as horas difíceis da vida durante esta pesquisa. Da mesma forma, agradeço à minha co-orientadora Juliana Spínola, também amiga, pelas informações, desabafos, correções minuciosas e todo o carinho durante este processo.

Quero agradecer de forma especial os professores Dimas Floriani e Lúcia Helena Cunha pelo tempo dedicado ao meu trabalho, pelas dicas, orientações, correções, pelo carinho atribuído a mim e pela abertura que sempre demonstraram às minhas dúvidas. Também gostaria de agradecer o professor Dimas pela possibilidade de me aproximar do referencial teórico utilizado nesta pesquisa através dos seminários da Casla, de grande importância para mim.

Meus sinceros agradecimentos para a turma do Mestrado III e Doutorado XI, pelas risadas, companheirismo, desabafos, bares, cantorias, enfim, a alegria! Agradeço por ter podido compartilhar um pouco de suas vidas, pelas discussões reflexivas ou não, e principalmente pela vontade e disposição em contribuir ao

programa. Em especial agradeço minhas companheiras de campo Giselle, Amanda e Carol, pela troca de informações, pela generosidade e pela felicidade de ter tido a companhia de vocês nessa empreitada difícil e prazerosa que é o campo.

Agradeço também aos meus amigos que tiveram a paciência de entender muitas vezes minha ausência e escutar minhas lamúrias e meus desassossegos nesta fase e principalmente pelo amor e carinho. Muito obrigada Alice, Mônia (obrigada pelo Abstract em tempo recorde amiga!!), Juliana, Isabela e Cleber. Vocês são meus pilares. Quero agradecer de forma especial o amigo Gustavo Elste que me emprestou seus conhecimentos em geoprocessamento de forma generosa e ao meu amigo Rafael que desde a escrita de meu projeto para entrada no MADE tem me ajudado de forma muito especial. Obrigada querido, você faz parte disso tudo!

Meu agradecimento cheio de amor à minha família, minha mãe Jane, minha irmã Maria, e minha filha Luara, pela confiança depositada, pela paciência de escutar meus desabafos, pelo amor e pela companhia. Gostaria de deixar claro que sem o apoio emocional e estrutural da minha mãe não seria possível a conclusão deste trabalho. Quero agradecer imensamente meu companheiro Ruberli pelas infinitas conversas sobre o tema dessa pesquisa, pelos contatos tão importantes que tive, pelas inúmeras reflexões sobre o mundo que de alguma forma estão neste trabalho, pelo amor e principalmente pelo companheirismo, sem o qual eu definitivamente não daria conta de realizar as etapas dessa pesquisa. Muito obrigada, você está sempre presente.

Por fim e mais importante, meu agradecimento sincero e profundo às comunidades pesqueiras visitadas pelo acolhimento, pelas conversas, pelos cafés, almoços e principalmente por compartilharem comigo seus anseios, suas angústias e suas histórias de vida e de luta que tanto contribuíram para a pessoa que sou hoje. Muitíssimo obrigada, sem vocês essa pesquisa não existiria, tão pouco quem sou hoje.

RESUMO

As políticas e estratégias relacionadas ao modelo hegemônico de desenvolvimento têm resultado em diversos conflitos de ordem socioambiental. No litoral do Paraná, as contradições deste modelo podem ser observadas através da atividade portuária, do uso balneário, bem como de modos de conservação da natureza, a partir da criação de Unidades de Conservação, especialmente as de proteção integral, que não levam em conta os usos tradicionais das populações locais. Diante desse cenário, estabeleceu-se como objetivo dessa pesquisa analisar os conflitos socioambientais nos quais estão envolvidas as comunidades pesqueiras no litoral paranaense, assim como as formas de resistência elaboradas pelos mesmos. Para isso os conflitos socioambientais foram classificados a partir da tipologia utilizada por Little (2001) e os modos de resistência analisados tomando como base os conceitos de resistência cotidiana proposta por Scott (2011) e da economia moral descrita por Thompson (1998). A formação de movimentos sociais também foi considerada uma forma de resistência, e para sua análise utilizou-se os conceitos de Sherer-Warren (2010) e Klandermans (1994). Os principais conflitos socioambientais encontrados estão relacionados à legislação ambiental e pesqueira, que restringe o uso e o acesso aos bens naturais e do território, destacando-se as Unidades de Conservação, e as ações de desenvolvimento como a atividade portuária e o uso balneário, que resultam em especulação imobiliária. Os modos de resistência observados nas diferentes comunidades pesqueiras abarcam um *continuum* que vão desde a resistência cotidiana, com mudanças nas formas de exploração dos bens naturais, até a formação de movimentos sociais que reivindicam a identidade coletiva de pescadores artesanais e caiçaras.

Palavras-chave: conflitos socioambientais, resistência, pescadores artesanais

ABSTRACT

Public policies and strategies related to a hegemonic developing model have led to several social and environmental conflicts. In the coast line of the state of Paraná, contradictions that come from such model can be found through port activities, beach exploration as well as conservation policies originated from the creation of Conservation Units, especially the ones which are stricter when it comes to traditional communities and the way these relate to the environment. In this scenario, it had been decided that the main aim of this research was to analyse the social and environmental conflicts involving the fishing communities from the coast line of the State of Paraná, as well as the ways they found to resist to such process. Therefore social and environmental conflicts were classified according to Little's typology (2001), resistance models according to a day-to-day resistance concept by Scott (2001) and the moral economy by Thompson (1998). Social demonstrations were also considered a resistance model, thus its analysis was done using Sherer-Warren (2010) & Klandermans (1994) concepts. The main social and environmental conflicts observed relate to environmental and fishing legislations, which limit the access and exploration of natural resources, especially at Conservation Units and the development of port activities and beach exploration, resulting in real state speculations. The resistance models observed are a continuum that starts at a day-to-day resistance, aimed to change the way natural resources are explored and goes to the creation of social movements which aim at fighting for the collective identity of the fishing communities originated from these areas.

Key-words: social and environmental conflicts, resistance, fishing communities

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ÁREA DO PORTO DE PARANAGUÁ E TRAÇADO DO CANAL DA GALHETA.....	39
FIGURA 2 – MAPA GERAL DO LITORAL DO PARANÁ.....	44
FIGURA 3 – MAPA DA LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS.....	44
FIGURA 4 – PLATAFORMA DA EMPRESA TECHINT EM PONTAL DO PARANÁ PARA EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL.....	45
FIGURA 5 – NAVIO EM TRÁFEGO DENTRO DA BAÍA DE PARANAGUÁ.....	46
FIGURA 6 – CONTRASTE ENTRE O PORTO DE PARANAGUÁ E O PESCADOR ARTESANAL NA BAÍA DE PARANAGUÁ.....	47
FIGURA 7 – AMPLIAÇÃO DA ÁREA PORTUÁRIA.....	47
FIGURA 8 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EXISTENTES NO LITORAL DO PARANÁ.....	51
FIGURA 9 – MAPA DA APA DE GUARAQUEÇABA E RESPECTIVAS COMUNIDADES.....	54
FIGURA 10 – DISPOSIÇÃO E CONFORMAÇÃO DAS VILAS DE PESCADORES DO LITORAL DO PARANÁ.....	58
FIGURA 11 – MAPA DAS COMUNIDADES VISITADAS.....	59
FIGURA 12 – COMUNIDADE DE GUAPICUM.....	61
FIGURA 13 – TRAPICHE DE GUAPICUM COM A MARÉ ALTA.....	62
FIGURA 14 – CASAS ELEVADAS DE GUAPICUM.....	63
FIGURA 15 – TUBULAÇÃO DE ESGOTO DE GUAPICUM.....	63
FIGURA 16 – PESCADOR DA PONTA OESTE PREPARANDO O ESPINHEL.....	67
FIGURA 17 – COMUNIDADE DA PONTA OESTE.....	67
FIGURA 18 – APETRECHOS DO CULTIVO DA OSTRAS E PESCA DA PONTA OESTE.....	68
FIGURA 19 – CANOAS DE BARRANCOS.....	69
FIGURA 20 – APETRECHOS DE PESCA DE BARRANCOS.....	70
FIGURA 21 – CANOA E APETRECHOS DE PESCA DE GUAPÊ.....	71
FIGURA 22 – PARTE DA COMUNIDADE DE MACIEL VISTA DA BAÍA DE PARANAGUÁ.....	72
FIGURA 23 – CANOAS EM RANCHO DE PESCA DE MACIEL.....	73
FIGURA 24 – MAPA DE ZONEAMENTO DA ESEC ILHA DO MEL.....	78

FIGURA 25 – UMA DAS CASAS DA COMUNIDADE DE GUAPÊ SENDO CONSTRUÍDA FORA DA RESTINGA.....	83
FIGURA 26 – CASA NOVA DE GUAPÊ FORA DA ÁREA DE RESTINGA.....	83
FIGURA 27 – PLACA EM MACIEL QUE ANUNCIA O DIREITO À TERRA PELO USUCAPIÃO DE UM MORADOR.....	86
FIGURA 28 – CERCA INSTALADA EM MACIEL PELA IMOBILIÁRIA DE PONTAL.....	86
FIGURA 29 – LOCALIZAÇÃO DA PONTA OESTE NA ILHA DO MEL.....	95
FIGURA 30 – CANAL DA GALHETA BEM PRÓXIMO À COMUNIDADE DA PONTA OESTE.....	95
FIGURA 31 – PROXIMIDADE DOS NAVIOS NO CANAL DA GALHETA VISTA DA ILHA DO MEL.....	96
FIGURA 32 - FAIXA QUE FAZ ALUSÃO AO DECRETO N. 8425 QUE RETIRA DIREITOS JÁ ASSEGURADOS DAS PESCADORAS ARTESANAIS.....	105
FIGURA 33 – MANIFESTAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	106
FIGURA 34 – “HÁ 25 ANOS O PARQUE NACIONAL DE SUPERAGUI DEGRADA A CULTURA DOS PESCADORES (A) ARTESANAIS E CAIÇARAS DE GUARAQUEÇABA.....	106

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – COMUNIDADES, TIPOLOGIA DOS CONFLITOS E MODOS DE RESISTÊNCIA.....	30
TABELA 2 – INFORMAÇÕES GERAIS DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ.....	40
TABELA 3 – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA.....	41
TABELA 4 – PROPORÇÃO DOS INDIVÍDUOS COM RENDA DOMICILIAR PER CAPITA IGUAL OU INFERIOR A R\$ 70,00 MENSAIS, DE AGOSTO DE 2010.....	42
TABELA 5 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO LITORAL DO PARANÁ.....	50
TABELA 6 – NÚMERO DE PESCADORES POR MUNICÍPIO NO LITORAL DO PARANÁ.....	57
TABELA 7 – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FORMAS DE RESISTÊNCIAS OBSERVADOS NO LITORAL DO PARANÁ.....	74

LISTA DE SIGLAS

ALL – América Latina Logística

ANP – Articulação Nacional das Pescadoras

CBB – Conservação Biológica da Biodiversidade

CEM – Centro de Estudos do Mar

CNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

COSEC – Conselho da Estação Ecológica de Guaraqueçaba

CPP – Comissão da Pastoral da Terra

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Rural

ENCONTTRA – Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra

ESEC – Estação Ecológica

F10P – Fórum Permanente Futuro 10 Paraná

FTA – Associação de Comércio Exterior

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICH – Integrações Culturais Humanísticas

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IFPR – Instituto Federal do Paraná

MOPEAR – Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná

MPP – Movimentos das Pescadoras e Pescadores Artesanais

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

PARNA – Parque Nacional

PEART – Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná em Movimento

PIB – Produto Interno Bruto

PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

UC – Unidade de Conservação

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

ZEE – Zoneamento Ecológico e Econômico do Litoral do Paraná

ANEXOS

ANEXO I – Questionário 1- Informantes-chave das Comunidades Pesqueiras.....	123
ANEXO II – Questionário 2- Mediadores Sociopolíticos.....	126

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 CRISE AMBIENTAL, OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA.....	4
2.1 A CRISE AMBIENTAL ATUAL E A LÓGICA DA COLONIALIDADE.....	4
2.2 DESENVOLVIMENTO E CONSERVAÇÃO DESDE UMA PERSPECTIVA ALTERNATIVA.....	9
2.3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	15
2.4 FORMAS DE RESISTÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS.....	17
2.4.1 Resistência.....	17
2.4.2 Das resistências cotidianas à formação de movimentos sociais: a questão da construção de identidades coletivas como ferramenta política.....	20
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	25
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	25
3.2 SELEÇÃO DE COMUNIDADES ESTUDADAS E PROCEDIMENTOS PARA O LEVANTAMENTO DE DADOS.....	26
3.3 PROCEDIMENTOS PARA ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	30
4 O LITORAL DO PARANÁ E AS COMUNIDADES PESQUEIRAS.....	32
4.1 CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA.....	32
4.2 ASPECTOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA.....	36
4.3 ASPECTOS SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS.....	39
4.4 NOVOS EMPREENDIMENTOS.....	43
4.5 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	47
4.5.1 Unidades de Conservação utilizadas pelos sujeitos da pesquisa.....	52
4.5.1.1 Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais.....	52
4.5.1.2 Parque Nacional do Superagui.....	53
4.5.1.3 Estação Ecológica de Guaraqueçaba.....	54
4.5.1.4 Estação Ecológica da Ilha do Mel.....	54
4.6 OS SUJEITOS DA PESQUISA: AS COMUNIDADES PESQUEIRAS.....	55
4.7 BREVE DESCRIÇÃO DAS COMUNIDADES VISITADAS.....	60
4.7.1 Guapicum.....	60
4.7.2 Ponta Oeste.....	64

4.7.3 Barrancos.....	68
4.7.4 Guapê.....	70
4.7.5 Maciel.....	71
5 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FORMAS DE RESISTÊNCIA NO LITORAL DO PARANÁ.....	74
5.1 CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS EM TERRA.....	75
5.1.1 Conflitos em torno do acesso à terra.....	75
5.1.2 Conflitos em torno do acesso aos recursos naturais.....	87
5.2 CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS EM MAR.....	89
5.2.1 Disputa pelos espaços e recursos pesqueiros.....	89
5.2.2 Legislação Ambiental e Pesca para o uso dos espaços e recursos da pesca.....	90
5.3 CONFLITOS EM TORNO DOS IMPACTOS GERADOS PELA AÇÃO HUMANA E NATURAL.....	93
5.4 CONFLITOS EM TORNO DO USO DOS CONHECIMENTOS AMBIENTAIS.....	97
5.5 MOVIMENTOS SOCIAIS E AGENTES POLÍTICOS ARTICULATÓRIOS...98	
5.1.1 Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP.....	98
5.2.2 Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná – MOPEAR.....	100
5.3.3 Professor e o caso da Ponta Oeste.....	107
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS	116
ANEXOS.....	123

1 INTRODUÇÃO

O termo “desenvolvimento” foi a palavra-chave para os planos globais para a América Latina após a Segunda Guerra Mundial afim de reorganizar a lógica da colonialidade, ou seja, as novas formas de exploração e controle dos países ditos subdesenvolvidos. Hoje, essa lógica da colonialidade assegura a apropriação de terra e de bens naturais, além da exploração do trabalho realizada pelos países desenvolvidos (MIGNOLO, 2008). Tais projetos de desenvolvimento elaborados e financiados por instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional tiveram consequências socioambientais desastrosas nos países chamados de terceiro mundo, vistos como locais a serem desenvolvidos (através da exploração de seus bens naturais) para a aceleração do crescimento econômico. Nesta lógica, os espaços naturais foram ressignificados como potenciais econômicos no sentido da exploração de seus bens naturais, através de uma prática de apropriação técnica, social e cultural do mundo material causando diversos conflitos de ordem social e ambiental (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). Dessa forma, pode-se dizer que grande parte dos problemas socioambientais que presenciamos hoje são fruto de uma crise de civilização baseada na cultura ocidental, na racionalidade da modernidade e na economia do mundo globalizado (LEFF, 2004).

Segundo Leff (2004), uma racionalidade ambiental, que assegure práticas sustentáveis, está vinculada a novas práticas sociais e novos atores políticos em um processo de emancipação que implica a descolonização do saber, ou seja, a retirada do domínio globalizador e único para a emergência de saberes locais que pratiquem a sustentabilidade. No contexto da globalização e na relação de poder entre o global e o local, as comunidades locais e os movimentos sociais resistem a esses processos econômicos e culturais que pressionam as suas organizações sociais, identidades e modos de se relacionarem com a natureza.

Segundo Escobar (2005), esses conflitos são de distribuição econômica, ecológica e cultural. A dimensão cultural impede que todos os conflitos sejam explicados somente pela lógica econômica. A dimensão ecológica é fundamental

já que essa problemática abarca os temas sobre acesso e controle dos recursos naturais que além de serem aspectos centrais de problemas e lutas atuais, ressaltam concepções e práticas culturais diversas em relação à natureza.

Muitos grupos mobilizam uma identidade como parte deste processo de resistência para assegurar direitos frente à esfera pública que já as reconhecem e por isso mantém políticas públicas específicas, como é o caso dos indígenas, quilombolas, faxinalenses, pescadores artesanais, entre outros (SOUZA, 2014). Além disso, identidades podem ser construídas socialmente e coletivamente como forma de resistência (CASTELLS, 1999; ESCOBAR, 2005). Por outro lado, identidades podem emergir a partir da ideia de dominação, quando são criadas ou silenciadas por terceiros ou instituições (MIGNOLO, 2008).

Os conflitos socioambientais podem se apresentar de distintas formas, podendo restringir o acesso aos recursos naturais, tanto em terra como em mar, podem emergir de impactos gerados pela ação humana, e ainda, podem ser em torno do uso dos conhecimentos ambientais de determinada população (LITLLE, 2001).

Diante desses conflitos socioambientais, as comunidades pesqueiras apresentam distintas formas de resistência. Dentro deste contexto, pode-se classificar três tipos de resistência que emergem de grupos subalternos como resposta a esses processos descritos acima. Há resistências que não alcançam a esfera formal ou pública como é caso das *resistências cotidianas* (SCOTT, 2011), ao contrário das resistências políticas como por exemplo as ligas à defesa da *economia moral* (THOMPSON, 1988) e os *movimentos sociais*, que interferem na organização política através de reivindicações de direitos (VIOLA RECASENS, 2008).

Esse cenário também se reproduz, com suas especificidades, no litoral do Paraná. Segundo Pierri (2003), trata-se de uma região que convive com o paradoxo da riqueza natural e da pobreza social, na qual os benefícios das atividades econômicas, especialmente a portuária e o turismo, não se revertem em bem-estar para a população local. Por outro lado, as comunidades locais se veem envolvidas em situações conflituosas, especialmente as comunidades pesqueiras, que sofrem pressão tanto das medidas de desenvolvimento, que

geram especulação imobiliária, quanto das formas de conservação da natureza, que cerceiam suas formas de acessar os bens naturais (PIERRI et al, 2006). Há indicativos de tendência de aumento desses conflitos, tendo-se em vista o cenário tanto de expansão das atividades portuárias (GÓES, 2014)., quanto das Unidades de Conservação, em muitos casos como medidas compensatórias de projetos de desenvolvimento (HARDER & FREITAS, 2012). Essa dinâmica tende a conferir conflitos socioambientais de diversas ordens para as comunidades tradicionais inseridas no litoral paranaense, assim como os pescadores artesanais, sujeitos dessa pesquisa (DUARTE & VARELLA, 2014; GUSSO *et al*, 2014; MONTENEGRO, 2014).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar os conflitos socioambientais decorrentes dos processos de desenvolvimento econômico e da conservação da natureza no litoral do Paraná, enfocando as formas de resistência dos pescadores artesanais a estes. Para alcançar este objetivo, estabeleceu-se como objetivos específicos: a) determinar quais conflitos existentes quanto à conservação da natureza; b) estabelecer quais conflitos socioambientais referentes aos projetos de desenvolvimento; c) analisar os processos de resistência das comunidades pesqueiras frente aos conflitos de ordem conservacionistas e d) estabelecer quais tipos de resistência são realizadas perante os conflitos gerados a partir dos projetos de desenvolvimento. Para tanto, se propõem utilizar recursos metodológicos qualitativos como entrevistas semi-estruturadas, encontros informais e observação direta.

O presente trabalho está composto por 5 principais tópicos, além da introdução. No tópico 2 são discutidas à luz da teoria colonial a crise socioambiental de uma forma geral, o modelo de desenvolvimento e de conservação da natureza sob uma perspectiva alternativa, os conflitos socioambientais e as formas de resistência. Ao longo do tópico 3 estão descritas as metodologias utilizadas, bem como a caracterização da pesquisa, a seleção das comunidades e os procedimentos de organização e análise dos dados. O tópico seguinte foca na caracterização do litoral do Paraná e as comunidades pesqueiras. O tópico 5 avalia os conflitos existentes e os processos de resistência existentes nas comunidades visitadas, e por fim, no tópico 6 se apresentam as considerações finais.

2 A CRISE AMBIENTAL, OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA

2.1 A CRISE AMBIENTAL E A LÓGICA DA COLONIALIDADE

A crise ambiental decorrente do atual modelo de desenvolvimento se expressa como diferentes e diversificados problemas ambientais. Entre estes, pode-se citar a poluição e alteração nos níveis de gases da atmosfera, alterações climáticas, uso inadequado dos recursos hídricos, resultando em escassez e contaminação por falta de tratamento adequado de efluentes, perda da biodiversidade e extinção de diversas espécies, uso inadequado, contaminação e erosão do solo, entre muitos outros. A preocupação se deve ao fato de que estas alterações estão sendo feitas em um nível maior e mais rápido do que o nível de autorregulação e a capacidade de recuperação da natureza (FOLADORI & PIERRI, 2005).

Esta degradação ambiental, somada ao avanço da desigualdade social e da pobreza, são sinais, segundo Leff (2001), de uma falha e uma crise de civilização cujas origens estão na concepção de mundo que serve de base à civilização ocidental, bem como nas formas capitalistas de produção (FOLADORI, 2001). Uma série de respostas tem sido construídas para o enfrentamento da questão ambiental, que vão desde formas de reformismo fraco e propostas questionadoras da ordem vigente (HOPWOOD *et al*, 2005).

Desse modo, pode-se dizer que a reflexão sobre as questões ambientais emerge não somente para assegurar, através da ciência e tecnologia, a continuidade indefinida do desenvolvimento baseado na mesma lógica capitalista de mercantilização da natureza. As questões acerca dos problemas ambientais propiciam também a emergência de uma reflexão sobre a construção social do mundo atual. Mundo esse hibridizado, que constrói e reconstrói subjetividades, identidades e sentidos a contracorrente deste projeto hegemônico moderno (LEFF, 2001).

A expansão do modelo de produção e desenvolvimento baseados na lógica capitalista de exploração e espoliação de força de trabalho e de recursos naturais acarretou no avanço global desta racionalidade econômica. Assim, por

ser hegemônica, passa a subalternizar outros meios e modos de organização social e ignora, subordina e oprime diferentes culturas. A lógica capitalista proveniente dos países do Norte (DUSSEL, 2005 *apud* SCHERER-WARREN, 2010) tem se colocado de maneira ofensiva às complexas comunidades ou povos dos países do Sul e que ainda se encontram às margens do modelo hegemônico global, no momento em que o objetivo de crescimento econômico é imposto a partir de um aparato técnico e político que sobrepuja e nega seus contextos culturais e históricos.

Há que se destacar, contudo, que o próprio sistema hegemônico incorpora as críticas ambientalistas feitas por distintas correntes, resultando em formas capitalistas de conservação da natureza (CASTREE & HENDERSON, 2014). Essas formas também resultam em pressões sobre comunidades que ainda se encontram marginalmente inseridas e que detêm práticas e saberes locais na relação com a natureza, uma vez que restringem seu acesso aos bens, seja por meio de leis e normas que limitam suas práticas tradicionais, seja por meio de perda de território pela criação de áreas naturais protegidas.

Segundo Escobar (2005), três esferas (ecológica, cultural e econômica) precisam ser articuladas para se chegar a considerações mais pertinentes acerca da crise socioambiental. O eixo central deste trabalho será a apropriação de bens naturais e território baseados nas identidades de povos e comunidades tradicionais¹, incluindo a discussão das dimensões econômicas que muitas vezes pautam esses conflitos.

Os conflitos sobre o acesso e controle dos recursos naturais, ou de distribuição ecológica, são complexos tanto do ponto de vista ecológico como do político, não podendo ser resolvidos apenas de uma perspectiva econômica e técnica, como propõem algumas correntes do pensamento, por exemplo, a modernização ecológica (ZHOURI E LASCHEFSKI, 2010). O modo de produção capitalista acarreta em uma distribuição desigual dos bens naturais e assim, nega os processos ecológicos e também os processos culturais que estão na base da relação e valorização de uma comunidade com o mundo natural, muito

¹ Consideramos a terminologia “Povos e Comunidades Tradicionais” referente à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) instituída no Decreto n. 6.040 que reflete na definição desta terminologia através da Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

diferenciadas entre si e que caracterizam as percepções e práticas que atuarão para a saúde ou degradação deste meio ambiente. Sendo assim, os fatores culturais, além dos econômicos e ecológicos, definem a forma de utilização dos bens naturais.

Movimentos sociais juntamente com parceiros como agentes políticos articulatórios, pesquisadores e militantes da área ambiental e ONGs têm mobilizado essa dimensão cultural para definir práticas de sustentabilidade, e assim, defender o uso de bens naturais e território. Desta forma, a diversidade cultural se agrega à diversidade biológica, podendo revelar maneiras diferentes de produção, sustentabilidade e proteção ambiental (ESCOBAR, 2005).

A América Latina se constituiu, desde sua colonização, como um novo padrão de poder mundial e por isso é considerada como a primeira identidade da modernidade. Para as populações deste continente, esse processo acarretou uma re-identificação histórica, atribuídas desde o ocidente. Baseada na ideia de raça, os seus habitantes são considerados inferiores nas relações de poder e dominação a partir do controle do trabalho e de seus bens naturais para sustentar o capital e o mercado mundial, ou seja, define-se uma nova estrutura de relações de produção, o capitalismo mundial (QUIJANO, 2000; QUIJANO, 2014).

Historicamente, o discurso hegemônico para o desenvolvimento da América Latina e Caribe tem sido utilizado desde o pós-guerra para que a versão ocidental de modernidade e desenvolvimento pudesse substituir quaisquer outras formas de organização, ou seja, para reorganizar a lógica da colonialidade. Lógica essa construída no “Terceiro Mundo” e países “subdesenvolvidos” para que novas formas de exploração e controle fossem estabelecidas. Além disso, a matriz racial, colocada em escalas de poder desiguais confere às identidades não-ocidentais um caráter de “subdesenvolvidas” (MIGNOLO, 2008).

Quijano (2014) afirma que a colonialidade nasce no processo de colonização latino-americana e que ao longo desses 500 anos ela se dá de forma mais profunda e duradoura que a anterior. Para o capitalismo, a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos e se baseia na imposição de uma

classificação racial e étnica originando o padrão de poder operando em diversas dimensões, como a material e subjetiva, no cotidiano e na sociedade. Novas identidades sociais da colonialidade são formadas (negros, índios, amarelos, brancos e mestiços)². Essas relações intersubjetivas, as quais se consolidam também pelas necessidades do capitalismo, novas relações de dominação são formadas a partir da hegemonia eurocentrada, originando a modernidade (QUIJANO, 2014). Neste sentido a emergência que ocorre hoje na construção de identidades coletivas pode vir a valorizar essas identidades consideradas subalternas como a de pescadores artesanais, por exemplo.

Essa perpetuação da lógica da colonialidade se dá também pela apropriação de terra e de bens naturais e massiva exploração do trabalho através de programas de livre comércio (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio - NAFTA ou Associação de Comércio Exterior - FTA, por exemplo). Dentro deste contexto, muitos movimentos sociais têm contestado de forma organizada a esse modelo de desenvolvimento e modernização capitalistas (como Via Campesina, o Fórum Mundial de Pescadores, Amigos Internacionais da Terra, as Nações de Indígenas do Equador, etc.) (MIGNOLO, 2008).

Todo este contexto global onde uma construção epistêmica do desenvolvimento como crescimento econômico ilimitado e onde o bem-estar estaria relacionado somente ao poder do capital e consumo, se reflete localmente. No Brasil diversas identidades emergem para desconstruir essa noção hegemônica do desenvolvimento e do progresso a partir de suas práticas culturais e sociais e pela noção do território. Entre elas, as pescadoras e pescadores artesanais muitas vezes são subalternizados pelas instituições do mercado e do próprio Estado, que cada vez mais se utiliza de estratégias de controle e de acumulação do capital desempenhando um papel simplificador da complexidade social (MONTENEGRO, 2014).

O processo de globalização, o intercâmbio monetário, intelectual e cultural mobiliza e determina o domínio de uma racionalidade econômica sobre os

² Neste sentido, usamos aqui o conceito de identidades racializadas de Mignolo: algumas identidades foram construídas a partir do Ocidente geopolítico utilizando o critério da raça, e assim, foram inferiorizados etnicamente diferentes grupos como “índios” e “negros”. Mignolo ressalta que a própria “raça branca” teria nascido no momento em que o Europeu encontra os povos originários da América Latina ou as diversas etnias africanas, e vice-versa (MIGNOLO, 2008).

demais processos de mundialização. Assim, homogeneiza os padrões de produção e consumo criando um embate acerca da sustentabilidade baseada na diversidade ecológica e cultural (LEFF *et al*, 2002). A universalização destes intercâmbios comerciais inicia um processo que Leff (2005) chama de “5 séculos de economização do mundo”, onde um modelo econômico autoritário e fundamentalista impossibilita que pensemos e atuemos conforme os limites da natureza, respeitando a vida e as diferentes culturas. Desde o pensamento ocidental a natureza é coisificada, mercantilizada e desprovida de sua complexidade ecológica, convertida em matéria-prima para a produção, ou capital natural, para que assim, a economia possa se afirmar como soberana nos processos sociais, ecológicos e culturais.

No Brasil, tanto as discussões teóricas quanto as experiências empíricas deixam claro que eixos de desenvolvimento econômicos realizados são ambientalmente insustentáveis e socialmente injustos. A visão reducionista da economia como crescimento econômico e consumo, a apropriação de bens naturais para os meios de produção, o uso de territórios e espaços públicos para fins específicos do mercado geram exclusão e expropriação de grupos sociais e envolvem questões como saúde, cultura, preservação ambiental, bens e serviços. Essa apropriação dos espaços e bens para atender ao mercado globalizado no Brasil, como em outros países vulneráveis, está associado às *commodities*, onde gêneros agrícolas, minérios e seus processamentos são produzidos em larga escala, além de possuírem seus preços definidos internacionalmente e possuem baixo valor agregado (PORTO & MILANEZ, 2009).

Os países especializados neste tipo de comércio, que atende ao mercado global e principalmente aos países do primeiro mundo, no que diz respeito à matéria-prima para produção industrial, estão em um processo de vulnerabilidade crescente. Esse processo, ainda dentro da lógica da colonialidade, é injusto já que os países que importam matéria-prima a baixo custo não pagam os custos ambientais e sociais envolvidos na extração e processamento da mesma. Porto & Milanez (2009) afirmam essa vulnerabilidade alegando que o mercado internacional é marcado pelo comércio injusto entre o centro (países ditos desenvolvidos) e a periferia do mundo. Os autores apontam

ainda que esse comércio produz um metabolismo social que intensifica as desigualdades sociais e a degradação do meio ambiente já que esses fluxos não incorporam as degradações ambientais tampouco os efeitos sociais da concentração de renda e poder para as populações, caracterizando casos de conflito e (in)justiça ambiental.

2.2 DESENVOLVIMENTO E CONSERVAÇÃO DESDE UMA PERSPECTIVA ALTERNATIVA

O Brasil foi um dos últimos países a aderir à onda internacional de criação de Parques. Desde a colonização já eram discutidas estratégias para conservação e preservação de áreas naturais com objetivo de assegurar o controle e o manejo sobre determinados bens naturais, como a madeira ou a água. Esse modelo de apropriação de terra e bens já era aplicado em grande parte da Europa (a madeira por exemplo, assegurado o seu manejo através dessa estratégia, foi de grande importância militar para construção de navios). Nesta época, no Brasil, a criação do Regimento do Pau-Brasil, com sérias restrições para a extração da madeira, deixa muito claro a estratégia da conservação da época, onde as leis ambientais serviam de escudo para apropriação da natureza que o Estado ou as coroas julgavam de seu domínio econômico (MEDEIROS, 2005).

Nesta lógica, nem sempre as áreas protegidas eram limitadas e cercadas. Somente a partir da percepção de um mundo com recursos finitos, com a crescente industrialização e suas drásticas consequências ambientais e o conhecimento de uma complexa dinâmica da natureza é que as áreas protegidas seriam então delimitadas e o acesso do ser humano restrito. No Brasil já republicano, a evolução das políticas ambientais e movimentos ambientalistas acarretou finalmente, em 1937 a criação do primeiro Parque, o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro e a responsabilidade de criação e gestão de áreas protegidas foram então formalizadas para a União e os Estados (MEDEIROS, 2005).

Este início de desenvolvimento das áreas naturais protegidas no Brasil teve forte influência das políticas ambientalistas norte-americanas,

particularmente dos EUA, um país que difere da América Latina (e do Brasil) ambiental e socialmente. Desta forma, pode-se atribuir o fracasso das relações entre a criação das Unidades de Conservação através do modelo atual dominante e as populações tradicionais latino-americanas e, conseqüentemente, brasileiras. Este modelo carrega consigo uma visão da relação sociedade-natureza importado juntamente com conhecimentos científicos norteadores referentes à escolha da área, tipologias das UCs, bem como do manejo e gestão das mesmas (DIEGUES, 1999).

Desde o período da ditadura militar até meados dos anos 2000 a política ambiental brasileira foi sendo desenvolvida. Diversas tipologias foram criadas, após a criação de diferentes órgãos ambientais. Essa mobilização, gerou, em 2000 a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), objetivando os critérios de criação e gestão de áreas protegidas antes dispersos entre os diferentes órgãos ambientais (MEDEIROS, 2005).

O SNUC foi criado em amplo debate de diferentes entidades como ONGs, comunidades tradicionais, ambientalistas, cientistas, organizações privadas, entre outros. As divergências entre esses grupos e a solução para a existência de comunidades nas áreas de conservação resultou na adoção de uma estratégia que se chamou de Desenvolvimento Sustentável, através do uso sustentável dos recursos naturais (Lei 9.985/2000, Art. 2, II) (TEIXEIRA, 2005). Segundo a autora, a noção de desenvolvimento sustentável deve ser utilizada com cautela devido ao próprio conceito de sustentabilidade e também pelas dificuldades sociais, econômicas e ambientais de sua implementação em uma sociedade capitalista.

Desta forma, a estratégia acima citada adota a ideia de controle do uso de bens naturais por parte das comunidades tradicionais que habitam as áreas protegidas com base em entidades como União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN) e UNESCO. Este controle sobre o uso dos recursos naturais prioriza a conservação em detrimento das populações (muitas vezes pobres), já que dificultam a reprodução social das mesmas e em alguns casos seu deslocamento (TEIXEIRA, 2005). Este raciocínio parte do pressuposto de que toda relação sociedade-natureza é degradante para o mundo natural (a

wilderness norte-americana), desconsiderando outras relações com a natureza que não sejam a da sociedade moderna. Sendo assim, toda forma de vida social, mesmo aquelas que já estavam há muitas gerações em seus territórios, deverão estar longe das áreas naturais protegidas (DIEGUES, 1999).

A criação destas áreas protegidas na lógica das sociedades modernas trouxe graves conflitos sociais e culturais para as sociedades tradicionais da América Latina. Tais conflitos começam a emergir principalmente a partir da década de 1970 quando as comunidades tradicionais começam a se organizar e em alguns casos, a resistir a realocações de seus territórios tradicionais (DIEGUES, 1999).

Movimentos sociais começam a reivindicar a continuação e legalização de suas práticas no que se refere ao uso do território e bens naturais incorporando então a questão ambiental em suas causas. Quase que paralelamente, o Brasil criava o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) com categorias onde o uso sustentável dos recursos era permitido (categorias como Resex, RDS e APA)³, (TEIXEIRA, 2005). Neste processo, diversos autores latino-americanos, indianos e inclusive europeus têm estudado o desenvolvimento de tais conflitos e apontado como causa de insucessos de muitas áreas protegidas justamente o conceito norte-americano de *wilderness* (DIEGUES, 2001). Desta forma, a concepção de áreas protegidas selvagens e a visão deturpada da relação de povos e comunidades tradicionais com a natureza como sendo necessariamente predatória começa a ser questionada. Passa-se a constatar que muitas áreas naturais manejadas por algumas populações se mantinham florestadas e com alta biodiversidade. Além destas constatações de ordem mais técnicas, argumentos de ordem ética, política, cultural e ecológica entram na discussão das UCs em relação às comunidades tradicionais que vivem há muitas gerações nestes locais e que são os responsáveis pela sua existência e preservação através de técnicas tradicionais ligadas aos recursos naturais (DIEGUES, 1999).

³ Resex: Reserva Extrativista; RDS: Reserva de Desenvolvimento Sustentável; APA: Área de Proteção Ambiental.

Outra discussão que começa a ser presente é de que o modo hegemônico de criação de áreas protegidas possui um alto custo social e político por ser autoritária e ser uma ação “de cima para baixo”, realizado sem a participação e o consentimento das comunidades. Esse alto custo político é muitas vezes viável pela participação financeira de países do Norte, de bancos multilaterais e de megaorganizações preservacionistas também destes países. Além disto, passam a ser questionados conceitos antigos de que todas as práticas realizadas por alguns grupos seriam danosas como a queimada, por exemplo, que hoje já é considerada por alguns cientistas como responsáveis pela regeneração de espécies, além de noções de equilíbrio ecossistêmico e clímax. Pesquisadores que se baseiam na ecologia social afirmam que o ser humano também é responsável pela biodiversidade encontrada em algumas áreas pela forma de manejo e a domesticação de espécies e desta forma contestam o conceito puramente biológico da biodiversidade. Esse aporte teórico utiliza principalmente a antropologia e suas ramificações. Neste sentido, a natureza “selvagem” é vista como uma co-evolução entre humanos e a natureza (DIEGUES, 1999).

Outra questão apontada por Diegues (2001) é o confronto entre dois saberes, o tradicional e o científico e suas relações de poder. Por um lado, temos um saber dos povos e comunidades tradicionais acumulados há muitas gerações sobre as dinâmicas e ciclos da natureza, como marés, reprodução e migração de fauna, influência lunar no corte de madeira e na pesca, entre outros, acerca do manejo dos recursos naturais e o equilíbrio entre o uso desses recursos e a escassez dos mesmos. E de outro temos o saber científico que muitas vezes desconhece ou despreza os conhecimentos tradicionais. Aqui se instala uma dinâmica de poder, onde as decisões e legislações acabam por se utilizar somente dos saberes científicos acerca dos ecossistemas, muitas vezes insuficientes para uma gestão capacitada de tais recursos e que abarca a visão hegemônica da natureza intocada, autorregulada, equilibrada, e, portanto, enxerga as práticas humanas como sendo universalmente devastadoras.

A inclusão das comunidades tradicionais nas decisões de gestão e manejo das UCs de uso sustentável é assegurada, através do SNUC, com diferentes estratégias como conselhos consultivos ou deliberativos, divulgação

de informações, cogestão, entre outras, através da Lei n. 9.985/2000 (TEIXEIRA, 2005).

O fracasso da civilização industrial moderna em manejar os bens naturais pode estar atrelado ao fato da ciência, obra e fundamento da modernidade, não valorizar os saberes de distintos grupos sociais, ou seja, bases epistêmicas distintas da ciência moderna. Grupos esses que empiricamente construíram seu conhecimento sobre o manejo destes mesmos recursos utilizados pela ciência para distintos fins (TOLEDO & BARRERA-BASSOLS, 2008).

Levi-Strauss (1962) (*apud* Toledo & Barrera-Bassols, 2008) reconhece que as práticas e saberes de grupos pré-industriais acerca do manejo dos bens naturais é um processo que envolveria uma construção de um conhecimento empírico que leva a utilidade prática de tais técnicas desenvolvidas. Para o autor, esse processo é científico, ao que ele denomina “ciência neolítica” separando-a da ciência hegemônica, a qual ele denomina “ciência moderna”.

Neste sentido, Cunha (2008) em sua pesquisa com pescadores artesanais sugere que embora a construção do conhecimento dos grupos estudados acerca das questões biofísicas ligadas à atividade da pesca seja feita de forma distinta à ciência moderna, ela se aproxima das operações mentais do conhecimento científico formal baseadas na “observação, classificação e experimentação de suas práticas produtivas” (CUNHA, 2008, p. 5). Além disto, a autora reitera que é através desse conhecimento secular que os pescadores viabilizam seus sistemas de produção e adaptação que conferem o espaço marítimo como um espaço sociocultural próprio. Desta forma, dentro do contexto de sua pesquisa, Cunha (2008) relata que os modos tradicionais do conhecimento são complementares aos modos modernos do conhecimento exemplificado através do uso de ambos na questão meteorológica tão importante na atividade pesqueira (o uso do conhecimento tradicional atrelado ao uso de tecnologias meteorológicas).

Neste raciocínio, a autora coloca que (Cunha, 2008, p.8):

Considerando que os pescadores estão imersos em processos modernizantes (...), um projeto amplo de sustentabilidade tanto no plano

social como ambiental exige paradigmas criativos e inovadores, que possam colocar em novos termos a relação tradição e modernidade como processos que possam produzir novos arranjos socioculturais e ambientais.

Toledo e Barrera-Bassols (2008) listam uma série de estudos que demonstram o êxito das práticas chamadas “tradicionais”. Utilizadas na agricultura e pesca, por exemplo, permitem tanto o produtor individual como a sua coletividade cultural sobreviver ao longo do tempo sem esgotar sua fonte de bem natural. Essas técnicas formuladas e reformuladas ao longo do tempo são, além de tradicionais, contemporâneas. Formando uma espécie de síntese entre a tradição e modernidade, são viáveis contemporaneamente e podem ser, em alguns casos, técnicas mais eficientes e menos nocivas que as ocidentais ou modernas. Cortés e Ríos (2011) indicam que o conhecimento das práticas e saberes de pescadores artesanais podem indicar novas estratégias de desenvolvimento territorial e manejo dos recursos naturais e fundamentais para se pensar alternativas para a gestão pesqueira que visam a sustentabilidade dessa atividade e dos ambientes costeiros.

Desta forma, agregar os conhecimentos tradicionais, ou que Leff (2009) denomina de “saber ambiental”, aos conhecimentos acadêmicos e juntos buscar soluções de gestão e manejo dos bens naturais é fundamental. Os diversos modelos alternativos de desenvolvimento devem ser levados em consideração quando falamos de sustentabilidade e respeito às diferentes formas de viver e de se relacionar com a natureza. Para tanto, Leff (2009) propõem um diálogo de saberes de diferentes culturas que orientem o conhecimento para um futuro sustentável baseado na construção de um saber social. Saber esse que é apropriado por diferentes culturas e racionalidades. Desta forma, “o saber ambiental proporciona novas significações sociais, novas formas de subjetividade e posicionamentos políticos perante o mundo” (LEFF, 2009, p.19).

Ainda dentro desse contexto Gudynas & Acosta (2008) trazem a discussão acerca de alternativas ao desenvolvimento e à ideia de progresso desde os povos marginalizados. A partir do conceito de *Buen Vivir*, racionalidade proveniente dos povos originários, pode-se apresentar uma nova oportunidade para construir um novo modelo societário, outras relações com a natureza e com

os bens naturais a partir do reconhecimento de diferentes valores culturais. Gudynas (2001) aponta alguns preceitos acerca dessa mudança: o debate acerca do desenvolvimento e alternativas ao desenvolvimento seria composto por algumas ações, entre elas, a união entre a academia e os movimentos sociais, profundas modificações nas relações com a natureza, outra postura ética, papel de protagonismo de atores antes subordinados, recuperação de saberes de diferentes culturas (principalmente a de povos originários) e o intercâmbio cultural. Tais preceitos romperiam com a ideia de progresso, e, portanto, da modernidade.

2.3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Segundo Little (2001), os conflitos socioambientais podem ser definidos como uma disputa entre grupos sociais que possuem distintas relações com o meio natural. Neste sentido, os conflitos representam um campo de estudo e também um campo de ação política. Os conflitos socioambientais, segundo Little (2001), podem ser classificados em três subtipos principais: (i) Conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais; (ii) Conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural; (iii) Conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais.

O primeiro deles implica na realidade de que todo bem natural está inserido em um território e assim abarcam uma disputa territorial. Estes possuem uma dimensão política onde se inserem decisões acerca da distribuição desses recursos, uma dimensão social onde a disputa se dá pelo acesso aos recursos e, por fim, uma dimensão jurídica, onde a disputa do controle dos recursos se dão de modo formal (LITTLE, 2001). Neste trabalho consideraremos 2 tipos de conflitos acerca dos recursos naturais, um para questões ligadas ao uso e apropriação da terra e outro para uso e apropriação dos espaços em mar (pesqueiros).

Os conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana para assegurar o desenvolvimento econômico desencadeiam efeitos de ordem natural e social. Em muitos casos os beneficiários da renda e capital gerados não estão incluídos nas populações pertencentes a estes territórios degradados.

Portanto, eles não sofrem ação direta de tais impactos, que podem ser a contaminação do ambiente, escassez ou esgotamento de recursos naturais e degradação de ecossistemas. Por último, os conflitos referentes aos usos dos conhecimentos envolve três diferentes percepções: conflitos ao redor da percepção de riscos, como é o caso dos transgênicos, onde não se sabe os reais riscos à saúde humana e ao ambiente; conflitos que envolvem o controle formal dos conhecimentos acerca da natureza, onde geralmente conhecimentos de comunidades e povos tradicionais, passados de gerações a gerações pela oralidade, são apropriados pela lógica ocidental da formalidade; e finalmente conflitos em torno dos lugares sagrados que muitas comunidades tradicionais mantêm para práticas ambientais, culturais, religiosas, entre outras. A apropriação desses territórios para exploração dos bens naturais por outros grupos (mineradoras, por exemplo) gera conflitos acerca das diferentes percepções e valores atribuídos aquele lugar (LITTLE, 2001).

Cada conflito possui suas próprias bases de geração, com características particulares. Para a análise dos mesmos, é preciso utilizar ferramentas metodológicas e analíticas das ciências sociais a partir de uma contextualização ambiental, geográfica e histórica. Porém, em geral, os conflitos se dão entre grupos sociais distintos, onde a lógica capitalista entra em um embate com a finitude dos bens naturais. Nestes casos, o conflito entre a utilização industrial dos bens naturais por parte de empresas e o uso direto desses mesmos recursos por comunidades tradicionais é praticamente inevitável devido aos distintos sistemas de produção (LITTLE, 2001). Neste sentido, a sustentabilidade das práticas de reprodução social de diferentes populações se apresenta ameaçada, seja pela ação do Estado, pelas atividades econômicas voltadas à acumulação do capital ou pelo modelo global econômico em si (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). No caso da América Latina, a ação conjunta do Estado e empresas conforma um cenário de conflitos e disputas seja por território ou recursos naturais que podem gerar riscos, como é o caso dos projetos portuários ou áreas destinadas à conservação da natureza, por exemplo.

Dentro do campo da disputa por território e seus bens naturais Acsreirad (2004) aponta uma importante percepção: essa disputa é técnica, ou seja, os modos de uso, transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de

materiais nos territórios, resultante de um conjunto de saberes, são historicamente constituídas com lógicas definidas de distribuição onde se definem dinâmicas padrões de reprodução social. Sendo assim, a técnica ou modo de utilização dos bens naturais é também definida pelas formas culturais de apropriação do mundo natural, determinada por categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas. Embora as formas técnicas de apropriação do mundo material definam muitas vezes grupos sociais (agricultores, extrativistas, mineradores, entre outros), tais técnicas não representam simplesmente respostas às restrições do meio biofísico, senão trazem em si as opções de sociedade e modelos culturais prevaletentes, ou seja, projetam no mundo diferentes significados para determinado território.

2.4 FORMAS DE RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS

2.4.1 Resistência

Diante do cenário de expansão da matriz capitalista de relações de produção e sua racionalidade econômica limitada, bem como a instituição de modos capitalistas de conservação da natureza, observa-se que distintos grupos e/ou comunidades, se vêm afetados no que diz respeito à sua reprodução social.

Esse processo, contudo, não se dá sem reação. Observa-se, portanto o desenvolvimento de estratégias de resistência que podem ir desde a simples reação e adoção de estratégias alternativas de sobrevivência, e, portanto, cotidianas, até estratégias claramente politizadas e dirigidas ao espaço público. Nesse *continuum* de formas de resistência, encontram-se também formas intermediárias, que articulam práticas cotidianas e a formação de estratégias politizadas (VIOLA RECASENS, 2008).

Assim sendo, as formas de resistência que vão além das questões por sobrevivência podem ser entendidas como formas de mitigar ou rejeitar as demandas feitas por grupos hegemônicos. No início desse *continuum*, observa-se as resistências cotidianas (SCOTT, 2011) que possuem um caráter informal e não buscam objetivos públicos e simbólicos, além de procurar resultados mais

imediatos e assim obter uma resposta mais rápida, apesar de não contestar as definições formais de hierarquia. Por outro lado, as resistências que alcançam a esfera pública, os setores político e institucional conferem formalidade e preocupação com a mudança sistemática e mudanças a longo prazo (SCOTT, 2011).

Desta forma pode-se identificar as formas de resistência que não alcançam a esfera pública, colocadas por Scott (2011), como formas cotidianas de resistência camponesa. Segundo o autor, trata-se ação desenvolvida por grupos desprovidos de poder, que não constituem necessariamente uma ação coletiva, mas que emergem de desobediências passivas, em relutâncias, dissimulação, falsa submissão, pequenos delitos, sabotagens, etc., que em alguns casos podem vir a se tornar ações de resistências violentas. Necessitam de pouca organização, podem muitas vezes requerer bem-estar individual e não entrar em confronto com autoridades ou instituições. Essas formas de resistências muitas vezes são a única opção para grupos subalternos que possuem poucas possibilidades de mudança desse status, e requerem, entre outros direitos, o uso da terra, de recursos naturais ou permanência em seus territórios (SCOTT, 2011).

Não possuindo líderes ou organização formal, esse tipo de resistência deve ser considerado legítimo já que em alguns casos exemplificados por Scott (2011) conferiu grandes resultados, podendo desestruturar ações e normas econômicas ou políticas planejadas por outros. Neste contexto, as resistências cotidianas são muitas vezes silenciosas e não visibilizadas e podem fazer com que certos grupos não organizados politicamente sejam vistos como submissos, medrosos ou cautelosos (SCOTT, 2011).

Articulando práticas cotidianas e um processo de politização e reivindicação pode-se situar as noções desenvolvidas por Thompson (1998) sobre a *economia moral*, que se refere às ações populares ou “motins da fome” do século XVIII na Inglaterra, na luta contra a alta dos preços e contra a exportação de seu alimento básico, o pão. O que importa aqui é que, segundo o autor, a análise dessas resistências frente às ações do mercado de grãos da época não pode ser analisada somente do ponto de vista reducionista de que a

causa desses motins seria exclusivamente econômica. Para Thompson (1998), o homem econômico era também um homem possuidor de relações sociais complexas que regulavam a sua vida e que estas lutas estariam imbuídas de defesa de direitos ou costumes tradicionais. Embora os objetivos fossem alcançar uma regulação do mercado para estabelecer um preço que consideravam justo para os grãos ou o pão, a reivindicação opera dentro de um consenso popular a respeito do que seriam práticas legítimas ou ilegítimas nas atividades de produção e do mercado, além de portar uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, funções econômicas pertencentes a vários grupos de uma mesma comunidade. Ou seja, a motivação dos motins da fome seria o desrespeito a esses pressupostos morais juntamente com a privação (fome).

Thompson (1998) afirma que esses motins não requeriam alto grau de organização e sim apoio da comunidade e um padrão de ação direta com seus próprios objetivos e limites, e que mesmo se os objetivos desses motins não fossem alcançados, a ameaça de sua existência e repetição causava impactos sobre toda a situação do mercado. Desta forma, o autor reitera que a economia moral não pode ser considerada em sua totalidade uma ação política, nem tampouco apolítica, pois visava o bem-estar comum e influenciava de forma muito geral o governo e o pensamento daquele século.

Por outro lado, pode-se situar formas de resistência mais visíveis e articuladas coletivamente, que vão se constituir em movimentos sociais, articulando projetos societários, identidades, reivindicações, atingindo a esfera pública formal ou política, muitas vezes gerando mudanças significativas nas leis e normas do Estado. À luz da teoria pós-colonial, os movimentos sociais se formam a partir das raízes histórico-estruturais de sujeitos subalternos. Assim, esse tipo de resistência mais articulada parte de sujeitos e segmentos colonizados historicamente discriminados em seus direitos através de múltiplas formas de opressão simbólica e da respectiva exclusão ou subalternidade destes segmentos nas decisões políticas cotidianas e institucionalizadas (SCHERER-WARREN, 2010).

Segundo Klandermans (1994 *apud* Scherer-Warren 2010), há três níveis para participação em Movimentos Sociais. A primeira delas se dá no discurso público e sua relação com a formação e transformação de identidades coletivas, a segunda está nos processos de comunicação persuasiva durante as campanhas de mobilização a partir de organizações de movimentos e, por último, nos processos de conscientização durante os processos de resistência (protestos, por exemplo).

Processos de resistência coletiva na América Latina estão, mesmo que com certas dificuldades, alcançando níveis de legitimação na esfera pública. Muitos destes movimentos contam com uma rede de articulações, encontros, debates através da mediação de agentes políticos articulatórios onde criam-se significados e situações de opressão similares baseadas na condição tradicional e raízes culturais que possuem. Desta forma, as particularidades de cada grupo encontram um lugar comum e assim se articulam para a superação desses legados históricos opressores e buscam a diminuição da desigualdade, a conquista de direitos, a visibilidade e o reconhecimento social e político (SCHERER-WARREN, 2010). Exemplos desta articulação podem ter iniciativas no Estado como o caso da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), e também se desenvolver através dos próprios povos e comunidades juntamente com agentes políticos articulatórios como é o caso da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais (VANDRESEN *et al*, 2014)

2.4.2 Das resistências cotidianas à formação de movimentos sociais: a questão da construção das identidades coletivas como ferramenta política

Do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída a partir de referências históricas, geográficas, biológicas, institucionais, memórias coletivas, aparatos de poder, religião, etc (CASTELSS, 1999). Essas informações são reorganizadas por indivíduos e grupos sociais de forma específica, em meio a relações de poder. Considerando a articulação entre identidade e política, Castells (1999) aponta três tipos de identidade: (I) Identidade Legitimadora – são introduzidas com o intuito de expandir a

dominação pelas instituições e são introduzidas pelas mesmas; (II) Identidade de Resistência – criadas a partir de sujeitos subalternos frente à lógica de dominação e constituem-se pela formação de resistência com princípios distintos ou opostos aos das instituições dominadoras e (III) Identidade de projeto – construção de uma nova identidade a partir de material cultural capaz de definir sua posição na sociedade e busca uma transformação da estrutura social. Cada uma com suas características de origem diversas, são dinâmicas e dentro de seus contextos históricos podem sofrer alterações e se transformar.

As Identidades de Resistência são uma construção defensiva frente às instituições e ideologias dominantes. A partir de influências globais, as disposições pessoais dialogam com o global. Aqui, quanto mais a tradição perde espaço com essa dialética entre o local e o global, mais os indivíduos se sentem forçados a negociar opções e estilos de vida dentro das possibilidades estabelecidas. Através de seu estudo de Comunas Culturais Urbanas, Castells (1999) revela que na sociedade pós-moderna, ou sociedade em rede, são as identidades de resistência que dão origem a sujeitos transformacionais que possibilitarão uma transformação social a partir de uma identidade defensiva construída culturalmente frente à globalização, por exemplo. Em uma lógica similar, Escobar (2005), dentro de suas reflexões sobre igualdade e diferença, afirma que novas formas de diferença cultural têm sido criadas em grupos subalternos inclusive como uma reação à globalização, já que o discurso de igualdade e justiça confere uma pressão exercida sobre esses grupos para que neguem suas diferenças.

Por outro lado, uma identidade pode ser construída a partir de outras identidades externas, como foi o caso do índio no Brasil ou do negro na África no período colonial. Não existiam essas identidades, índio ou negro, antes do discurso europeu imperial construí-las. Essa atuação exemplifica o modo como a acumulação de conhecimento baseada nos fundamentos dos conceitos ocidentais ocorre dentro do discurso de identidade racializada proposta por Mignolo (2008). Desta forma, uma identidade pode ser construída por outros, e não somente a partir de subjetividades como aponta Castells (1999).

Em outros contextos, identidades podem ser escondidas sob a pretensão de teorias baseadas em uma democracia universal, onde identidades

racializadas arquitetadas pela hegemonia do pensamento e experiências ocidentais são construídas. A partir de conceitos de democracia e universalização abarcada por uma ideia de Nação ou Estado, vela-se a ideia de uma Estado pluri-nacional formado por diferentes grupos com diversas identidades construídas a partir deles mesmos. Se a noção de democracia ou Nação é global, é porque foi assim assimilado pelo pensamento e experiências ligadas à expansão imperial/colonial, aos fundamentos do capitalismo e da modernidade ocidental, e desta forma, não significa que ela seja universal (MIGNOLO, 2008).

No início deste século houve um fortalecimento das mobilizações étnicas e das lutas de grupos por território e apropriação de recursos naturais. A partir do decreto n. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), gerida pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) recriada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, o Estado passa a reconhecer as diferentes identidades coletivas e étnicas, ou seja, dos povos e comunidades tradicionais⁴. Desta forma, as identidades coletivas vêm como uma ferramenta política para assegurar direitos (ALMEIDA, 2014; VANDRESEN, 2014). No sentido da construção dessas identidades Almeida (2014, p. 8) afirma que:

(...) a aludida fronteira não se prende a essencialismo ou características físicas, raciais ou de origem. Ela se mostra balizada por experiências político-organizativas, de lutas concretas e de resistências cotidianas refletidas em autorepresentações coletivas e por uma infrapolítica produtora de dispositivos jurídicos apropriados.

Em consonância com as reflexões de Scherer-Warren (2010) acerca da América Latina, este cenário, no Brasil, em diferentes níveis (nacionais ou regionais) se consolida em diversos encontros entre os movimentos sociais, criando então laços e pactos que fortalecem as lutas. Um exemplo a nível nacional, como já mencionado, é a Comissão Nacional de Desenvolvimento

⁴ É importante ressaltar que as ações descritas feitas a partir do Estado foram fruto da mobilização e pressão de Movimentos Sociais consolidados (como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST, por exemplo) e da luta de povos e comunidades tradicionais e seus esforços para à visibilidade e reconhecimento formal de diferentes e específicos grupos sociais (VANDRESEN, 2014)

Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais que de 2008 a 2014 reuniu mais de trinta movimentos sociais distintos de regiões diversas. Embora a comissão não tenha atingido todo seu potencial, ela incentiva a formação de comissões regionais ampliando a participação das mesmas em diversos Conselhos podendo também articular as representações nacionais e interestaduais com as entidades locais de representação. Esta comissão é composta por faxinalenses, indígenas, seringueiros, ciganos, quilombolas, pantaneiros, quebradeiras de coco babaçu, pomeranos, povos de terreiros, pescadores artesanais, representantes de comunidades de fundo de pasto e caiçaras (ALMEIDA, 2014).

Almeida (2014) aponta que essa “rede” não deveria ser interpretada como se os movimentos sociais fossem fios de uma mesma teia compondo uma rede uniforme (referente a sua crítica à metáfora da teia de aranha weberiana). Essas metáforas, afirma o autor, “insistem em figuras de aproximação, configurando geometricamente limites relativamente precisos” vão contra o universo “infinito dos significados desta diversidade complexa e dinâmica”, referindo-se a uma noção “estritamente formal de ação coletiva e de participação política”.

As comissões, então, seriam também uma forma de consolidar a solidariedade e compartilhar estratégias para a ação política, onde mais que o reconhecimento das identidades coletivas, o objetivo maior seria a reivindicação de posse de um território e seus bens naturais reforçadas de forma coletiva, legitimando as lideranças e os representantes destas comissões. O autor ainda aponta que cada grupo, mesmo com características muito semelhantes (seja em suas práticas ou o bioma que ocupam) não possuem uma identidade unitária e um conjunto de práticas iguais que nivelem as comunidades tradicionais. A busca de um “denominador comum” não confere com a realidade empírica, já que as identidades coletivas são heterogêneas possuindo processos históricos de mobilização distintos (ALMEIDA, 2014).

Uma das práticas já proposta por Gudynas (2011) é a de articular a academia e os movimentos sociais. Desta maneira, agentes políticos articulatórios se envolvem no processo de organização de coletivos para juntos vislumbrarem possíveis saídas para conflitos socioambientais e casos de

(in)justiça ambiental. Um exemplo disto é a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais que atua no Sul do Brasil. A partir da ideia de que o reconhecimento formal e identidade coletiva caminham juntos, as identidades coletivas são formadas para que viabilize o reconhecimento formal da existência de diferentes povos e comunidades tradicionais, além da elaboração de políticas públicas que considerem direitos fundamentais específicos. Na Rede são discutidos entre diversas etnias e identidades suas histórias e conflitos, as estratégias de luta e resistência a serem consolidadas, além da formação de lideranças para que possam avançar no plano jurídico e político, formando relações entre os povos e comunidades com diferentes esferas do poder público para assegurar direitos territoriais e a efetivação das políticas públicas específicas. A Rede Puxirão é composta por grupos que se autodenominam no que se refere à identidade baseando-se em suas práticas culturais e relação com seus territórios e nas diversas etapas da formação da Rede diferentes grupos foram se agregando. São eles: pescadoras e pescadores artesanais, cipozeiras, indígenas, faxinalenses, quilombolas, ilhéus, benzedeiros e o Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana. A Rede se caracteriza por ser um espaço de formação e articulação política e não se denomina uma entidade, instituição ou pessoa jurídica e defende a posição de que o uso tradicional da terra diz respeito à lógica central de suas atividades (VANDRESEN, 2014).

A importância dessa Rede para as pescadoras e pescadores artesanais do litoral paranaense se dá pelo fato de que o Movimento dos Pescadores do Litoral do Paraná (MOPEAR) ter se consolidado através das atividades da mesma.

Cabe ressaltar que dentro da ideia da formação de identidades coletivas há a crítica de que esta seria uma maneira reducionista no que diz respeito à identidade. Exemplificando, o pescador artesanal do litoral paranaense, por muitas vezes e em vários grupos compõem outras atividades como a agricultura. Desta forma, o que defendemos neste trabalho é que as identidades coletivas serão formadas como instrumento legal, como uma ferramenta política que o Estado possa reconhecer.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa, no sentido apresentado por Bauer *et al* (2002), ou seja, uma pesquisa não-numérica, que lida com interpretações das realidades sociais, o que não quer dizer que a pesquisa quantitativa não tenha que lidar com a interpretação dos dados, já que os números não falam por si mesmos. Porém, o faz de modo a privilegiar, como afirma Demo (2001), bem como Goldenberg (2004), a intensidade do fenômeno, e não apenas a sua extensão, como no caso da pesquisa predominantemente quantitativa. A noção de intensidade se volta para a profundidade, o envolvimento e a participação dos atores implicados no fenômeno analisado.

Como colocam Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa é caracterizada por não abordar um modelo único de pesquisa positivista, pois aceita que o conhecimento do pesquisador acerca de seu objeto é limitado, e, portanto, esse conhecimento só poderá ser construído juntamente com os sujeitos envolvidos no objeto de estudo. Esse tipo de pesquisa respeita as dinâmicas das relações sociais com o devido cuidado de acatar seus limites e riscos (GERHARDT & SILVEIRA, 2009).

Dentro das possibilidades que a abordagem metodológica da pesquisa qualitativa permite, optamos por utilizar entrevistas semi-estruturadas, atentando para a objetividade da pesquisa e um melhor controle da posição do pesquisador. Goldenberg (2004) aponta que esta ferramenta auxilia neste processo, além de não contaminar os resultados da pesquisa em função da personalidade do pesquisador, bem como seus valores, e, assim, não intervir nas respostas dadas. A escolha por esse método de coleta de dados com um único respondente possibilita uma entrevista em profundidade (GASKELL, 2002). Diferentemente da entrevista de levantamento fortemente estruturada e da conversação continuada, menos estruturada, da observação participante, a entrevista semi-estruturada permite a coleta de dados em um período de tempo limitado com informantes-chave, líderes ou representantes.

Na tentativa de ampliar o levantamento de informações ao longo das entrevistas, optamos por dar início a esse processo com conversas mais

informais. Segundo Goldenberg (2004), este tipo de abordagem oferece uma maior acessibilidade aos entrevistados, gerando mais dados inesperados, além de não constranger o entrevistado, e assim, não causar tantos efeitos externos na fala do mesmo.

3.2 SELEÇÃO DAS COMUNIDADES ESTUDADAS E PROCEDIMENTOS PARA O LEVANTAMENTO DE DADOS

No litoral do Paraná existem cerca de 63 comunidades pesqueiras, entre as situadas no interior das baías e aquelas situadas na faixa da orla oceânica (ANDRIGUETTO FILHO, 1999) (retomaremos na seção XX). Como um dos intuitos dessa pesquisa era identificar formas de resistência a distintos tipos de conflitos, a seleção deveria levar em conta os diferentes cenários e gradientes dos conflitos. Contudo, a seleção das comunidades integrantes da pesquisa esteve limitada por uma série de constrangimentos de distintas ordens: a disponibilidade de transporte até as comunidades, a aceitação dessas em participar da pesquisa, em face do clima de desconfiança em torno da presença de pesquisadores que existe em decorrência do acirramento dos conflitos, as disputas entre grupos de apoio para serem reconhecidos como os parceiros preferenciais e legítimos das comunidades pesqueiras.

Da mesma forma, a participação de representantes dos movimentos sociais e dos agentes articuladores foi restrita. Uma das intenções dessa pesquisa foi a de entrevistar os representantes dos movimentos sociais de pescadoras e pescadores artesanais presentes no litoral do Paraná, como o Movimento das Pescadoras e Pescadores Artesanais (MPP), Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná em Movimento (PEART). Porém, diante da falta ou dificuldade de acessibilidade por motivos já descritos, foi possível entrevistar somente um representante do MPP. As informações sobre o MOPEAR foram coletadas através do levantamento de dados secundários existentes e de observação direta em um manifesto realizado pelo movimento. A ausência de informações , e da respectiva análise, sobre o PEART deve-se à falta de dados secundários.

O objetivo inicial da pesquisa era de entrevistar um número mais abrangente de comunidades situadas em locais mais diferenciados como a Baía de Guaratuba e comunidades localizadas muito próximas ao Porto de Paranaguá. Por diferentes razões, já mencionadas anteriormente, isso não foi possível. Para exemplificar, duas visitas, uma delas agendada, foram feitas na comunidade de Amparo, sem que fôssemos atendidas pelo representante. Cabe ressaltar que assim como constatado em outras comunidades, em Amparo somente o representante da comunidade pode oferecer os dados, ou, somente com sua permissão outros sujeitos se sentem à vontade para fazê-lo.

Assim, foram selecionadas comunidades inseridas no continente e que pescam em mar aberto, em Pontal do Paraná (Barrancos e Guapê), uma comunidade que reside no continente mas possui acesso somente pela Baía de Paranaguá, além de ter maior proximidade com o futuro Porto de Pontal (Maciel), uma comunidade da Baía de Paranaguá (Ponta Oeste) e uma comunidade da Baía de Guaraqueçaba (Guapicum). Além das comunidades foram entrevistados dois agentes articuladores, um do MPP e um do caso particular da Ponta Oeste. Tentou-se entrevistas nas comunidades de Amparo, Piaçaguêra, Vila do Superagui, Tibicanga e Salto do Parati, além dos apoiadores do MOPEAR e PEART, mas não se logrou êxito.

Para o levantamento dos dados foram utilizados preponderantemente três tipos de procedimento: revisão de literatura, observação direta e entrevistas semi-estruturadas.

a) Observação direta: é a observação do contexto natural ou artificial onde determinado fenômeno social ocorre. Durante a observação são coletados dados visíveis e referentes à pesquisa em um contexto de sistema de conhecimento que serão os conceitos, as categorias e os fundamentos teóricos que embasam a pesquisa. A observação não é só o ato de observar, mas sim de registrar os fenômenos de forma fidedigna, através de imagens, por exemplo, pois configura a reprodutividade do estudo (BELEI *et al*, 2008). Desta forma, esse aparato metodológico auxiliou na coleta de dados a partir de dados secundários como ocorreu no caso do MOPEAR, onde uma manifestação do

movimento pode ser observada de forma direta, e assim, corroborar com dados secundários.

b) Entrevista com roteiro semi-estruturado: entrevista qualitativa, baseada em questionário aberto e individual. É um procedimento interativo, que permite tratar temas complexos que dificilmente podem ser explorados com questionários, explorando-os em profundidade.

A entrevista permite levantar o espectro de opiniões existentes sobre um dado assunto, bem como captar determinados dados da realidade ao qual o pesquisador não tem acesso diretamente. Ela nos fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação (GASKELL, 2002).

Como aponta Goldenberg (2004), a entrevista semi-estruturada com apenas representantes de uma comunidade pode ser restritivo por alcançar somente uma parcela do objeto de estudo e por coletar informações apenas com sujeitos que “parecem saber mais” criando o que o autor chama de “hierarquia da credibilidade”. Diante disso, optamos primeiramente por entrevistar pelo menos duas pessoas de cada comunidade, um representante da mesma e outro sujeito que estivesse em posição inferior hierarquicamente. Nas primeiras comunidades visitadas foi possível entrevistar mais de um informante-chave. Porém, ao longo das dificuldades principalmente de locomoção marítima e clima, processos que limitaram nosso tempo, tivemos que diminuir o número de visitas e informantes-chave, não possibilitando uma coleta de dados mais rigorosa nos outros locais.

Em contrapartida, a coleta de dados em tempo limitado para uma dissertação com um respondente possibilitou alcançar um dos objetivos desta pesquisa que foi a de informar um panorama geral das resistências diante dos conflitos socioambientais no litoral do Paraná, e não focar somente em um tipo de resistência, conflito ou em apenas uma comunidade.

As entrevistas realizadas basearam-se num roteiro semi-estruturado, dividido em partes de acordo com os tipos de perguntas. Para os informantes das comunidades foram realizadas perguntas em cinco blocos. O Bloco 1 permitiu informações gerais sobre o entrevistado como nome, idade,

escolaridade, entre outras. O Bloco 2 caracteriza o histórico e a situação da comunidade e aborda questões como a origem da comunidade, sua infraestrutura, informações sobre sua população, atividades econômicas, fonte de renda das famílias, além de informações sobre a atividade da pesca. O bloco 3 permite a caracterização dos conflitos existentes acerca dos projetos de desenvolvimento e de conservação presentes no litoral do Paraná que atingem as comunidades. No bloco 4 é possível coletar informações sobre as formas de resistência e organização que as comunidades adotam frente aos conflitos. Por último, o Bloco 5 abarca questões sobre perspectivas futuras da comunidade frente aos problemas relatados ao longo do questionário.

O questionário aplicado aos mediadores políticos compreende 3 blocos. No primeiro, assim como no questionário para os informantes das comunidades, serão geradas informações gerais do entrevistado. No bloco seguinte há perguntas relacionadas ao histórico do processo de formação e ação destes agentes dentro dos movimentos sociais, como as dificuldades encontradas nos processos articulatórios, informações sobre os conflitos e modos de resistência adotados pelo movimento sociais, processo de organização e formação dos líderes, entre outras. O último bloco se refere às questões futuras do movimento, perspectivas de ação individual e coletiva e possíveis conquistas.

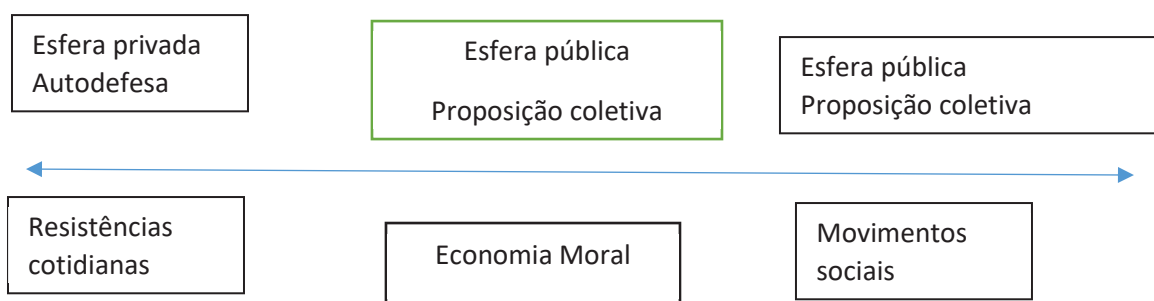
Frente aos diversos conflitos com os quais nos deparamos ao longo da pesquisa de campo, optamos por não divulgar o nome dos informantes-chave. Além disto, em alguns casos que julgamos mais graves, e por isso mais delicados, optamos por descrevê-los separadamente (em um capítulo à parte após a descrição de todas as comunidades) para que a comunidade e seus líderes não sejam expostos.

Alguns dados coletados foram realizados apenas pela observação direta, como o caso da manifestação descrita ocorrida com os movimentos sociais e as reuniões acerca dos Parques que participamos que envolveram diversas categorias ou esferas como o Ministério Público, o Instituto Ambiental do Paraná, gestores dos Parques (como o Mosaico Lagamar), comunidades tradicionais, entre outros.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Segundo Gaskell (2002), os dados obtidos na entrevista são a própria fala dos sujeitos entrevistados, porém a análise dos mesmos constitui procurar sentido e compreensão no que é dito e ir além do valor aparente do discurso. Aí a importância da observação direta que possibilita uma maior aproximação da realidade de quem fala.

Os dados foram coletados na forma escrita e gravações de áudio diretamente nas comunidades. A compilação dos dados para a análise foi organizada de modo a reunir as comunidades que vivenciam os mesmos tipos de conflito, mesmo que com suas particularidades. A partir dessa visão, foram relatados os modos de resistência que cada grupo adota frente a esses conflitos, já que a maneira que as comunidades se organizam são diferentes, mesmo que estejam em situação conflituosa semelhante. As entrevistas com os moderadores políticos foram realizadas afim de compreender a importância de sua participação nos processos de resistências. Para a análise dos Conflitos Socioambientais existentes utilizamos a tipologia de Little (2001). A partir daí analisamos as formas de resistências a partir dos conceitos de Scott (2011) onde as resistências não alcançam a esfera política e podem ser individuais ou coletivas, do conceito de Economia Moral de Thompson (1998), onde enxergamos uma maior articulação de reivindicação levando-a a esfera formal, e por último, do conceito de Movimento Social de Scherer-Warren (2010) e Klandermans (1994), onde observa-se uma articulação política forte com diferentes maneiras de serem proferidas. O esquema a seguir ilustra o *continuum* dos modos de resistência. Quanto mais privados, mais se afastam da esfera pública formal, e assim, são caracterizados como resistências cotidianas. Quanto mais se aproximam de uma ação coletiva que atua na esfera pública e judicializada, mais se aproximam dos movimentos sociais. E economia moral aparece como sendo uma ação coletiva que muitas vezes podem determinar processos judicializados, mas que não conferem movimentos sociais propriamente ditos.



A tabela a seguir reúne a partir das comunidades os tipos de conflito, as resistências observadas, as técnicas de levantamento de dados e a fonte dos dados coletados.

TABELA 1: COMUNIDADES, TIPOLOGIA DOS CONFLITOS E MODOS DE RESISTÊNCIA

COMUNIDADE/INFORMANTE-CHAVE/EVENTO	TIPOLOGIA DOS CONFLITOS INVESTIGADOS	TIPOLOGIA DAS RESISTÊNCIAS	TÉCNICAS DE LEVANTAMENTO DE DADOS	FONTE DOS DADOS (ENTREVISTA)
GUAPICUM	CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS / CONFLITOS EM TORNO DOS IMPACTOS GERADOS PELA AÇÃO HUMANA E NATURAL	RESISTÊNCIA COTIDIANA	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA E OBSERVAÇÃO DIRETA	3 INFORMANTES-CHAVE (2 ENTREVISTAS E 1 CONVERSA INFORMAL)
PONTA OESTE	CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS / CONFLITOS EM TORNO DOS IMPACTOS GERADOS PELA AÇÃO HUMANA E NATURAL	RESISTÊNCIA COTIDIANA / ECONOMIA MORAL	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA E OBSERVAÇÃO DIRETA	2 INFORMANTES-CHAVE (1 ENTREVISTA E 1 CONVERSA INFORMAL)
BARRANCOS	CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS	ECONOMIA MORAL	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA E OBSERVAÇÃO DIRETA	1 INFORMANTE-CHAVE
GUAPÊ	CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS	ECONOMIA MORAL	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA E OBSERVAÇÃO DIRETA	1 INFORMANTE-CHAVE
MACIEL	CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS / CONFLITOS EM TORNO DOS IMPACTOS GERADOS PELA AÇÃO HUMANA E NATURAL	RESISTÊNCIA COTIDIANA	OBSERVAÇÃO DIRETA E CONVERSA INFORMAL	2 INFORMANTES-CHAVE
MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL – MPP	CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS / CONFLITOS EM TORNO DO USO DOS CONHECIMENTOS AMBIENTAIS	MOVIMENTO SOCIAL	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	1 INFORMANTE-CHAVE
MOVIMENTO DOS PESCADORES ARTESANAIS DO LITORAL DO PARANÁ – MOPEAR	CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS / CONFLITOS EM TORNO DO USO DOS CONHECIMENTOS AMBIENTAIS	MOVIMENTO SOCIAL	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	DADOS SECUNDÁRIOS / OBSERVAÇÃO DIRETA
AGENTE POLÍTICO ARTICULATÓRIO – ACADÊMICO	VIDE PONTA OESTE	VIDE PONTA OESTE	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	1 INFORMANTE-CHAVE

FONTE: a autora (2016).

4 O LITORAL DO PARANÁ E AS COMUNIDADES PESQUEIRAS

4.1 CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

O litoral paranaense é constituído por sete municípios: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Pontal do Sul e Paranaguá em uma área de 6.600 km² entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar ou 3% da área total do Estado do Paraná (ANDRIGUETTO FILHO, 1999; ESTADES, 2003). Caracteriza-se por uma diversidade física e biológica que confere ao litoral uma ocupação do solo e atividades econômicas diversificadas (PIERRI, *et al*, 2006).

A zona costeira paranaense está localizada no litoral Sul do Brasil, na região oriental do território paranaense. Estende-se desde a vila de Ararapira ao norte (Lat. Sul 25° 12' 44" – Long. 48° 01' 15" W.Gr) até a barra do rio Sai-Guaçu, ao sul (Lat. Sul 25° 58' 38" – Long. 48° 35' 26" W. Gr.). A planície costeira é limitada a leste pela orla atlântica e a oeste pelos terrenos acidentados do complexo cristalino constituintes da Serra do Mar, sendo interrompida por três sistemas estuarinos-lagunares: baías de Guaratuba, Paranaguá e Pinheiros (ANGULO, 1993; BIGARELLA, 1978). A Serra do Mar é considerada a zona limítrofe entre o planalto meridional e a planície costeira (BIGARELLA, 1978). Além de representar um degrau (escarpa), a Serra de Mar é também constituída por serras marginais descontínuas que se elevam de 500,0 a 1.000,0 metros acima do nível do planalto, sendo as suas maiores elevações em ordem decrescente de altitude sob o nível do mar: Pico do Paraná (1.922,0 m), Pico Caratuba (1.898,0 m), Morro da Ferraria (1.844,0 m), Pico Taipabuçu (1.817,0 m) e Pico Ciritica (1.781,0 m) (BIGARELLA, 1978).

Os ambientes marinhos compreendem uma área aproximada de 3.000,0 km², considerado o limite de 12 milhas do mar territorial brasileiro (SEMA, 2006). No Paraná, é possível encontrar dois tipos principais de litoral, o do interior das baías e o de mar aberto. O primeiro apresenta forma recortada, coberto por um ecossistema específico de manguezal, sendo sua extensão de aproximadamente 310 km²; o segundo, apresenta forma retilínea, com extensão de cerca de 90 km² (ANGULO, 1993).

O bioma encontrado no litoral do Paraná é a Floresta Atlântica, estendendo-se sobre a Serra do Mar e planície litorânea, caracterizada por Floresta Ombrófila Densa e outras fitosionomias associadas (FERRETI *et al.*, [s.d.]).

Na Serra do Mar, a formação florestal distribuída no início de suas encostas é denominada floresta ombrófila densa submontana, sendo delimitada pelas porções da encosta a partir de 10 m, até altitudes em torno de 600 m. Esta formação apresenta dossel bastante denso, com alturas de 25 a 30 metros e elevada diversidade vegetal, resultado da melhor drenagem de seus solos e do regime climático predominante, com chuvas abundantes e distribuídas ao longo do ano, juntamente com a ausência de geadas. Esta fitofisionomia apresenta a maior extensão no litoral em questão, com 3.567 km², sendo que cerca de 50% correspondem a áreas já alteradas, 26% pelo uso agropecuário, reflorestamento ou em áreas urbanas e 24% com floresta em estágio médio de sucessão (FERRETI *et al.*, [s./d.]).

Outra fitofisionomia presente na Serra é a floresta ombrófila densa montana, que compreende as formações distribuídas em altitudes de 600 a 1200 m. Em relevo mais declivoso e sob temperaturas mais amenas, são observáveis diferenciações florísticas em relação ao patamar inferior, porém fisionômica e estruturalmente, as formações “montana” e “submontana” são muito semelhantes (FERRETI *et al.*, [s./d.]).

Na planície litorânea, uma das formações vegetais encontradas é a floresta ombrófila densa das terras baixas, que possui duas fisionomias distintas, conforme o nível do lençol freático. Nas áreas com solos de drenagem deficiente (hidromórficos), estão presentes o guanandi (*Callophyllum brasiliense*), a caixeta (*Tabebuia cassinoides*) e outras, formando o estrato arbóreo com 25 metros de altura. Juntamente a essa floresta, nos solos com melhor drenagem, ocorre uma floresta menos desenvolvida, chamada “floresta de tabuleiro”, com alturas que podem atingir 15 metros, onde são típicas *Tapirira guianensis* (cupiúva), *Ocotea pulchella* (canelinha), dentre outras ((FERRETI *et al.*, [s./d.]); PARANÁ, [s.d.]).

De maneira geral, essas formações estão bem conservadas no litoral paranaense, mas sofrem forte pressão nas áreas em contato com os centros urbanos, principalmente no sul do Estado, próximo aos municípios de Pontal do Paraná a Guaratuba, onde a especulação imobiliária exerce grande pressão aos

remanescentes florestais, degradando essas áreas continuamente; nas outras regiões, algumas alterações pontuais são observadas em função, principalmente, da agropecuária. Essa fitofisionomia é o principal alvo de unidades de conservação locais (FERRETI *et al.*, [s.d.]).

Também presente nas planícies, margeando as encostas, está a floresta ombrófila densa aluvial, distribuída sobre as planícies aluviais dos grandes rios que deságuam na região. Predominam florestas secundárias que podem atingir 20 metros de altura com alto grau de epifitismo, com espécies arbóreas características, como o leiteiro (*Sapium glandulatum*), os tapiás (*Alchornea* spp.), a figueira-mata-pau (*Coussapoa microcarpa*) e o jacataúva (*Citharexylum mirianthum*). Historicamente, a ocupação da região litorânea deu-se nas proximidades dos rios, resultando na quase total destruição desses ambientes, restando atualmente apenas 26,0% de sua formação original, com muito poucos remanescentes de floresta primária, sendo sua maior parte com elevado nível de degradação. É a formação vegetal mais danificada do litoral paranaense e a que tem menos representatividade em termos de unidades de conservação (FERRETI *et al.*, [s./d.]).

Ainda na planície, onde há solos mais bem drenados, encontram-se áreas de formação pioneira com influência marinha, também denominada restinga. Essa pode ser subdividida em duas fitofisionomias: arbórea e herbáceo-arbustiva. A primeira é composta por formações que atingem de 3 a 10 metros de altura, ocorrendo preferencialmente nas partes altas dos cordões litorâneos. Uma espécie característica desta formação é o araçá (*Psidium cattleyanum*). Já a formação herbácea-arbustiva pode ser facilmente reconhecida na região próxima à praia, onde a vegetação que se espalha pelo chão, desempenha papel importante no processo de estabilização da areia. Esta formação, assim como a formação anterior, é atingida por intensa pressão por parte da especulação imobiliária, por estar presente (ou ter estado) em toda orla do litoral (FERRETI *et al.*, [s./d.]).

Além destas, outra formação está presente no litoral do Paraná, porém não sendo exclusiva da região, são as formações pioneiras com influência fluvial, caracterizada por comunidades vegetais ocorrentes em locais que refletem processos de “cheias” de rios ou então em depressões alagáveis. Também é subdividida em fisionomias, onde nas formações herbáceas é facilmente

reconhecida a taboa (*Typha* spp.) e nas formações mais desenvolvidas, de porte arbóreo, há o predomínio de poucas espécies arbóreas. Nessas situações são comuns os caxetais (*Tabebuia cassinoides*) (FERRETI *et al.*, [s./d.]).

Com influência direta das marés, ocorrem as formações pioneiras com influência fluviomarinha, também subdividida em duas fitofisionomias: campos salinos e manguezais, que ocupam respectivamente 58 e 235 km² do litoral paranaense. O primeiro corresponde à vegetação encontrada na orla das baías e margens dos rios, com porte herbáceo-arbustivo, também denominada de marismas. É composta predominantemente por gramíneas que atingem aproximadamente um metro de altura (FERRETI, *et al.*, [s./d.]). Já os manguezais, associados a baías e desembocaduras de rios com características ecológicas especiais, são caracterizados por vegetação arbustivo-arbórea, que pode chegar até oito metros de altura, estando presentes apenas três espécies dominantes: mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) e mangue-siriúba (*Avicennia schaueriana*) (TROPMAIR, 1990; FERRETI *et al.*, [s.d.]).

Desde o Pleistoceno, a porção leste do Paraná, aliada às regiões vizinhas paulista e catarinense, constitui importante centro de dispersão de fauna (IPARDES, 1989). Uma vez que a região oferece abrigo a diversas espécies, e ainda se caracterize como uma área de transição biogeográfica, o litoral paranaense permite a formação de bancos genéticos vitais, que concedem a variabilidade genotípica necessária à sobrevivência das espécies, enriquecendo constantemente seu patrimônio gênico (IPARDES, 1989).

O litoral do Estado, pelo seu tamanho e continuidade, enquanto ecossistema natural, abriga populações de diversas espécies raras e ameaçadas de extinção, assim como aquelas não raras, mas que, por seu porte e biologia, necessitam de grandes áreas para sua manutenção (IPARDES, 1989). Outra pontualidade característica na porção oriental do estado, que se faz influente sobre a fauna local, é a abrupta escarpa da serra do mar, a qual se apresenta como uma barreira geográfico-ecológica entre o planalto meridional brasileiro e a faixa litorânea, de modo a se tornar evidente a distinção faunística entre estas regiões à margem da serra (IPARDES, 1989).

Nesta região de rica fauna, encontram-se espécimes de diversos grupos, de plânctons a mamíferos, que necessitam deste espaço para sua sobrevivência

e reprodução. A exemplo, os estuários do litoral paranaense, por se tratarem de área intermediária entre os rios e o oceano, estão diretamente relacionados com as migrações de peixes. A literatura específica registrou para o litoral paranaense, 313 espécies de peixes (SEMA, 2006); A herpetofauna marina não faz do Paraná um ponto de desova ou moradia permanente de tartarugas marinhas, devido à inviabilidade climática de suas águas, porém faz parte da rota destas, em direção a outros destinos (IPARDES, 1989).

A região também se caracteriza como importante sítio de alimentação para aves e nidificação de aves pelágicas ou oceânicas e de outras aves costeiras, sendo ainda encontradas espécies migratórias visitantes, provenientes de regiões setentrionais e meridionais. Para avifauna, são encontradas mais de 300 espécies, das quais, 22 são consideradas raras ou estão ameaçadas de extinção (SEMA, 2006). Apesar de pequena extensão em área do litoral, se comparada à região total do estado, aproximadamente 72,3% do número de espécies da mastofauna do Paraná se repetem na porção litorânea, fato que confirma a extrema importância da região como reduto faunístico (IPARDES, 1989).

4.2 ASPECTOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA

O processo histórico do desenvolvimento do litoral do Paraná é marcado por uma sucessão de atividades econômicas, das quais se destacam, ao longo do processo, a extração do ouro, a agricultura, a atividade portuária, a pesca e o turismo. A primeira atividade econômica a ser desenvolvida na região, ainda no século XVII, e que deu origem ao processo de ocupação europeia na região foi a extração do ouro de aluvião (PIERRI *et al*, 2006). A atividade tem rápido declínio devido a limitação natural. Posteriormente, a atividade mais forte foi a agrícola, principalmente na porção Norte, inicialmente voltada ao abastecimento local, e posteriormente voltada à exportação, no período colonial. Os principais produtos comercializados nesta época eram arroz, farinha de mandioca e madeira. Um importante impulso econômico se dá com a exportação da erva mate, no início do século XIX, que era extraída nos campos gerais, beneficiada e exportada no litoral (PIERRI *et al*, 2006). A pesca também era uma importante atividade econômica, tanto para autoconsumo quanto para a comercialização.

O período que vai de 1890 a 1930 é, segundo Miguel (1997), o auge do campesinato caiçara. A cultura da banana que era exportada para a região do Prata se tornou a principal atividade econômica, dominada, porém, pelas explorações maiores, enquanto os pequenos camponeses tinham acesso as piores terras e por isso piores condições de inserção nessa cultura. Esses pequenos camponeses caiçaras possuíam um calendário complexo que envolvia uma série de atividades extrativistas – palmito, caixeta, pesca, caça – com atividades agrícolas.

A partir de 1930, ocorre um forte declínio na cultura da banana, tanto pela saturação da terra (redução do período de pousio de 20 para 4 anos), quanto pela abertura da concorrência com produtores de Santa Catarina e São Paulo (MIGUEL, 1997). Após esse período, a agricultura passa a ter um papel predominante de autoconsumo e subsistência, com produtos como palmito, mandioca e farinha de mandioca acarretando uma migração das áreas rurais para as áreas costeiras, o que facilitou a migração também para atividade da pesca, consolidando o mercado pesqueiro regional que atendia as demandas locais, mas também de Curitiba e Paranaguá (PIERRI, *et al*, 2006).

Atualmente, a agricultura é praticada de diferentes formas, como apontado por Marchioro (2002). As áreas de maior relevância econômica estão em Morretes e Guaratuba, onde se pratica uma agricultura mais tecnificada, sendo a praticada em Morretes mais diversificada, com forte presença da olericultura, enquanto em Guaratuba se destaca a bananicultura. Já em Antonina e Guaraqueçaba, ainda se praticam formas mais tradicionais e menos tecnificadas de agricultura. (MARCHIORO, 2002).

A atividade portuária tem forte participação na economia do litoral paranaense desde o século XVII. A partir dos anos 1950, o Porto de Paranaguá ganha destaque com o aumento da produção de soja para exportação e as vias terrestres até Curitiba são construídas e as dragagens dos canais aumentadas para possibilitar o tráfego de navios de maior capacidade. Nas últimas décadas do século XX a partir das leis ambientais, a Baía de Paranaguá se torna um cenário de conservação da natureza (área norte) e de grande atividade portuária (área sul), caracterizando um cenário ambíguo, já que essa divisão não comporta os fluxos naturais (PIERRI *et al*, 2006).

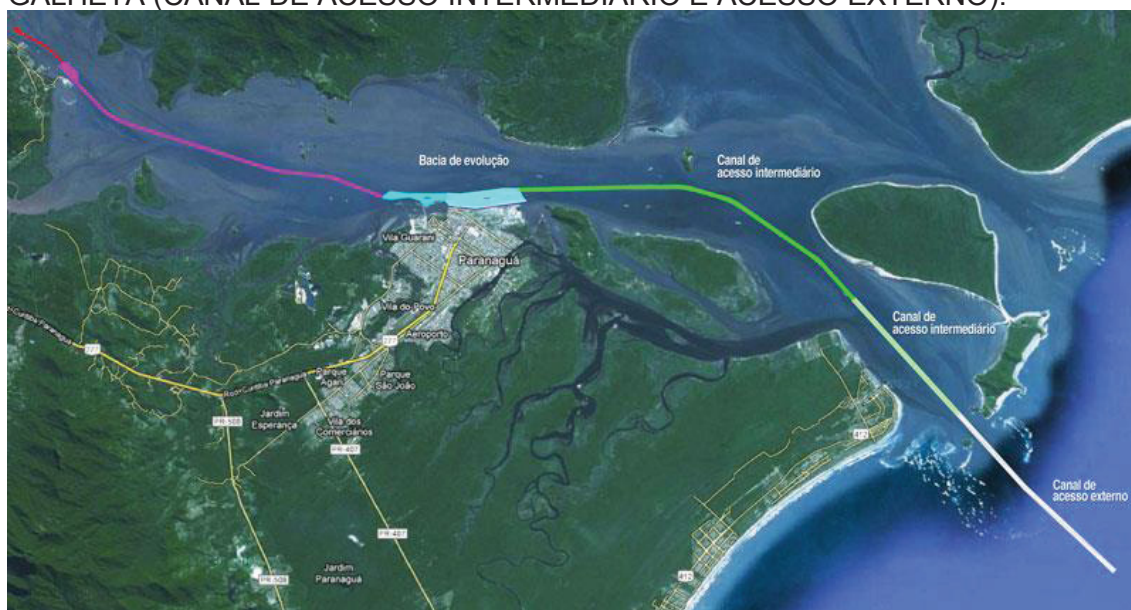
Hoje, o Porto de Paranaguá possui uma área de 424,50 km² e o principal destino das exportações é a Europa (40,70%), seguido pelos Estados Unidos e Porto Rico (25,50%) e por último o Mercosul (14,98%). Essa integração forma o quarto maior bloco econômico do mercado mundial com mais de 190 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) superior a 700 bilhões de dólares (APPA, 2016). Os principais produtos exportados são milho e soja, e os produtos que o Porto mais recebe da importação são justamente insumos agrícolas (GÓES, 2014). Esse cenário configura o litoral do Paraná no modelo de um país exportador de matéria-prima que movimenta o mercado externo de *commodities*, porém, como aponta Pierri (2003), resultando em poucos benefícios à população local.

Para o escoamento dessa grande produção foi construído um Corredor de Exportação rodoviário que conta com a BR-277 que dá acesso à Curitiba e conecta a BR-116 pelas rodovias PR-408, PR-411 e PR-412. A via ferroviária, hoje administrada e operada pela ALL (América Latina Logística), forma o segmento ferroviário do Corredor Paraná/Santa Catarina de cerca 2.2 mil quilômetros. Os principais produtos que passam pelas ferrovias são grãos agrícolas, fertilizantes e combustíveis. Além disto há um oleoduto para transporte de derivados de Petróleo (APPA, 2016).

O acesso marítimo ocorre através do Canal da Galheta⁵ que possui um calado máximo de 13/15 metros de profundidade, 150/200 metros de largura e 20 milhas de extensão. O Canal comporta navios graneleiros de grande porte com carregamentos de até 78.000 toneladas (APPA, 2016).

⁵ Cartas Náuticas de Marinha nºs 1.821 e 1.822 (APPA, 2016).

FIGURA 1: ÁREA DO PORTO DE PARANAGUÁ E TRAÇADO DO CANAL DA GALHETA (CANAL DE ACESSO INTERMEDIÁRIO E ACESSO EXTERNO).



FONTE: www.paranagua.com.br (2016)

Atualmente, uma atividade que marca fortemente a configuração territorial do litoral é o turismo, particularmente o chamado de segunda residência. Com início na década de 1920, seu maior desenvolvimento se dá a partir da década de 1970, com a construção da BR-277 e assim com a integração ao interior do Estado (SAMPAIO, 2006). Os municípios que compõem a orla oceânica – Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba – formam uma área de ocupação contínua ligada ao turismo. Segundo Deschamps e Kleine (2000), o desenvolvimento dessa atividade atraiu um grande número de migrantes, em grande parte de baixa renda e baixa escolaridade, gerando um processo de segregação socioespacial – as áreas entre a rodovia e a orla são ocupadas por segunda residência e moradores de maior poder aquisitivo, enquanto as áreas na margem oposta da rodovia são ocupadas pela população de menor renda.

4.3 ASPECTOS SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS

A complexidade do litoral paranaense também se aplica às diversas conformações das populações, que vão desde comunidades mais isoladas de Guaraqueçaba até as populações urbanas da cidade de Paranaguá, por

exemplo. Essa diferença reflete também no acesso aos recursos, nas diferentes possibilidades de participação no mercado (ANDRIGUETTO FILHO, 1999).

A tabela a seguir sintetiza informações sobre a população dos diferentes municípios do litoral, a partir de dados do último Censo do IBGE de 2010.

TABELA 2: INFORMAÇÕES GERAIS DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ.

MUNICÍPIO	ÁREA (KM2)	POPULAÇÃO (HAB.)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./m2)	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDHM)	INCIDÊNCIA DA POBREZA	PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA
PONTAL DO PARANÁ	20.920	20.920	104,67	0,738	46,10%	SERVIÇOS
PARANAGUÁ	826.675	140.469	169,92	0,750	46,29%	SERVIÇOS
MATINHOS	117,743	29.428	249,93	0,743	45,80%	SERVIÇOS
ANTONINA	882,317	18.891	21,41	0,687	50,22%	SERVIÇOS
MORRETES	684,580	15.718	22,96	0,686	38,70%	SERVIÇOS
GUARAQUEÇABA	2.020,090	7.871	3,90	0,587	46,47%	AGROPECUÁRIA
GUARATUBA	1.326,791	32.095	24,19	0,717	45,73%	SERVIÇOS

FONTE: A autora a partir de dados do IBGE, 2010.

Podemos observar que os diferentes municípios possuem as suas particularidades, assim como a população neles inserida. Paranaguá e Antonina possuem atividade portuária expressiva, sendo o Porto de Paranaguá o de maior atividade e por isso, esse município conta com uma maior urbanização e maior densidade populacional. Morretes conta com atividades agrícolas e grande perfil turístico que explora os atrativos históricos da cidade. Guaraqueçaba conta com a maior área de preservação ambiental, cerca de 82% da área total do município. Devido a esse fator e outros como o isolamento geográfico, é a área com menor densidade populacional. Além disso, a situação de pobreza do município faz com que haja uma grande migração para outros locais, principalmente Paranaguá. Sua população é em grande parte de agricultores, o que caracteriza a atividade econômica mais importante, a Agropecuária (PIERRI, *et al*, 2006; IBGE, 2010).

A região de área contínua do litoral que compreende os balneários praianos dos municípios de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná são muito utilizados pelo turismo. Desta forma, a população destes balneários muitas

vezes depende dessa atividade que possui como característica a sazonalidade. Nas épocas de veraneio muitas pessoas acabam por trabalhar de maneira informal. Por outro lado, ocorre um significativo aumento no setor de serviços e na construção civil, porém, muitas vezes, também de forma sazonal (CANAVESI & POLIDORO, 2013).

Outra questão importante no litoral paranaense é que a renda per capita se encontra abaixo da média estadual. Houve redução significativa na população pobre e extremamente pobre em todos os municípios do litoral, assim como no país de um modo geral. Nestes dados se destaca o município de Guaraqueçaba onde 36% da população ainda estão na pobreza (até ½ SM per capita) (AZEVEDO, 2014), como mostram os quadros a seguir:

TABELA 3: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA.

	Até ¼	1/4 a ½	1/2 a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	Mais de 5	Sem rend.
Brasil	10,43	17,2	28,69	21,9	7,03	5,34	5,14	4,28
Paraná	4,73	13,63	31,44	27,92	8,58	6,16	5,02	2,51
Curitiba	2,15	9,2	25,73	30,28	11,44	9,34	9,19	2,66
Portuários								
Paranaguá	5,97	16,28	30,16	26,66	8,75	5,82	3,64	2,67
Antonina	10,7	21,21	30,41	19,73	6,54	4,09	3,18	4,15
Rurais								
Guaraqueçaba	27,61	24,17	27,74	11,22	2,65	1,74	0,48	4,39
Morretes	7,92	19,49	30,81	23,15	6,82	4,22	2,83	4,75
Praiano-turísticos								
Guaratuba	5,45	16,11	31,3	26,27	7,89	5,04	3,78	4,16
Matinhos	5,26	13,85	30,22	28,5	9,39	6,3	4,02	2,45

Pontal do Paraná	5,37	14,17	30,04	27,99	9,34	6,44	4,24	2,39
------------------	------	-------	-------	-------	------	------	------	------

Fonte: Azevedo, 2004.

Proporção de extremamente pobres			
	1991	2000	2010
PARANÁ	12,57	6,08	1,96
PORTUÁRIOS			
PARANAGUÁ	5,08	3,59	2,13
ANTONINA	19,30	11,90	6,13
RURALS			
MORRETES	14,47	3,64	2,74
GUARAQUEÇABA	24,50	25,37	14,46
PRAIANO-TURÍSTICOS			
GUARATUBA	9,98	7,42	3,08
MATINHOS	3,75	3,71	1,28
PONTAL DO PARANÁ	10,17	4,53	1,46

Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Fonte: Azevedo, 2014; ATLAS PNUD, 2013.

Mesmo com todas as atividades realizadas no litoral paranaense, principalmente com a presença do Porto de Paranaguá, do turismo, e da conservação da natureza (pelo tributo do ICMS ecológico), atividades que deveriam gerar significativa renda aos moradores, essa região é caracterizada por um baixo índice de renda, conforme ressalta Pierri *et al.* (2006, p. 165):

(...) pode-se dizer que os principais usos historicamente determinados do solo do litoral do Paraná alienam a sua população de seus principais benefícios, formulando novamente o paradoxo do contraste entre riqueza natural e pobreza social, mas também o contraste entre tanta riqueza social de outros, externos à região, e a pobreza dos locais.

Desta forma, a riqueza natural presente não garante a riqueza social das populações, nem tampouco a riqueza proveniente dos complexos portuários reflete a situação socioeconômica do litoral paranaense.

FIGURA 2: MAPA GERAL DO LITORAL DO PARANÁ.



FONTE: <http://www.guiageo-parana.com/mapas/litoral-turistico.htm>

4.4 NOVOS EMPREENDIMENTOS

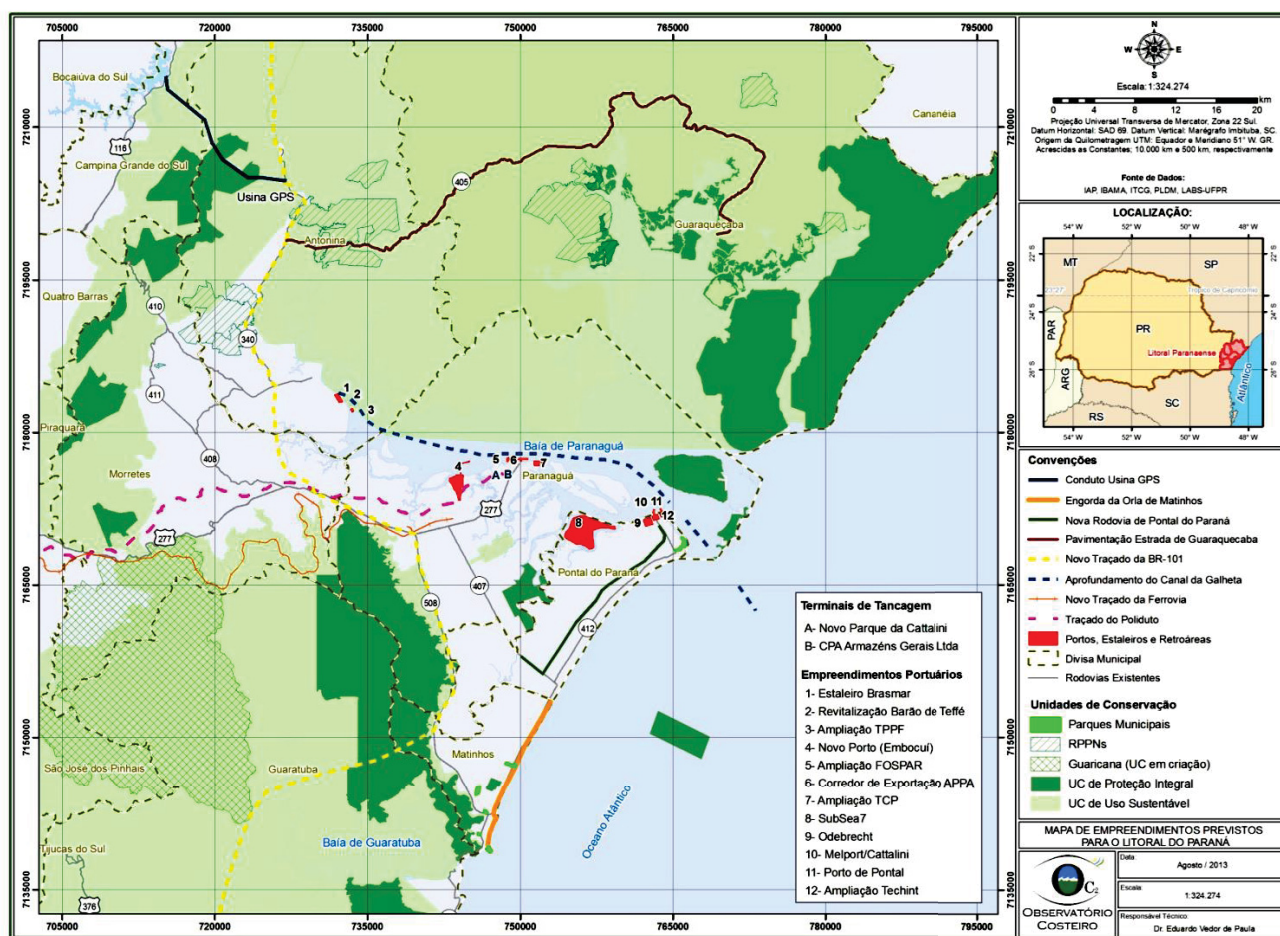
As propostas de ampliações portuárias hoje existentes no litoral do Paraná são realizadas através do Fórum Permanente Futuro 10 Paraná (F10P), composto por diversas entidades público e privadas. Em 2005 foi realizado um fórum onde novas propostas de construção de rodovias, ferrovias e ampliação dos portos foram discutidas. Através deste fórum, foram elaborados documentos com a intenção de elencar as demandas dos empresários do estado e assim pressionar de forma mais efetiva o governo do Estado e o Governo Federal para suas demandas. Dentre as propostas prioritárias são a ampliação da atividade

portuária para o município de Pontal do Paraná e aumento da capacidade do Canal da Galheta para navios de maior calado através de dragagens (GÓES, 2014).

O Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral do Paraná (ZEE) é um instrumento técnico-científico de apoio ao ordenamento territorial na perspectiva do planejamento ambiental e socioeconômico e prevê diferentes desenvolvimentos para as áreas do litoral paranaense. Neste documento é possível identificar as “Zonas de Desenvolvimento Diferenciado” destinadas à ampliação portuária no litoral pelo potencial portuário de Pontal do Paraná e nova dragagem do Canal da Galheta, além de empreendimentos ligados a exploração do pré-sal também em Pontal do Paraná, dos quais até o momento encontra-se instalado a Empresa Techint. Além disto, outros empreendimentos estão previstos para o litoral como a BR- 101, a Ferrovia Lapa-Paranaguá e um Poliduto (ITCG, 2011-2014; GÓES, 2014)⁶.

⁶ O documento da ZEE do Litoral do Paraná pode ser acessado na íntegra pelo link: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/ApresentacaoZEE/ApresentacaoZEE.pdf>

FIGURA 3: MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS



FONTE: Observatório da Conservação Costeira, 2013. *Mapa não apresenta a REBIO Bom Jesus.

Recentemente, já no período final desta pesquisa, pode-se observar o início da nova dragagem do Canal da Galheta sendo realizado por duas dragas, pela observação direta. Esse projeto prevê a retirada de 14 milhões de metros cúbicos de sedimento fazendo com que o canal tenha 16 metros de profundidade e suporte navios com capacidade de carga de até 80 mil toneladas e um ainda maior fluxo de navios, sendo o maior investimento em dragagens do Brasil (GAZETA DO POVO, 2015).

FIGURA 4: PLATAFORMA DA EMPRESA TECHINT EM PONTAL DO PARANÁ PARA EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL VISTA DA BAÍA DE PARANAGUÁ

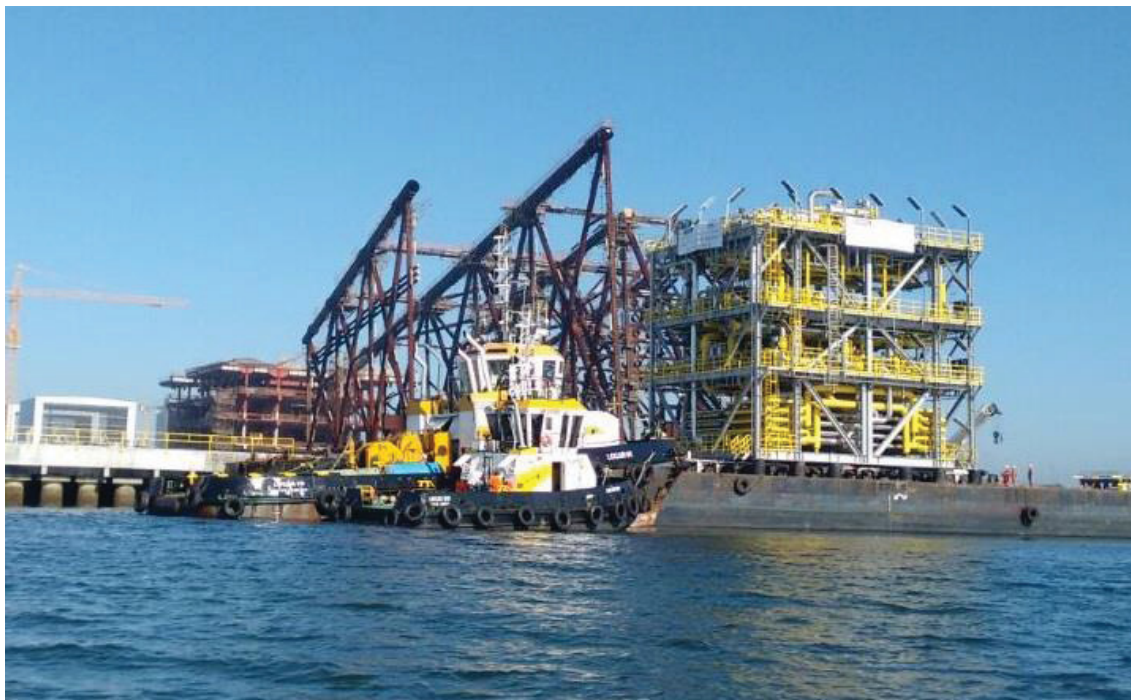


FOTO: a autora (2016)

A atividade portuária confere diversos riscos ao meio ambiente e às populações que dependem desses recursos naturais através da contaminação das águas e consequentemente dos recursos pesqueiros. Essa poluição pode ocorrer pela exposição à diversos elementos químicos como os metais pesados utilizados e transportados pelos portos e navios, pela disposição da água de lastro de navios no mar e pelas dragagens de navios que reviram o fundo do oceano podendo colocar em circulação substâncias já decantadas. A análise de biomarcadores é um recurso que bem elucida a situação dos recursos pesqueiros na Baía de Paranaguá (SANTOS, 2013)⁷.

⁷ Diversos trabalhos sobre o tema podem ser obtidos através do link do Laboratório de Toxicologia Celular da UFPR: <http://www.labtoxcel.ufpr.br/>

FIGURA 5: NAVIO EM TRÁFEGO DENTRO DA BAÍA DE PARANAGUÁ. PODE-SE OBSERVAR A DISPERSÃO DA ÁGUA DE LASTRO NO MAR



FOTO: a autora (2015).

Além disto, o risco das atividades portuárias também pode ser por acidentes potenciais. No caso no litoral do Paraná pode-se vislumbrar esse risco no maior acidente deste tipo dos últimos 20 anos ocorrido no Complexo Estuarino de Paranaguá com a explosão do navio-tanque chileno *Vicuña*, de oito mil toneladas, no dia 15 de novembro de 2004. Esse acidente provocou o despejo de 4 milhões de litros de óleo bunker atingindo baías e praias de Antonina, Paranaguá, Guaraqueçaba e Pontal do Paraná. Devido ao impacto gerado, a pesca ficou interrompida por cerca de 2 meses prejudicando milhares de famílias (NOERBERG *et al*, 2008). Até hoje há pescadores que ainda não receberam compensação deferida pelo Estado.

FIGURA 6: CONTRASTE ENTRE O PORTO DE PARANAGUÁ E O PESCADOR ARTESANAL NA BAÍA DE PARANAGUÁ. A FOTO FOI TIRADA LOGO EM FRENTE À COMUNIDADE DE AMPARO.



FOTO: a autora (2015).

FIGURA 7: AMPLIAÇÃO DA ÁREA PORTUÁRIA



.FONTE: APPA, 2013.

4.5 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Inserido no Bioma Mata Atlântica, juntamente com o litoral sul do Estado de São Paulo, o litoral do Paraná abriga o maior trecho contínuo dessa formação, incluindo o complexo estuarino-lagunar Iguape – Cananéia - Paranaguá

(ANDRIGUETTO-FILHO, 1999). Este fator, aliado à existência de espécies endêmicas, colocam o bioma como um *hotspot* mundial de biodiversidade (SOS MATA ATLÂNTICA, [s.d.]). A variedade de ecossistemas presentes na região (serras, planaltos, restingas, mangues, entre outros) revela a complexidade natural do litoral paranaense. Desta forma, seus remanescentes no litoral do Estado têm sido objeto de várias legislações de proteção ambiental, implicando em restrições ao uso de recursos e criação de unidades de conservação (UCs) pela sua importância ecológica, além de ser reflexo de uma gestão e ocupação do litoral feita de forma irregular e complexa (ANDRIGUETTO-FILHO, 1999).

No litoral do Paraná, até o ano de 2014, 29 UCs estavam presentes na área, das quais 14 são de proteção integral e 15 de uso sustentável; destas, mais da metade sendo áreas particulares. Esta região ainda possui suas florestas relativamente bem conservadas e como a comunidade científica vem buscando cumprir as metas estabelecidas pela Conservação Biológica da Biodiversidade (CBB) a qual estipulou 10% de todos os biomas brasileiros protegidos até 2010 (MEDEIROS & YOUNG, 2011), pode-se sugerir, a partir do exposto, que nos próximos anos, outras UCs deverão ser criadas no litoral paranaense.

O quadro a seguir, apresenta as unidades de conservação (UCs) presentes no litoral do Paraná, de acordo com a classificação adotada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

QUADRO 5: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO LITORAL DO PARANÁ.

GRUPO DE MANEJO	UC	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA (HA)	MUNICÍPIO	ESFERA
	RESERVA BIOLÓGICA BOM JESUS	2012	35.000	ANTONINA, GUARAQUEÇA BA E PARANAGUÁ	FEDERAL
PROTEÇÃO INTEGRAL	ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAGUAÇU	1992	3.410,71	PARANAGUÁ E PONTAL DO PARANÁ	ESTADUAL
	ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAQUEÇA BA	1984	13.638,90	GUARAQUEÇA BA	FEDERAL
	ESTAÇÃO ECOLÓGICA ILHA DO MEL	1982	2.240,69	PARANAGUÁ	ESTADUAL
	PARQUE ESTADUAL DA GRACIOSA	1990	1.189,58	MORRETES	ESTADUAL

	PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO MEL	2002	337,84	PARANAGUÁ	ESTADUA L
	PARQUE ESTADUAL DO BOGUAÇU	1998	6.660,64	GUARATUBA	ESTADUA L
	PARQUE ESTADUAL DO PAU OCO	1994	905,58	MORRETES	ESTADUA L
	PARQUE ESTADUAL PICO DO MARUMBI	1990	8.745,45	PIRAQUARA, QUATRO BARRAS E MORRETES	ESTADUA L
	PARQUE ESTADUAL PICO PARANÁ	2002	4.333,83	CAMPINA GRANDE DO SUL E ANTONINA	ESTADUA L
	PARQUE ESTADUAL ROBERTO RIBAS LANGE	1994	2.698,69	ANTONINA E MORRETES	ESTADUA L
	PARQUE ESTADUAL DO RIO DA ONÇA	1981	118,51	MATINHOS	ESTADUA L
	PARQUE NACIONAL GUARICANA	2014	49.286,87	GUARATUBA, MORRETES E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	FEDERAL
	PARQUE NACIONAL DO SUPERAGÜI	1989	34.254,00	GUARAQUEÇA BA	FEDERAL
	PARQUE NACIONAL SAINT HILAIRE-LANGE	2001	25.161,00	GUARATUBA, MORRETES, MATINHOS E ALEXANDRA	FEDERAL
	PARQUE NACIONAL MARINHO DAS ILHAS DOS CURRAIS	2013	Não divulgado	Não divulgado	FEDERAL
USO SUSTENTÁVEL	AEIT DO MARUMBI	1980	66.732,99	ANTONINA, MORRETES, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS E CAMPINA GRANDE DO SUL	ESTADUA L
	APA DE GUARAQUEÇA BA	1992	191.595,50	GUARAQUEÇA BA	ESTADUA L
	APA DE GUARAQUEÇA BA	1985	303.000,00	ANTONINA, GUARAQUEÇA BA E PARANAGUÁ	FEDERAL
	APA ESTADUAL DE GUARATUBA	1992	199.596,51	GUARATUBA, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS,	ESTADUA L

				TIJUCAS DO SUL, MORRETES E MATINHOS	
	ARIE DE PINHEIRO E PINHEIRINHO	1985	109	GUARAQUEÇA BA	FEDERAL
	FLORESTA ESTADUAL DO PALMITO	1998	530	PARANAGUÁ	ESTADUA L
	RPPN ÁGUAS BELAS	2004	508,2	ANTONINA	ESTADUA L
	RPPN ENCANTADAS	2014	18.33,19	ANTONINA	ESTADUA L
	RPPN RESERVA ECOLÓGICA DE SEBUI	2000	400,78	GUARAQUEÇA BA	FEDERAL
	RPPN RESERVA NATURAL FAZENDA SANTA MARIA	1997	400,27	ANTONINA	ESTADUA L
	RPPN RESERVA NATURAL MORRO DA MINA	2003	1.336,19	ANTONINA	ESTADUA L
	RPPN RESERVA NATURAL RIO CACHOEIRA	2007	4.292,88	ANTONINA	ESTADUA L
	RPPN RESERVA NATURAL SALTO MORATO	1994	819,18	GUARAQUEÇA BA	FEDERAL
	RPPN RESERVA NATURAL SERRA DO ITAQUI	2007	3.526,87	GUARAQUEÇA BA	ESTADUA L
	RPPN RESERVA NATURAL SERRA DO ITAQUI I	2007	392,37	GUARAQUEÇA BA	ESTADUA L
	RPPN RESERVA NATURAL SERRA DO ITAQUI II	2011	984,93	GUARAQUEÇA BA	ESTADUA L

FONTE: a autora (2015).

4.5.1 Unidades de Conservação utilizadas pelos sujeitos da pesquisa

4.5.1.1 Parque Nacional Marinho das Ilhas do Currais

A Ilhas dos Currais é em verdade um arquipélago formado por de 3 ilhas, a Ilha Grapirá, Ilha Três Picos e Filhote. Possuindo cerca de 1400 hectares, o arquipélago fica aproximadamente 10 km da costa (6 milhas náuticas), em Pontal do Paraná, entre as Baías de Guaratuba e Paranaguá. O Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais é o terceiro parque do Brasil a ter essa categoria e foi sancionado pela Lei n.12.829 no dia 20 de junho de 2013 e tem como objetivo conservar parte do Ecossistema marinho já que o local abriga espécies de peixes ameaçados de extinção e é local de nidificação de aves. O parque até agora não possui um plano de manejo, sequer analistas ambientais lotados. A responsabilidade pelo parque é da Coordenação Regional do ICMBio em Florianópolis (CR-09) (ICMBio, 2015; GIRALDI-COSTA & MURATA, 2015).

O PARNA pertence ao grupo de UCs de proteção integral previsto no SNUC e possibilita a pesquisa científica e atividades de Educação Ambiental, recreação em contato com a natureza, além do turismo ecológico (todas ações de uso indireto dos recursos naturais). Porém, os recursos pesqueiros são utilizados por pescadores artesanais de diversos locais como Matinhos (GIRALDI-COSTA & MURATA, 2015) e Pontal do Paraná, por exemplo. Embora o projeto de lei que deu origem ao parque afirme que a pesca realizada no local coloca em risco as espécies de aves e o patrimônio cênico, não há nenhum estudo de caso que comprove essa hipótese. (GIRALDI-COSTA & MURATA, 2015).

Giraldi-Costa & Murata (2015) afirmam em seu estudo com pescadores de Matinhos que estes não foram avisados da criação do PARNA e não foi realizada audiência pública, sendo assim, os pescadores afirmam que souberam da existência do Parque já na fiscalização realizada durante a pesca (GIRALDI-COSTA & MURATA, 2015), contrariando as recomendações e legislação do SNUC.

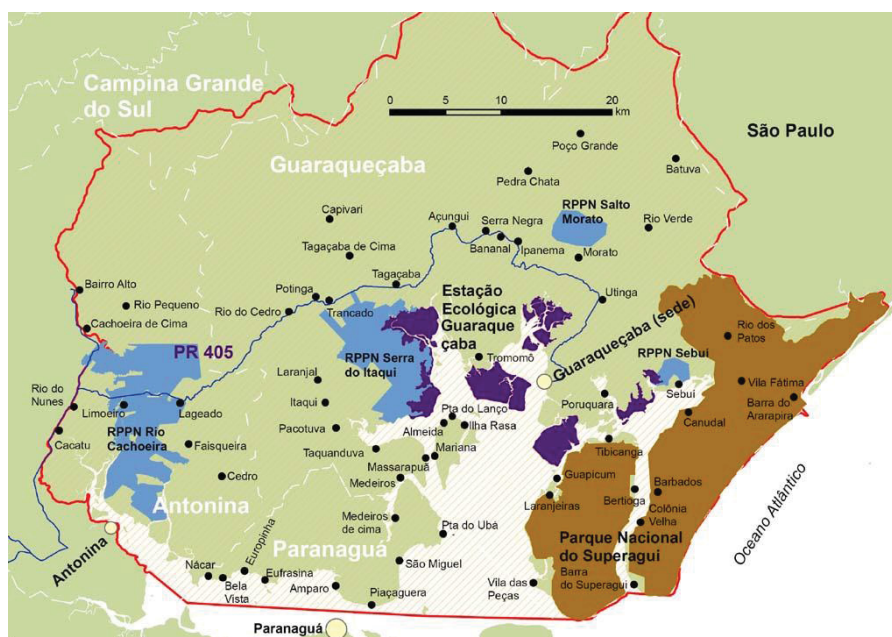
4.5.1.2 Parque Nacional do Superagui

O PARNA de Superagui está localizado na porção norte do litoral paranaense e atinge a Ilha de Superagui e suas vilas (Vila de Superagui, Saco do Morro (Colônia), Barbados, Canudal, Vila Fátima, Ararapira e Barra do Ararapira); a Ilha das Peças (comunidades de Vila das Peças, Laranjeiras, Guapicum, Tibicanga e Bertiooga. Já no continente o PARNA atinge o Costão do Sebuí cujas comunidades são a de Sebuí, Rita e Abacateiro (GUSSO *et al.*, 2014).

Foi criado em 1989 e ampliado em 1997 possuindo então uma área de 33.998.00 hectares (ICMBio, 2016) sendo então uma área de proteção integral e altamente restritiva quanto ao uso do território e recursos naturais.

Segundo Gusso *et al* (2014) os principais conflitos gerados na Vila do Superagui são causados por dois motivos: a decorrência das restrições ambientais que impedem a reprodução dos modos de vida específicos da região e a sobreposição desse território tradicional pelo PARNA. Já Duarte & Varela (2014) analisam as mudanças culturais ocorridas na comunidade de Barbados recorrentes das restrições ambientais como por exemplo a proibição de uma técnica de pesca tradicional, o cerco, prática essa que origina o nome “caiçara”; além disso, a proibição do plantio de roças de subsistência, outra prática tradicional realizada na região. Estes dois estudos podem servir de exemplos de conflitos socioambientais enfrentados pela implementação do PARNA de Superagui. Além disso, pudemos observar um grande conflito no que diz respeito ao Plano de Manejo do PARNA, uma vez que foi implementado sem a participação devida da comunidade, dando maior visibilidade aos conflitos, como será visto neste trabalho.

FIGURA 9: MAPA DA APA DE GUARAQUEÇABA E RESPECTIVAS COMUNIDADES. EM DESTAQUE (MARROM) O PARNA DE SUPERAGUI.



FONTE:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Esta%C3%A7%C3%A3o_Ecol%C3%B3gica_de_Guaraque%C3%A7aba#/media/File:Apa_auaraquecaba.jpg (2015)

4.5.1.3 Estação Ecológica de Guaraqueçaba

A ESEC de Guaraqueçaba foi criada através do decreto n. 87.222 de 31 de maio de 1982 e sua área ampliada a partir do decreto n. 93.053 de julho de 1986. Possui 4.475.69 hectares de área e tem como objetivo a conservação de mangues, áreas florestais e espécies endêmicas como o Papagaio-da-cara-roxa. O órgão gestor é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza – ICMBio e não possui plano de manejo (ICMBio, 2016). A área da ESEC se sobrepõem ao território de algumas comunidades, entre elas a comunidade de Guapicum. Nessas áreas ocorre a captura do caranguejo, importante atividade econômica das comunidades do interior da baía, e geradora de conflitos entre unidade e pescadores.

4.5.1.4 Estação Ecológica da Ilha do Mel

A Ilha do Mel, por aforamento, teve sua administração transferida pela União ao Estado do Paraná em 1982 com a condição legal de que fosse formada

uma área de proteção natural. Assim a Estação Ecológica da Ilha do Mel, que abrangendo cerca de 95% da área total da Ilha, foi criada em 2008 (IAP, 2012). Esta categoria de Parque é uma das mais restritivas onde só é possível a pesquisa científica e projetos educacionais perante autorização do órgão ambiental responsáveis. Quando uma ESEC é criada qualquer vila, comunidade ou família que viva neste território poderá ser desapropriada de forma imediata com o respaldo legal (SNUC, 2000).

Desta forma, a comunidade da Ponta Oeste localizada na Ilha do Mel sofre os efeitos da criação da ESEC e sua gestão sob diversos conflitos seja de cunho territorial ou acerca do uso de recursos naturais utilizados de forma tradicional como veremos neste trabalho.

4.6 OS SUJEITOS DA PESQUISA: AS COMUNIDADES PESQUEIRAS

A pesca está presente entre as atividades extrativistas mais antigas. Desde a pré-história a atividade pesqueira constitui um saber proveniente da relação direta do ser humano com o meio ambiente costeiro e litorâneo. Saber esse que através da temporalidade constrói uma rede social complexa tendo grande importância histórica (CARDOSO, 2001; DIEGUES *apud* CARDOSO, 2001).

No Brasil, desde o século XVII há a formação de diversas comunidades marítimas e litorâneas que viviam parcialmente da pesca (SILVA, 1993). Vestígios arqueológicos do homem do sambaqui revelam a prática pesqueira mais antiga. Posteriormente, os diversos povos originários utilizavam a pesca como fonte de proteínas em sua dieta alimentar. Com a vinda dos colonizadores, imigrantes e de negros africanos, diferentes tecnologias e culturas de pesca foram introduzidas reorganizando o modo de pescar (CARDOSO, 2001). Nesta realidade pré-industrial, muitas comunidades de pescadores se formam juntamente com saberes e práticas distintas advindas das relações entre os pescadores e seu entorno. Isso porque a construção dos saberes da pesca ocorre diretamente ligada às questões ambientais, tais como clima, ciclos biológicos dos animais, eventos oceânicos, entre outros. Deste modo, as práticas de trabalho possuíam uma noção própria permeados muitas vezes de

uma cultura também específica (SILVA, 1993). Silva (1993) ressalta que desta forma, os pescadores possuíam a liberdade de seu tempo no que se refere as práticas de seu trabalho, regulado por necessidades concretas e pela sua cultura própria e não por agentes externos à produção. Enquanto algumas comunidades eram de pescadores-agricultores (como é o caso dos caiçaras paranaense e paulista), outros tinham a pesca como atividade exclusiva (jangadeiros do Nordeste).

Após as décadas de 1920 e 1930, a modernização global começa a interferir no modo de produção e organização dos pescadores. O barco motorizado ou a valorização de determinada espécie da fauna marinha pelo mercado são exemplos dessas interferências, além de outras mais conflituosas como a expulsão de pescadores de seus territórios pela especulação imobiliária ou o modo competitivo e individualizado de pescar para atender ao mercado e não mais às necessidades locais (SILVA, 1993). Outros fatores externos aparecem como conflituosos, pescadores de diversos locais anunciam problemas referentes à pesca como a poluição das águas, diminuição do recurso pesqueiro, alto custo dos equipamentos, insuficiente assistência social, baixo preço pago pelos atravessadores ou intermediários, entre outros. Questões relativas também ao território são declaradas, como a expulsão de pescadores de seus territórios pela especulação imobiliária e a criação de áreas protegidas, que culminou a proibição de práticas culturais e de pesca até a retirada de comunidades de seus locais. Diante desses fatores, os pescadores a partir da década de 1960 passam a se organizar politicamente em esfera local e nacional (SILVA, 1993).

No litoral do Paraná, a conformação das cerca de 60 vilas de pescadores se deu historicamente de formas diferenciadas. Parte delas possuem origem em pescadores-agricultores e outras são formadas exclusivamente por pescadores. Com raízes culturais do século XVII possuem origens indígenas e de portugueses. Outra parte dessa população possui origem exclusivamente agrícola e mais recente. A migração de agricultores para comunidades ribeirinhas e o desaparecimento da atividade agrícola nas comunidades estuarinas ocorreu desde o século passado até meados dos anos 1960, dando origem aos pescadores artesanais. Essa transição está imbricada em diversos

fatores econômicos como o declínio da agricultura de queimada e baixa fertilidade do solo, por exemplo. As comunidades pesqueiras estão situadas no interior das baías e na frente oceânica, com conformações diversas, podendo apresentar-se como vilas de difícil acesso ou estarem em áreas urbanas (ANDRIGUETTO FILHO, 1999).

Os dados sobre o número de pescadores nos Municípios do litoral paranaense podem variar de acordo com a fonte. A tabela 1 sintetiza as duas últimas atualizações sobre esses dados.

QUADRO 6: NÚMERO DE PESCADORES POR MUNICÍPIO NO LITORAL DO PARANÁ

Dados de 2005/2006			Dados de 2010/2014		
Município	Pescadores	População	Município	Pescadores	População
Antonina	700	20.729	Antonina	697	18.891
Guaraqueçaba	1.096	8.677	Guaraqueçaba	1.120	7.871
Guaratuba	900	34.100	Guaratuba	668	32.095
Matinhos	215	33.688	Matinhos	145	29.428
Morretes	-	-	Morretes	6	15.718
Paranaguá	1.001	147.934	Paranaguá	682	140.469
Pontal do Paraná	365	18.848	Pontal do Paraná	139	20.920
TOTAL	4.277	263.976		3.457	265.392
Fonte: IBGE, 2006; Andriguetto-Filho <i>et al</i> , 2006.			Fonte: CENSO IBGE 2010; Pescadores: MPA, 2014.		

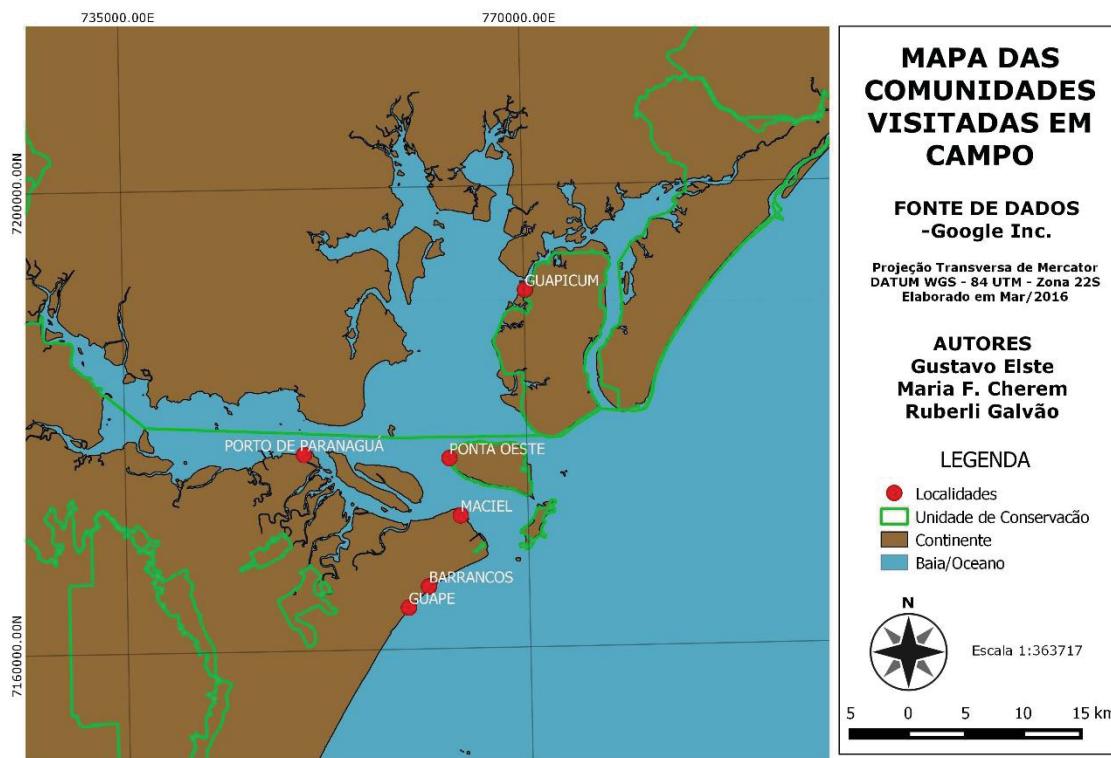
Dentre as vilas de pescadores analisadas por Andriguetto-Filho (1999), algumas estão em situação de involução com tendência a se extinguirem (vilas com menos de 5 domicílios). De acordo com o autor, as vilas principais estão situadas em: Guaratuba (13 vilas e 9 com número menor que 5 domicílios), Matinhos (1 vila), Paranaguá e Pontal do Paraná (24 vilas e 14 com número menor que 5 domicílios), Guaraqueçaba (21 vilas e 14 com número menor que 5 domicílios) e Antonina (1 vila e 6 com número menor que 5 domicílios). Além desta quantificação, o autor reitera que existem outros agrupamentos de pescadores e ainda os que se encontram de forma mais isolada que não estão

baixa diversidade de petrechos), a Pesca Artesanal Diversificada de Média Tecnologia (alta diversificação de práticas pesqueiras, baixa ou média produção e média intensidade tecnológica) e por fim a Pesca Empresarial e Artesanal Comercial de Alta Tecnologia (alta tecnológica e média diversificação das práticas pesqueiras por serem especializadas em determinados recursos). As atividades pesqueiras ainda podem ser realizadas de forma individual ou coletiva dependendo de fatores como apetrechos de pesca. Muitos pescadores que não possuem embarcações e demais tecnologias, recebem o quinhão, parte do pescado, sendo que a maior parte da pesca fica com o pescador que possui os apetrechos (ANDRIGUETTO-FILHO, 1999).

As limitações do manejo pesqueiro juntamente com a dinâmica de desenvolvimento no litoral do Paraná conferem aos pescadores as mesmas condições de sujeitos subalternos em países subdesenvolvidos, como a pobreza, alta dependência de atravessadores, falta de alternativas de renda, degradação de habitat, entre outros. Por outro lado, o termo “artesanais” é insuficiente e mascara a complexidade e heterogeneidade das atividades pesqueiras. Algumas delas possuem características da pesca industrial (ou pelo menos, em uma visível transição entre o artesanal e o industrial). Essa dinâmica é consequência de duas causas: a intensificação empresarial capitalista, a modernidade mais produtiva e o declínio dos processos mais tradicionais menos capitalizados. Apesar disso, as diferentes lógicas culturais parecem contribuir para essa diferença de desempenho econômico no mesmo espaço físico e dentro de semelhantes realidades (ecológicas, técnicas e de manejo) (ANDRIGUETTO-FILHO *et al*, 2011).

4.7 BREVE DESCRIÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS VISITADAS

FIGURA 11: MAPA DAS COMUNIDADES VISITADAS. COMO REFERÊNCIA O PORTO DE PARANAGUÁ E AS ÁREAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO REFERENTES



FONTE: Mapa elaborado por Gustavo Elste e Ruberli Galvão para esta pesquisa (2015).

4.7.1 Guapicum

Possui aproximadamente 32 casas (16 delas ocupadas o ano todo) e cerca de 30 pescadores, sendo que toda a comunidade vive da pesca, exceto a professora local. Na vila há uma Associação de Moradores, cuja presidente representa também a comunidade no Conselho da Estação Ecológica de Guaraqueçaba (COSEC) e foi uma de nossas entrevistadas, sujeito da pesquisa⁸.

⁸ Optamos por não relatar a identidade dos sujeitos dessa pesquisa, uma vez que a mesma se trata de conflitos. Dessa forma, pensamos em protegê-los diante de informações recolhidas.

FIGURA 12: COMUNIDADE DE GUAPICUM.

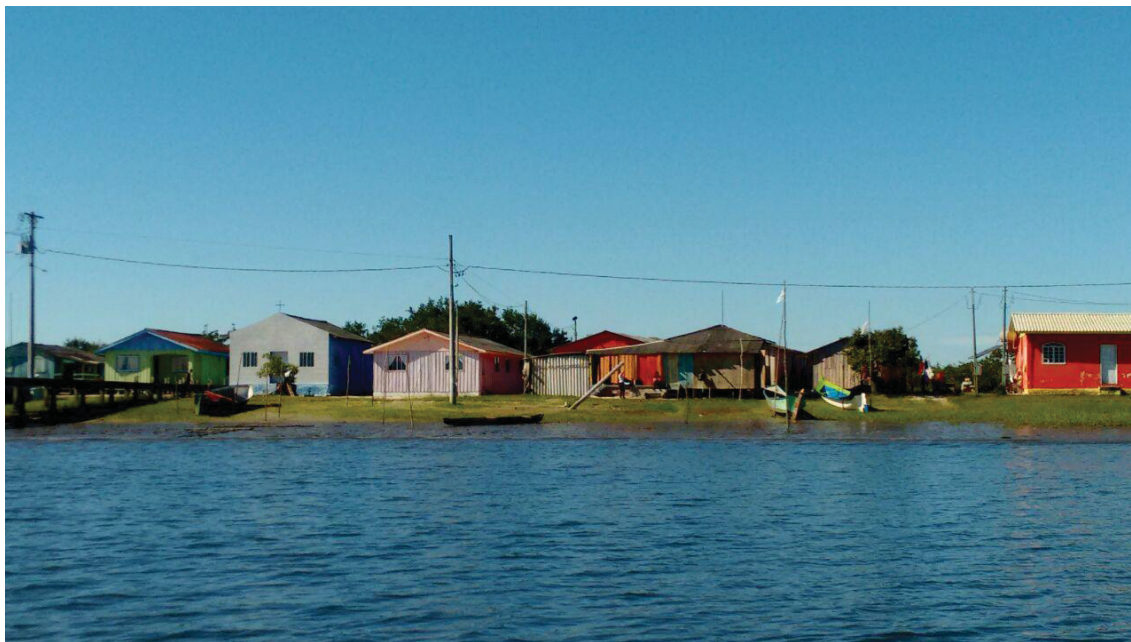


FOTO: a autora (2015).

Em relação à situação dos pescadores de Guapicum, ela afirma que esse ano a pesca diminuiu muito e que inclusive há duas famílias em situação bem preocupante, “chegando a faltar gás e comida”. Muitas famílias recebem auxílios como o bolsa-família e o seguro-defeso, porém as mais importantes rendas dessas famílias provem do recurso pesqueiro. Quanto à infraestrutura, afirma que os principais problemas enfrentados são a falta de coleta de lixo devido ao trapiche que eles possuem ser “muito curto”, o barco do lixo que deveria realizar a coleta dos resíduos sólidos não consegue atracar: “ele já veio sim, mas ficou lá no seco, parado”. Segundo a mesma, o problema do trapiche também prejudica a comunidade em relação ao turismo, já que teria um barco já acordado para todos os sábados proveniente de Paranaguá-PR para a realização desta atividade econômica, mas que está inviabilizada por conta deste entrave.

FIGURA 13: TRAPICHE DE GUAPICUM COM A MARÉ ALTA.



FOTO: a autora (2015).

Sendo assim, é ela que participa das reuniões fora da comunidade e que faz esse intercâmbio de informações. Ela relata que a maioria das conversas ocorre na Igreja da Comunidade, e em alguns casos, na Escola.

Outro sujeito da comunidade de Guapicum foi um dos pescadores mais antigos e líder comunitário, além de ser o atravessador de todo recurso pesqueiro destinado à comercialização em Paranaguá e o único morador a ter um bar e uma venda. Morador há cerca de 60 anos de Guapicum, aponta que a origem da comunidade se deu por moradores de Guaraqueçaba-PR através de muitas gerações e que sua família veio de Rio Verde, também da região de Guaraqueçaba.

Os problemas de infraestrutura apontados pelo informante 2 dizem respeito à coleta de lixo (já relatado acima), a precária coleta de água que é feita e administrada pela própria comunidade (como limpeza das caixas d'água, tubulações, retirada de folhas para o fluxo de água, etc) a partir de um reservatório natural localizado relativamente próximo à comunidade. Essa coleta é feita sem tratamento e os dois informantes-chave relatam que muitas crianças

ficam com diarreia pois a população não tem o hábito de ferver a água. Além disso, seu relato revela que o esgoto das casas não é sequer coletado, tampouco tratado, e que vai direto para o Mangue. As casas de Guapicum estão instaladas em um terreno onde a maré avança quando cheia, por isso as casas são elevadas. Desta forma, a maré também alcança o mangue localizado muito próximo, trazendo todos os resíduos do esgoto para a vila.

FIGURA 14: CASAS ELEVADAS DE GUAPICUM (INCLUSIVE A DOS CÃES)

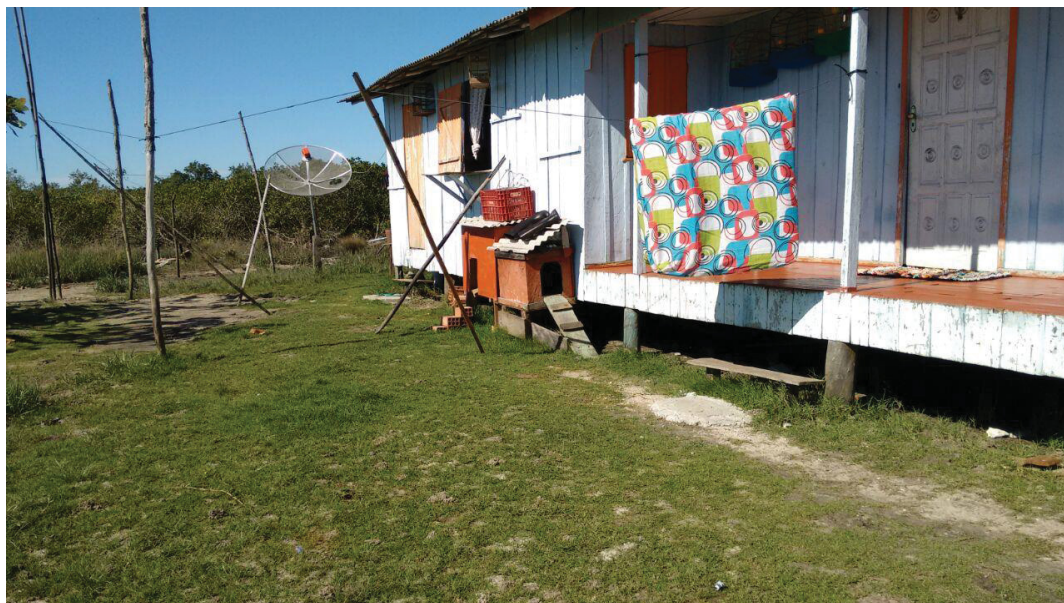


FOTO: a autora (2015).

FIGURA 15: TUBULAÇÃO DE ESGOTO DE GUAPICUM. EM BRANCO, SAEM DAS CASAS DIRETO PARA O MANGUE.



FOTO: a autora (2015).

As atividades pesqueiras apontadas nas entrevistas são a pesca dentro da baía com redes de malha cujos os pescados são o parati, o bagre, corvina e tainha feita com cerca de 20 canoas a motor e 15 sem motor. Além disso, há criação de ostras, pesca do bacucu e sururu realizada pelas mulheres, a pesca do caranguejo e o uso do gerival para a pesca do camarão. Segundo relato, o camarão e o caranguejo são hoje a principal renda também porque se recebe o seguro-defeso, no caso do camarão.

4.7.2 Ponta Oeste

A Ponta Oeste, como o nome sugere, é uma comunidade de pescadoras e pescadores que reside na porção oeste da Ilha do Mel, localizada na Baía de Paranaguá. No ano de 1982 foi criada na região uma unidade de conservação de uso restrito, a Estação Ecológica da Ilha do Mel e desde então diversos atos administrativos têm sido utilizados pelo Estado afim de desterritorializar e realocar a comunidade. Esse histórico contribuiu para que os jovens fossem estudar e residir em Paranaguá, fazendo com que em 2011 a pessoa mais jovem da comunidade tinha 41 anos e a idade média dessa população fosse de 61 anos (HARDER & FREITAS, 2012).

Culturalmente a atividade da agricultura sempre esteve presente na Ponta Oeste na modalidade de mutirões para o plantio de diversos alimentos, entre eles a mandioca e a melancia, sendo que os últimos mutirões ocorreram entre 1965 e 1970. Associado a esses mutirões havia outras manifestações culturais como o fandango, música e dança caiçaras. Segundo os moradores essa atividade teve seu declínio associado a dragagem do Canal da Galheta; com a redução do pescado muitas famílias migraram para outros locais (HARDER & FREITAS, 2012).

Em 1980 foi realizado o Levantamento Populacional e de Edificações Existentes na Ilha do Mel, onde pode-se constatar que a Ponta Oeste foi, além da primeira vila da ilha, a mais populosa (211 pessoas, cerca de 1/3 da população total da ilha) e a que mais continha casas de moradores (apenas 1 das 43 edificações era casa de veranistas). Além disto, nesta época a

comunidade abrigava a única zona eleitoral da Ilha e o maior número de crianças, cerca de 87 pessoas entre 0-14 anos (HARDER & FREITAS, 2012).

Tais mudanças drásticas na estrutura populacional desta comunidade ocorreram a partir de 1985 com a criação da Estação Ecológica e também pela diminuição do pescado por consequência das atividades portuárias. A escola atendia apenas as séries iniciais não fornecendo então subsídio para a população jovem, fato que também contribuiu para a migração de muitas famílias para a cidade de Paranaguá. Além disso, o histórico de pressão e violação de direitos sofrido por essa população, suas proibições no que diz respeito ao plantio das roças feito há gerações e a destruição das mesmas pelos aparatos do Estado e a redução da área de uso comum pelas fronteiras da Unidade de Conservação levam esta comunidade a uma grande mudança nos padrões de vida, o que antes era liberdade se torna invisibilidade. Esses processos culminaram o envelhecimento da população e a desterritorialização forçada dos jovens (HARDER & FREITAS, 2012).

Hoje em dia, os jovens ainda não encontram condições para retornar a residir na Ponta Oeste, além da falta de infraestrutura, os numerosos pedidos de reforma das casas e da construção de outras é geralmente negado pelo IAP. Essa situação leva aos moradores desta parte da Ilha a um fluxo entre Paranaguá e a Ponta Oeste afim de manter os laços dessa coletividade. Esse fluxo constante é utilizado pelo Estado na construção de um discurso de que a Ponta Oeste seria apenas um ponto de pesca e que então não haveriam moradores locais, nem se quer a comunidade, incentivando ainda mais a invisibilidade da mesma (HARDER & FREITAS, 2012).

Em termos de comparação em relação às outras comunidades da Ilha do Mel como Encantadas, Nova Brasília, Fortaleza, Farol das Conchas e Praia Grande, a Ponta Oeste é claramente a que conta com menos infraestrutura e turismo e uma das três vilas (juntamente com Encantadas e Farol das Conchas) que possuem o maior número de pescadores (FUZETTI, 2007). Outra questão importante relatada por Fuzetti (2007) é que a vila da Ponta Oeste foi a mais afetada da Ilha do Mel pelo acidente do navio Vicuña no Porto de Paranaguá.

Segundo o entrevistado, a comunidade de Ponta Oeste foi a primeira da Ilha do Mel, hoje conta com cerca de 20 casas. Conta que houve expressiva diminuição do número de moradores devido às dificuldades na pesca e pelas restrições do IBAMA e posteriormente do IAP. Além disso, a retirada da escola (antes também zona eleitoral) fez com que muitas famílias migrassem para Paranaguá.

Em 2003, diante da necessidade de se estabilizar na Ponta Oeste, viram a possibilidade de instalar um projeto de criação de ostras na região. Foram realizadas diversas reuniões entre os pescadores para decisão de implementação do cultivo. Somente em 2011 ocorre a liberação através do IAP para a área de criação, que tem como tempo de uso 20 anos, porém a cada 5 anos é necessária a renovação dessa licença. Até o momento ainda não foi necessária essa renovação, e quando a informante é indagada sobre suas perspectivas quanto a isso, ela só diz “é, vamos ver como que vai ser”.

Quanto às questões de infraestrutura, afirma que “não tem nada, só gerador e poço de água”. A falta de luz, saneamento e coleta de lixo também contribui para o cenário descrito acima. Uma particularidade sobre o problema do lixo na comunidade refere-se ao grande volume de lixo proveniente dos navios portuários que é depositado nas praias pela maré: “não somos nós que produzimos esse lixo que vocês vêm aí”, e conta que são os moradores que realizam a limpeza da praia.

Dentre as atividades pesqueiras realizadas pela comunidade estão o espinhel, rede de malhas 6 e 7 e o cultivo da ostra, todas dentro da baía. O pescado é vendido diretamente ao consumidor ou em Paranaguá e não conta com atravessadores. Ela afirma que a situação econômica geral dos pescadores “é boa, não é ruim não” e que contam com bolsa-família e o seguro-defeso. Em contrapartida relata que “a gente sempre viveu aqui na invisibilidade e vou envelhecer na invisibilidade”.

FIGURA 16: PESCADOR DA PONTA OESTE PREPARANDO O ESPINHEL.



FOTO: a autora (2015).

FIGURA 17: COMUNIDADE DA PONTA OESTE (VISTA DA CHEGADA).

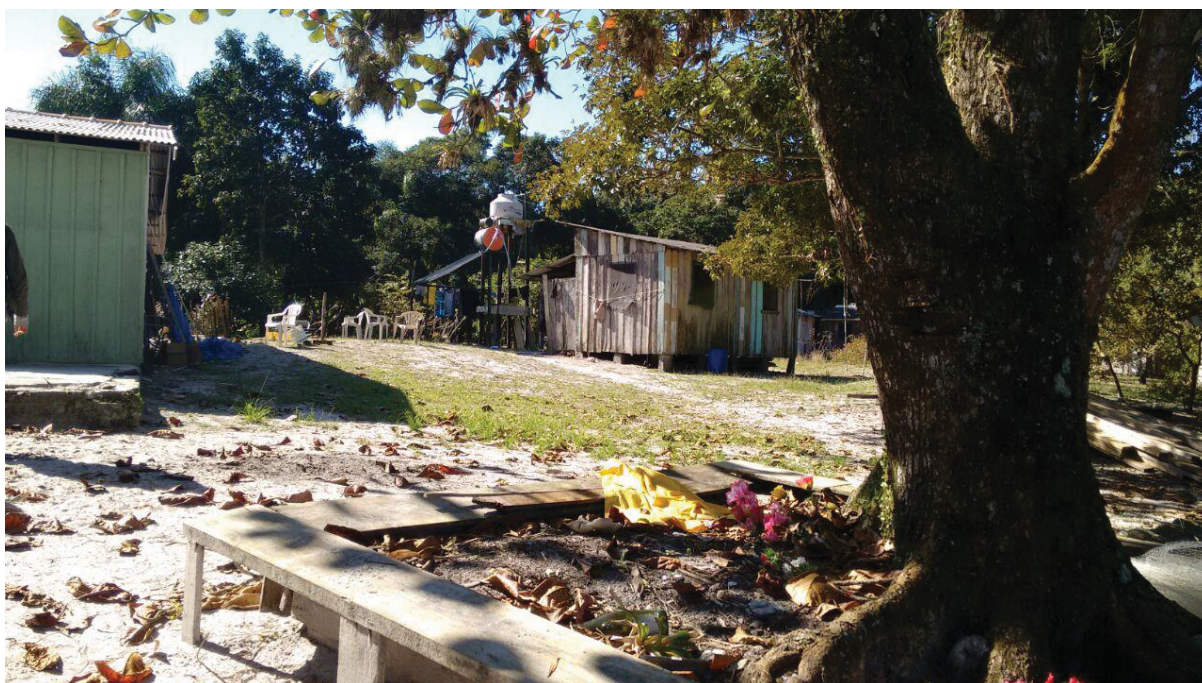


FOTO: a autora (2015).

FIGURA 18: APETRECHOS DO CULTIVO DE OSTRA E PESCA DA PONTA OESTE.



FOTO: a autora (2015).

4.7.3 Barrancos

Barrancos está situada no município de Pontal do Paraná e sua formação ocorreu em meados da década de 1970. Esta comunidade de pescadores artesanais sofre muita influência do processo de urbanização e turismo característicos da região, apresentando algumas casas de veraneio e pousadas. Além disso, algumas práticas caiçaras como o plantio da mandioca, a roça de um modo geral, a caça e a coleta, já não são mais praticadas devido à restrição das leis ambientais (OLIVEIRA E SILVA, 2006).

A comunidade conta com relativa infraestrutura como luz, água e coleta de lixo. Pelo relato do informante, eles ainda sentem falta de um posto de saúde e escola. Atualmente Barrancos conta com cerca de 60 casas e 80 pessoas em média. Dessas, em torno de 70 pessoas vivem da pesca (pescadores donos de embarcação, quinhoeiros e de forma indireta), sendo essa a principal fonte de renda da comunidade. Possuem 8 canoas de fibra de vidro a motor e realizam diversos tipos de pesca como o caceio, o arrasto e o fundeio. As principais

espécies comercializadas são a tainha, a cavala, o robalo e o camarão sete-barbas. A principal área de pesca é o mar aberto em frente à comunidade e em torno na Ilha dos Currais. O destino do pescado primeiramente é a venda direta ao atravessador, o restante é vendido à turistas, restaurantes e mercados, sendo que na época de veraneio a venda se intensifica (OLIVEIRA E SILVA, 2006).

Esta comunidade é marcada pela disputa de terras e a especulação imobiliária. O conflito maior iniciou-se há 40 anos e só terminou em 1995 caracterizando um forte processo de resistência por parte da comunidade. Com a vinda da Empresa Balneária de Pontal do Sul, que reivindicou a posse dos lotes da comunidade juntamente com pessoas influentes e o poder público, a comunidade se viu ameaçada (OLIVEIRA E SILVA, 2006).

FIGURA 19: CANOAS DE BARRANCOS



FOTO: a autora (2015).

FIGURA 20: APETRECHOS DE PESCA DE BARRANCOS



FOTO: a autora (2015).

4.7.4 Guapê

A comunidade do Guapê faz parte do Município de Pontal do Sul. Nossa entrevistada, pescadora artesanal, quando indagada sobre a origem da comunidade ela diz que “faz muito tempo” e que o primeiro pescador que ela tem conhecimento em habitar Guapê tem hoje 72 anos. Em seu relato sobre sua chegada nesta comunidade, ela informa que ela e seu pai trabalharam primeiramente como quinhoeiros e tempos mais tarde, através do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) conseguiram sua primeira canoa. Ela relata que inicialmente moravam em um rancho de pesca e por 3 anos ficaram sem luz e água, até conseguirem construir sua casa. Ela informa também que neste início haviam 10 casas na comunidade. Guapê enfrenta uma realocação dessas casas, levada a cabo pela Secretaria do Patrimônio da União, tendo em vista que estão em área de restinga. Segundo a

informante, o processo tem sido bastante articulado entre a comunidade e o MPP.

Em nossa visita pudemos constatar que é uma comunidade que recebe forte influência turística nas épocas de veraneio, sendo que a maioria das casas são de turismo.

FIGURA 21: CANOA E APETRECHOS DE PESCA DE GUAPÊ.



FOTO: a autora (2015).

A falta de dados secundários para a comunidade do Guapê se dá pelo fato de não encontrarmos pesquisa realizada neste local.

4.7.5 Maciel

A comunidade tem origem na década de 1950 e seus habitantes vieram da Baía de Paranaguá e Superagui. Com cerca de 40 famílias possui aproximadamente 150 pessoas. A vila possui energia elétrica, porém não há tratamento sanitário e nem sistema de coleta de resíduos sólidos. Há 4 estabelecimentos comerciais (mercearias), não há posto de saúde e a escola só atende alunos que cursam até a 4 série do Ensino Fundamental I (OLIVEIRA E SILVA, 2006).

Há cerca de 30 anos as pressões territoriais através da especulação imobiliária. A imobiliária Balneária de Pontal (já citada nos relatos desse trabalho com relação a conflitos existentes em Barrancos) visava os terrenos da comunidade para ação turística. Hoje, essa realidade continua pela expansão portuária no local. Assim como em outros locais pesquisados, alguns moradores de Maciel já saíram de suas terras em busca de melhores condições de vida e de renda em Paranaguá (Ilha dos Valadares) (OLIVEIRA E SILVA, 2006). O processo de disputa judicial impetrado pela referida empresa já resultou favorável a esta em alguns casos, inclusive, segundo relato de moradores recolhido por Silva (2006) sendo negociados com a Aeronáutica, que pressionou os moradores acampando armados no local e com helicópteros.

Um dos pescadores artesanais mais antigos da comunidade, quando questionado sobre as mudanças na população da comunidade, afirma que pela pressão muitos habitantes de Maciel hoje se encontram em Paranaguá. Em contrapartida ele relata que “o pessoal da comunidade quer ficar aqui”. Sobre essa pressão ele afirma que tiraram a escola do local, dificultando ainda mais a permanência da comunidade.

FIGURA 22: PARTE DA COMUNIDADE DE MACIEL VISTA DA BAÍA DE PARANAGUÁ.



FOTO: Giselle S. Bachstein (2015).

FIGURA 23: CANOAS EM RANCHO DE PESCA DE MACIEL.



FOTO: a autora (2015).

5 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FORMAS DE RESISTÊNCIA NO LITORAL DO PARANÁ

A tipologia dos conflitos socioambientais descrita por Little (2001) pode ser aplicada nas diferentes comunidades visitadas, bem como nos dados obtidos dos movimentos sociais presentes no litoral do Paraná. Para análise destes dados nos utilizaremos da tipologia de conflitos e modos de resistências descritos neste trabalho. Observa-se, que apesar das especificidades de cada conflito e, assim como propõem Little (2001), a flexibilidade necessária para analisá-los, é possível inserir cada um em uma tipologia. Para isso, os conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, como já mencionado, serão divididos em 2 tipos: acerca dos recursos em terra e acerca dos recursos em mar.

TABELA 7: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FORMAS DE RESISTÊNCIAS OBSERVADOS NO LITORAL DO PARANÁ

TIPOLOGIA DOS CONFLITOS	PRINCIPAIS CONFLITOS OBSERVADOS	COMUNIDADES QUE APRESENTAM TAIS CONFLITOS	PRINCIPAIS RESISTÊNCIAS INVESTIGADAS	TIPOLOGIA DAS RESISTÊNCIAS
CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS (EM TERRA)	LEIS AMBIENTAIS RESTRITIVAS (PLANTIO DE ROÇA, EXTRATAÇÃO DE RECURSOS E APROPRIAÇÃO DE TERRA)	GUAPICUM	ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA (DESOBEDIÊNCIA PASSIVA E PEQUENOS DELITOS)	RESISTÊNCIA COTIDIANA
	QUESTÃO FUNDIÁRIA (ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA)	MACIEL BARRANCOS	PROCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO	ECONOMIA MORAL
	LEIS AMBIENTAIS RESTRITIVAS (REMOÇÃO DOS MORADORES EM ÁREA DE RESTINGA)	GUAPÊ	PROCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO	ECONOMIA MORAL
	LEIS AMBIENTAIS RESTRITIVAS (PLANTIO DE ROÇA, FARINHEIRA, EXTRATAÇÃO DE RECURSOS E APROPRIAÇÃO DE TERRA)	PONTA OESTE	PROCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO	ECONOMIA MORAL
	LEIS AMBIENTAIS RESTRITIVAS (PLANTIO DE ROÇA, EXTRATAÇÃO DE RECURSOS E APROPRIAÇÃO DE TERRA)	MOPEAR MPP	ORGANIZAÇÃO COLETIVA, PROJETOS IDENTITÁRIOS, REIVINDICAÇÕES, PROTESTOS, ATINGE ESFERA FORMAL E POLÍTICA	MOVIMENTO SOCIAL

CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS (EM MAR)	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E PESQUEIRA (TÉCNICAS TRADICIONAIS DE PESCA)	GUAPICUM BARRANCOS GUAPÉ	ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA (DESOBEDIÊNCIA PASSIVA E PEQUENOS DELITOS)	RESISTÊNCIA COTIDIANA
	ÁREA DE PESCA, TÉCNICA TRADICIONAL DE PESCA	MOPEAR MPP	ORGANIZAÇÃO COLETIVA, PROJETOS IDENTITÁRIOS, REIVINDICAÇÕES, PROTESTOS, ATINGE ESFERA FORMAL E POLÍTICA	MOVIMENTO SOCIAL
CONFLITOS EM TORNO DOS IMPACTOS GERADOS PELA AÇÃO HUMANA E NATURAL	ACIDENTE DO VICUÑA, DRAGAGEM DO CANAL DA GALHETA E PESCA INDUSTRIAL	MACIEL GUAPICUM PONTA OESTE BARRANCOS	ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA (DESOBEDIÊNCIA PASSIVA, RELUTÂNCIA, FALSA SUBMISSÃO)	RESISTÊNCIA COTIDIANA
CONFLITOS EM TORNO DO USO DOS CONHECIMENTOS AMBIENTAIS	TÉCNICAS TRADICIONAIS DE PESCA	BARRANCOS	ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA (DESOBEDIÊNCIA PASSIVA, RELUTÂNCIA, FALSA SUBMISSÃO)	RESISTÊNCIA COTIDIANA
	PLANTIO DE ROÇAS, FARINHEIRA	PONTA OESTE	ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA (DESOBEDIÊNCIA PASSIVA, RELUTÂNCIA, FALSA SUBMISSÃO; PROCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO)	RESISTÊNCIA COTIDIANA; RESISTÊNCIA MORAL
	TÉCNICAS TRADICIONAIS DE PESCA, PLANTIO DE ROÇAS	MOPEAR MPP	ORGANIZAÇÃO COLETIVA, PROJETOS IDENTITÁRIOS, REIVINDICAÇÕES, PROTESTOS, ATINGE ESFERA FORMAL E POLÍTICA	MOVIMENTO SOCIAL

Fonte: a autora (2015).

5.1 CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS EM TERRA

5.1.1 Conflitos em torno do acesso à terra

O primeiro tipo de conflito em torno do controle sobre os recursos naturais em terra observado em algumas comunidades visitadas perpassa a questão fundiária, algumas vezes com a tentativa de remoção das comunidades ora pela especulação imobiliária, ora pela ação do Estado através dos órgãos ambientais

pelo discurso da conservação. Entre as comunidades estudadas, registrou-se conflitos fundiários relacionados à unidade de conservação na Ponta Oeste, ao uso balneário/turístico em Barrancos, bem como no Maciel, que também sofre pressão pela expansão portuária, e ainda, na comunidade do Guapê o conflito fundiário se deu em relação tanto às normas de proteção da natureza, especificamente em relação à restinga, quanto a titularidade das terras em relação à União.

Na Ponta Oeste, o conflito fundiário está na tensão entre a permanência da população na localidade e a existência da Estação Ecológica da Ilha do Mel, como já pontuado, criada em 1982. A forma mais evidente que assume o conflito é relacionada à proibição da reforma e construção das casas. Há muitos processos de multas e uma coação por parte do IAP conforme relato a seguir: “você veja aí nossas casas caindo aos pedaços, não podemos trocar nem uma ripa de madeira, até pra delegacia já levaram gente”. Esse conflito é muito antigo e cabe aqui relatá-lo, já que está associado a um plano do Estado para remoção de todas as pessoas da comunidade.

Segundo nosso entrevistado, a história de resistência por parte da população em ficar na Ponta Oeste se inicia na década de 1980, quando uma força-tarefa foi realizada para a retirada dos moradores do local para outra vila da Ilha do Mel, a Nova Brasília, e conta que ele mesmo se mudou, voltando posteriormente. Desde a década de 1980, vários conflitos são relatados pela informante, sempre com os responsáveis pela Gestão da Ilha e da Estação Ecológica. Até então, a Ponta Oeste era a localidade mais populosa da Ilha do Mel. Grande parte da população foi embora, e o uso principal do local se dava como ponto de apoio para as atividades de pesca, de forma que apenas as pessoas efetivamente envolvidas com a pesca permaneciam no local, haja visto que não havia mais escolas, nem energia elétrica, nem atendimento de saúde a população.

Em 1996, ela conta que as restrições para a reforma das casas da comunidade vieram e que ela ouvia dos gestores ou dos fiscais do IAP “que era pra cair mesmo (as casas)”. Quanto a esse fator, a pescadora entrevistada relata que na mesma época foram liberadas grandes construções para gente “de fora” em outras vilas da Ilha do Mel, voltadas ao turismo, como o caso de alguns proprietários de restaurantes e pousadas na Vila das Encantadas. Quando

houve a criação da Associação de Nativos e Pescadores da Ponta Oeste, em 1998, o Conselho Gestor não reconheceu essa entidade em uma tentativa de invisibilizar a comunidade e suas reivindicações. Nesta discussão, ela acreditava que com a criação da Associação dos Moradores eles poderiam ocupar uma cadeira no conselho gestor da ESEC. Porém, segundo ele, o próprio conselho dizia que: “a nossa associação não valia nada e que só iam considerar a Associação de Brasília, já que tinha o nome da Ponta Oeste também, mas essa associação não fazia nada pela gente”.

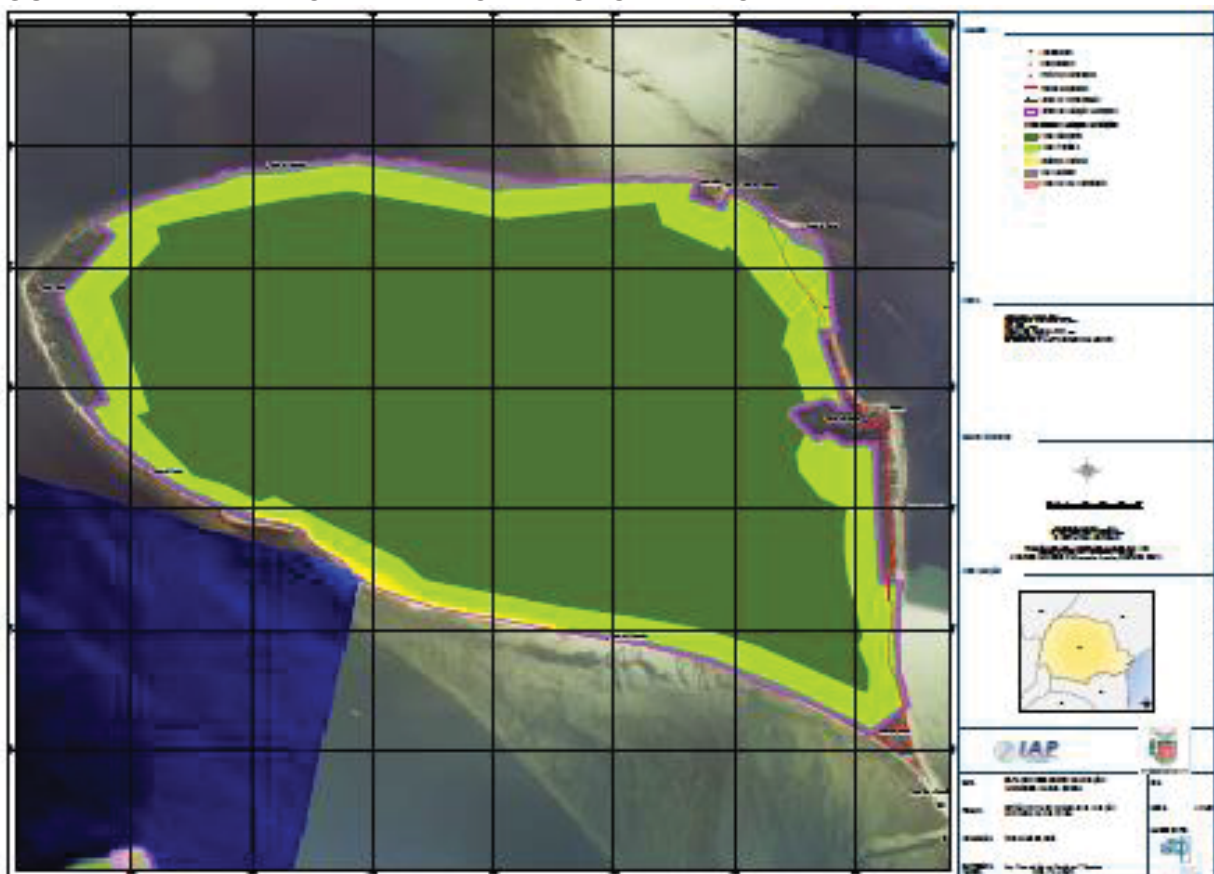
Ela também informa que que na época da construção do Plano de Manejo, o IAP queria a remoção imediata das famílias. Com ajuda de um deputado chamado Dobrandino conseguiram através de trâmites legais constituir que a Ponta Oeste era uma Comunidade Tradicional, assegurando o direito de permanecerem em seu território. Nesta época, ela conta que a vinda do Professor formado em Direito Eduardo Harder (também entrevistado para essa pesquisa) foi fundamental já que através da ajuda dele o Ministério Público foi acionado ocorrendo então audiência pública sobre o caso. Dona Leonor lembra que depois deste episódio, a fiscalização do IAP se tornou um pouco mais branda. Conta ainda que quando fez a reforma de sua casa, o fez “por teimosia, pois o IAP não ia dar a permissão. “Fiz e depois todo mundo deu uma reformada também, tomaram coragem”. A penalização pela “coragem” aqui colocada por ela foi uma multa de cerca de R\$ 30.000,00, uma autuação que a levaria até uma delegacia e uma “depressão, emagreci muito, chorava demais. Até desisti do livro que eu tava escrevendo pra contar daqui da Ponta Oeste, nossas histórias”. A defesa da multa também foi feita pelo Professor Eduardo Harder, ela conta.

A tese de Harder (2014) aponta para um claro processo de invisibilização e negação da comunidade. Segundo o autor, ao se dirigir ao órgão gestor da Ilha, o IAP, alguns de seus técnicos disseram que eles (o professor e sua equipe) estavam sendo enganados, afirmando que a comunidade era, na verdade, de invasores, pessoas que tinham vindo de Paranaguá e estavam tentando se apropriar daquelas terras. Ainda como relato por Harder (2014) e reforçado pela informante-chave da comunidade, o IAP afirmava que a comunidade estava dentro da área da ESEC, porém, com o levantamento feito pelo professor, descobriu-se que, de fato, já à época de sua criação a área pertencente à comunidade havia sido deixada de fora dos limites da UC.

Da mesma forma, tanto a pescadora entrevistada quanto a tese apontam que a área original da comunidade era superior a 30 ha, mas que atualmente o órgão reconhece apenas pouco mais de 1 ha, porém segue deslegitimando a comunidade. Ou seja, embora fora da área da ESEC, por meio da Lei 16037 - 08 de janeiro de 2009, o governo do Estado do Paraná determinou que a área ocupada pela comunidade da Ponta Oeste se restringisse a 1,6 ha, como se pode observar:

AOPT - Área de Ocupação Tradicional Local, correspondente a uma área de aproximadamente 1,6 hectares, situada na Vila da Ponta Oeste, tendo como objetivos: a) barrar o avanço da ocupação antrópica, proibindo quaisquer construções adicionais na região; b) proibir qualquer tipo de ocupação e edificação que não tenha relação com os usos, costumes e tradições da população local; c) preservar a fauna e a flora; d) promover a manutenção da beleza cênica da Ilha; e) não reconhecimento de direito individual de uso.

FIGURA 24: MAPA DE ZONEAMENTO DA ESEC ILHA DO MEL.



FONTE: IAP (2013).

A comunidade de Barrancos, como já descrito, também teve longo processo acerca da questão fundiária. O líder da comunidade e o pescador

entrevistado nesta pesquisa em Barrancos, relata que somente com “muita força e muita sorte” a comunidade ainda está lá. Este conflito fundiário resultou em diversas ameaças de morte a ele por parte dos empregados que cuidavam e cercavam a terra, ele conta que diziam a ele: “daqui um tempo vamos ver o senhor que nem um porco no espeto”. Ele relata ainda que na época até arma ele tinha para se defender. Finalmente em 1995, através da justiça e de muita resistência, a comunidade conseguiu seus documentos por meio de uma ação de usucapião. Embora sejam exceção na região (outras comunidades perderam suas terras), neste processo muitos nativos foram embora e também perderam suas casas.

A organização interna da comunidade se dá através das informações que o líder comunitário repassa das reuniões que participa. Porém, esse diálogo acontece de forma informal e não organizado em forma de reunião. Segue relato do mesmo sobre isso: “somo bem informado, contamos pro pessoal por aí mesmo tomando uma cervejinha”. Segundo ele, a comunidade conta com uma Associação de Moradores que “já não funciona mais”, mas relata que foi através dela que asseguraram o terreno para fazer o campo de futebol, muito visado pela especulação imobiliária. Quando indagado sobre reuniões com outras comunidades para discutir os problemas similares enfrentados por eles, Seu Jair conta que antes essa articulação era realizada através da Colônia de Pescadores, mas que hoje, a Colônia já não desempenha esse papel e que, inclusive, a relação entre a Colônia e os pescadores já não se dá de forma satisfatória. Quando indagado sobre os movimentos sociais de pescadores e sua relação com eles, ele citou o MPP e a CPP e relatou que essa relação é de troca de experiências somente.

Dentro das teorias sobre resistências apontadas neste trabalho, enxergamos nas ações dos sujeitos de Barrancos, no que diz respeito aos processos em torno da questão fundiária, um tipo de resistência que remete à Economia Moral de Thompson (1998) abrangendo a esfera pública, já que é um caso judicializado, porém sem a formação de um Movimento Social. Foi necessária uma articulação entre os membros da comunidade acerca do seu direito à terra tradicional, articulação que sai da esfera cotidiana e parte para um conjunto de ações perante o poder público e judicial.

Em Guapê houve um processo parecido com o de Barrancos, porém a disputa pela terra se deu tanto em relação a uma questão fundiária em face da Secretaria do Patrimônio da União, quanto com órgãos ambientais. As casas dos pescadores, assim como os ranchos de pesca foram construídos em área de restinga, dentro da faixa da preamar (33 metros) em que as terras são consideradas Bem Comum do Povo Brasileiro, na faixa praial. Um caso interessante ocorreu na entrevista com a informante-chave, já que o conflito fundiário está presente em sua vida antes mesmo de ela residir na comunidade. Por ser uma história sobre conflito fundiário em um município do litoral e a clara importância de sua história vivida para as ações que ela permitiu no Guapê decidimos por relatá-la.

Nossa entrevistada é filha de pescador e também pescadora. Quando começamos a entrevista acerca dos problemas fundiários que ela e a comunidade sofreu, ela diz: "calma, a história é muito mais antiga". O relato da informante começa com sua infância na cidade onde nasceu, Matinhos-PR. Neste município houve uma ressaca muito grande que devastou muitas casas. Por isso, a prefeitura da época, há cerca de 10 anos, considerou a área dessas residências como sendo de risco. Porém, a informante nos relata que a ressaca é um evento natural que acontece entre décadas. Iniciou-se então, um processo que duraria 3 anos. De um lado a prefeitura requerendo a retirada das famílias do local, e por outro uma mobilização dessas famílias. Essa mobilização se inicia com a ida até o SPU (Secretaria de Patrimônio da União) sem sucesso, já que segundo a informante, a SPU estaria "junto com a prefeitura e queria que saíssemos de lá". Ela relata que sua casa e outros domicílios não foram totalmente destruídos. Esta área se encontrava muito próxima à PR-412, que a informante-chave chamou de BR em seus relatos. Sobre a questão da área de risco, ela se indaga: "ué, então a BR também tava em risco". Porém, a rodovia nunca foi removida, indicando que o "risco" é só para determinadas áreas de interesse mesmo que fiquem no mesmo local atingido.

Ela relata que receberam documentos de ordem de despejo marcada para uma segunda-feira. Então, algumas famílias se programaram para retirar seus pertences e até mesmo para resistirem no dia da retirada. Porém, o que aconteceu é que a Polícia Federal apareceu na manhã do sábado anterior à data

prevista. Armados de fuzis e facões, começaram uma violenta retirada das pessoas de suas casas e conta que foi tudo muito rápido e confuso de uma maneira bastante emocionada. Ela lembra que a casa era muito boa, de alvenaria com 3 quartos, e que seu pai demorou cerca de 20 anos para construí-la. Houve grande tensão familiar que culminou na separação de seus pais, já que o pai da informante se recusou a morar em um conjugado, a 5 km da rodovia, muito longe do mar: “meu pai é pescador, não sabe viver longe do mar”. Conta que foi por esse motivo que o pai vendeu sua canoa e veio para a comunidade do Guapê morar em um rancho de pesca. A mãe não aceitou, ficando em Matinhos. Já a informante se mudou com seu pai. Neste sentido, podemos afirmar que em alguns casos como esse, ações do Estado de remoções violentos criam uma série de traumas familiares e culturais.

No Guapê, as casas inicialmente ficavam na área de restinga e quanto a isso a pescadora diz que ela “já traumatizada por tudo que aconteceu comigo, eu já sabia que um dia iam tirar a gente de lá”. Então, começaram a receber as notificações para remoção das casas há cerca de 8 anos. Por muito tempo foram à prefeitura de Pontal do Paraná para saber dos trâmites legais que asseguravam seus direitos, porém sem sucesso. Foi através do contato com a Cleonice (MPP), que na época trabalhava na Colônia de Pescadores de Pontal, que procuraram a União e foram bem recebidos pelo superintendente Dr. Dinarte Vaz. Foi através da Cleonice que a entrevistada ficou a par dos seus direitos acerca do território tradicional e dos encaminhamentos do superintendente que puderam solucionar esse conflito. Receberam a visita do Dr. Dinarte acompanhado de diversas instâncias onde começou uma parceria e um acordo. Por conta de diversos diálogos, conseguiram organizar as famílias em um “lugar bom pra pesca, um local bom e acessível para todos. A gente marcava no mapa e eles viam na lei o que servia, terras sem processos judiciais e o tamanho também”, relata.

Segundo relatos coletados, só foi possível essa articulação pela experiência da Cleonice, pela abertura do superintendente e pela forte participação das 10 famílias nas reuniões: “sempre a gente conseguia de alguém ir, a gente fazia vaquinha pras passagens e todo mundo ajudava”. Ela conta que

além do entrave da área de restinga e no meio desse processo, recebiam multas do IAP referente às casas de alvenaria, pontos de canoa, entre outras.

Depois de 6 anos de processos, reuniões e mobilizações, hoje todos os pescadores que saíram da área de restinga (ainda há famílias que se recusam a sair, sendo que o último prazo é março deste ano) estão com terrenos muito próximos entre si, o que garante a continuidade da reprodução social da comunidade. Alguns ainda estão somente com o lote ou com as casas sendo construídas aos poucos, já que eles receberam como indenização apenas os terrenos. As construções das casas ficaram por custo e trabalho deles mesmos, apesar de terem procurado diversas instituições, inclusive a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Rural), sem sucesso.

Podemos observar nesta comunidade um processo de resistência que atinge a esfera pública e, apesar de contar com auxílio de um Movimento Social (MPP) foi a organização realizada pela própria comunidade que garantiu seus direitos à terra. Esse modo de resistência nos remete à Economia Moral de Thompson (1998) já que atinge a esfera formal com apoio da comunidade para um bem-estar comum.

Nos relatos e histórias das comunidades da Ponta Oeste e Guapê podemos observar a importância dos Agentes Políticos Articulatórios nos processos formais. Por muitas vezes os relatos informam de como esses agentes foram cruciais para a organização das comunidades e para assegurar seus direitos.

FIGURA 25: UMA DAS CASAS DA COMUNIDADE DE GUAPÊ SENDO CONSTRUÍDA NA ÁREA FORA DA RESTINGA.



FONTE: a autora (2015).

FIGURA 26: CASA NOVA DE GUAPÊ FORA DA ÁREA DE RESTINGA.



FONTE: a autora (2015).

Outra comunidade visitada que possui problemas de ordem fundiária que caracteriza um conflito em torno do controle sobre os recursos naturais em terra, é a do Maciel. Em nossa pesquisa coletamos os dados a partir de entrevista com um pescador de 74 anos que declara ser a quarta geração do Maciel. A história que ouvimos corrobora os fatos alegados por Oliveira e Silva (2006) informados na descrição desta comunidade. Ele relata que o conflito pelo território com a empresa Balneária de Pontal é antigo e que agora eles estão sofrendo também pelo projeto de expansão portuária previsto para o local. Recentemente um terreno ocupado tradicionalmente pela comunidade onde havia a roça e uma residência foi cercado pela empresa e o pescador relata que a pressão é muito grande: “o pessoal vem armado de faca, quase todo dia tem perturbação”. Chama a atenção a história acerca dessa residência. Ela fora construída por uma família de Maciel e quando houve o cercamento do terreno a própria família desmanchou a casa. Em conversa informal com outro morador, dono da casa, ele conta que decidiram desmanchar a casa por uma questão de justiça: eles batalharam muito para construí-la e não queriam ter que entregá-la sem nenhuma documentação ou ressarcimento. Além disso, ele conta que o prefeito estava a favor da empresa. Sobre esse terreno e os demais, entrevistado diz que a imobiliária em questão “diz que é tudo deles” e que ainda muitos moradores esperam a documentação de seus terrenos. Ele afirma ainda que houve redução no tamanho dos terrenos originais, sendo que o dele tinha 130 metros e que ele recebeu legalmente somente 30 metros. Quanto a isso, ele desabafa: “eu respeito muito a lei, mas a lei não me respeita”, e completa: “até agora eu não sei como aconteceu, fizeram um roubo tão grande!”. Essa fala ilustra bem o tipo de coação sofrida pela comunidade e a injustiça do processo no sentido de que assim como afirma Oliveira e Silva (2006), a instrução dos moradores é bem menor que os outros envolvidos.

Quando indagado sobre os processos de organização da comunidade frente a esses conflitos, ele ressalta que é difícil pela questão financeira, já que são trâmites demorados que requerem gastos. Ele diz que se existisse um advogado que os ajudasse já seria um começo. Aqui se percebe a falta de um agente político articulatório que possa auxiliar nos trâmites legais e assegurar de modo efetivo, junto à comunidade, suas demandas por direitos. A vila possui

uma Associação de Moradores, mas que segundo ele “não resolve nada, só no papel” e que a colônia de pescadores de Pontal tampouco os auxilia nestes processos. A cerca do MPP ele conta que não ouviu falar, mas quando o nome da Cleonice (militante do movimento também entrevistada nesta pesquisa) é citado ele relata: “coitada da Cleonice”, se referindo que esta já é bastante ocupada com questões conflituosas em Pontal.

Durante suas reflexões, lembra que quando a responsabilidade de Maciel era de Paranaguá eles tinham escola, posto de saúde, médico e dentista, e que depois que Pontal do Paraná ficou com a responsabilidade pela comunidade tudo isso acabou aos poucos: “esses políticos daqui estão todos comprados”. É a segunda alusão que a comunidade faz se referindo a falta de apoio da prefeitura nestes processos, e até mesmo, a “parceria” da mesma com a Imobiliária de Pontal. Desta forma, os moradores de Maciel estão sofrendo uma séria coação por parte de empresas privadas e a omissão do Estado. Como a situação é muito delicada, os possíveis processos de resistência são abafados pela violência. O processo formal desta resistência já teve alguns avanços, mas até a presente pesquisa eram incipientes. O que podemos notar são resistências cotidianas como a destruição da casa (evento relatado) e uma resistência em permanecer no local da maioria dos moradores apesar das ações violentas.

FIGURA 27: PLACA EM MACIEL QUE ANUNCIA O DIREITO À TERRA PELO USUCAPIÃO DE UM MORADOR.

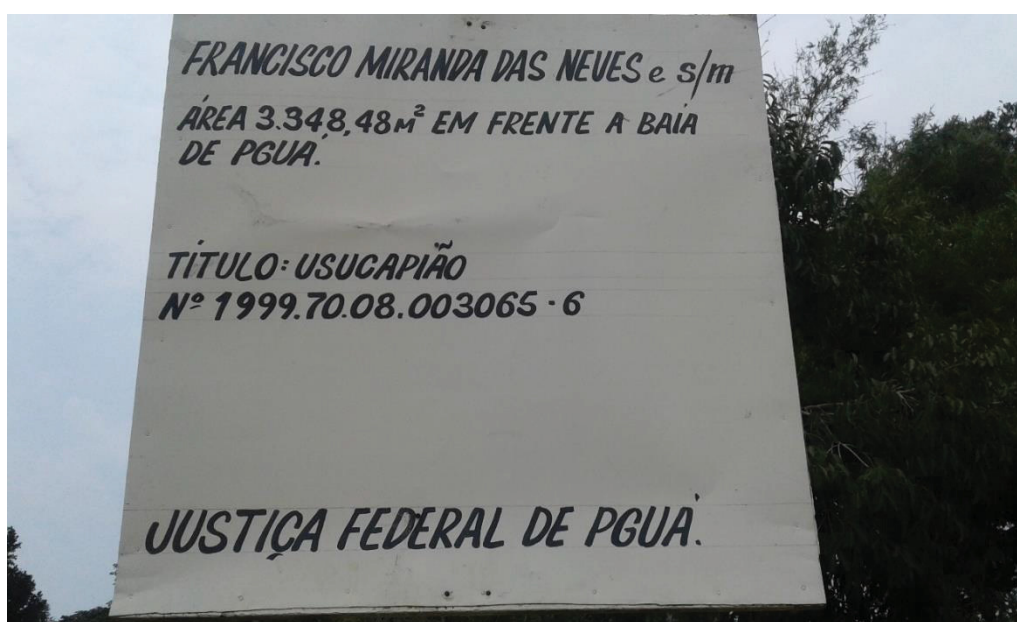


FOTO: a autora (2015).

FIGURA 28: CERCA INSTALADA EM MACIEL PELA IMOBILIÁRIA DE PONTAL. DELIMITANDO UM TERRENO ANTES OCUPADO PELA COMUNIDADE E PELA CASA QUE FOI DESMANCHADA. NO CHÃO OS ENTULHOS QUE ANTES FAZIAM PARTE DA CASA.



FOTO: a autora (2015).

A questão fundiária é sem dúvida geradora de conflitos socioambientais em toda a costa brasileira. Como aponta Moraes (1999), a posição litorânea tem uma localização diferenciada, que possui imenso valor estratégico do ponto de vista da circulação mercantil, ao se considerar a predominância do transporte marítimo de mercadorias entre países e continentes. Além disso, a valorização cultural das atividades de lazer a beira mar que se consolidaram na modernidade se apresentam como mais um fator de pressão sobre o controle das terras localizadas a beira-mar. É o que se observa também no litoral paranaense. Como se pôde observar, há imensa pressão sobre comunidades que vivem em terrenos que atualmente tem localização estratégica, e muitas vezes o Estado age favorecendo os interesses especulativos, em detrimento da população local.

5.1.2 Conflitos em torno do acesso aos recursos naturais

Os conflitos socioambientais sobre a apropriação e extração de recursos naturais em terra, foram observados nas comunidades de Guapicum, Ponta Oeste e Barrancos.

Em Guapicum esses conflitos são caracterizados pela proibição do plantio de roças e a proibição da extração de recursos naturais como a caça ou madeira. Essas proibições são decorrentes tanto do fato de a comunidade estar na área de entorno do Parque Nacional do Superagui quanto da legislação ambiental, de forma mais geral, particularmente da Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006). É fato que as roças citadas pelos informantes de Guapicum não se localizavam na área de comunidade, mas em outras áreas no município de Guaraqueçaba.

O pescador entrevistado relata que antigamente, antes das leis conservacionistas chegarem à região, boa parte da renda da comunidade vinha da roça conforme relato a seguir: “a gente vivia do mato, agora não pode mais”. Ele aponta para os morros e diz que toda a área era cultivada principalmente com plantio de arroz. Além da roça, ele aponta que muitos apetrechos de pesca e materiais diversos para construção de casas eram retirados da floresta, como a caxeta⁹, por exemplo, além da caça. Hoje, todas essas atividades estão proibidas nessas áreas de conservação ambiental. O contra-argumento utilizado por grande parte dos moradores, segundo o informante é “que a caça para alimento próprio pode, mas se pegam a gente com um tatu ninguém vai acreditar (que é para consumo próprio), multa mesmo. Antes a gente vivia da venda (da caça) também”. Além disso, em suas reflexões acerca da preservação ambiental, ele argumenta que “a preservação é importante, mas tem que ver os dois lados, se for cortar um vareto não vai desmatar tudo”, declarando que o uso dos recursos da mata é pequeno e não causaria grandes danos, já que era feito há gerações e a área está relativamente preservada.

O pescador também aponta que restrições ambientais acerca da dragagem de areia para compor a estrutura onde as casas estão para aumentar a área da vila impede que mais casas sejam construídas, já que a comunidade nos dias de hoje vai expandir e a indagação que faz é “onde vai pôr as casas

⁹ Espécie nativa da Mata Atlântica. Sua madeira maleável é utilizada tradicionalmente pela cultura caiçara.

dos meninos que vão casar?”. Sobre essa questão da draga relata, de forma irônica, que há anos atrás ele conseguiu uma autorização “sem papel” para arrumar o local onde as casas ficam e para fazer um campo de futebol. Ele diz que por conta própria conseguiu a draga e o combustível. Quando a draga estava lá chegou a fiscalização ambiental e proibiu, ameaçando com multas, impedindo a dragagem, anunciando que esta “briga é antiga”.

Na Ponta Oeste a questão do plantio de roça é muito relevante, além da vontade da comunidade em reativar a farinheira presente ali há muitas gerações e que foi inviabilizada pelo IAP. A área destinada à roça também foi desocupada. Diferentemente de Guapicum, a comunidade da Ponta Oeste apresenta forte resistência quanto a isso, como pode ser relatada na fala de uma pescadora: “eu planto por teimosia, gosto de ter minhas plantas e minhas galinhas”, alguns alimentos são cultivados como aipim, café, acerola, laranja, limão, entre outras. Desta forma podemos observar um modo de resistência cotidiana onde pequenos “delitos” e uma desobediência passiva ocorrem¹⁰.

Desta maneira, podemos observar nestes locais uma disputa pelos recursos da terra entre a comunidade e os órgãos ambientais (IAP e ICMBio) em uma esfera política, social e, no caso da Ponta Oeste, jurídica, e uma possível diferença na resposta às restrições do uso destes recursos por parte da comunidade já que modos de resistência, cotidianos e judicializados só foram relatados na Ponta Oeste.

Vale salientar que as atividades agrícolas já apresentavam declínio antes da implementação das leis ambientais mais restritivas e das Unidades de Conservação, como identificou Vivekananda (2001). Porém, a própria trajetória histórica das comunidades costeiras, como pode-se ver em Miguel (1997) implicava em processos cíclicos, relacionados a conjunturas mais abrangentes de mercado, de disponibilidade das terras, de fomento (ou sua ausência) por parte do Estado. A proibição ou a restrição severa a utilização de estratégias

¹⁰ Ao longo da análise dos dados utilizaremos as terminologias propostas por Scott (2011) para definir os modos de resistências, são eles: “pequenos delitos”, “falsa submissão”, “desobediência passiva”. Queremos elucidar aqui a importância do fato de que se hoje as práticas tradicionais podem ser vistas dessa forma é porque foram criminalizadas e deslegitimadas pelo Estado através da legislação ambiental. Desta forma, utilizamos a terminologia como ferramenta acadêmica e deixamos claro que não compactuamos com a ideia de que as práticas como pesca e roça sejam “delitos” no ponto de vista cultural, inclusive ambiental.

agrícolas por parte das comunidades costeiras resulta no cerceamento das suas alternativas e contribui para o processo de vulnerabilização das comunidades.

5.2 CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS EM MAR

5.2.1 Disputa pelos espaços e recursos pesqueiros

Em Guapicum há uma disputa pela área de pesca. Segundo o pescador entrevistado, muita gente “de fora” (Paranaguá, Antonina e outros locais) utiliza a região para pescar caranguejo e ostra na época devida e o informante atribui a esse fator a escassez de tais recursos, além da pesca industrial também citada com a mesma atribuição da diminuição do pescado dentro da Baía. O informante relata que os pescadores industriais “pescam tudo na boca da Baía, aí não entra nada para nós. A lei é baseada na pesca industrial e traz pra nós, é diferente, nossa rede não é de fatura”, explica. Sobre a contradição da liberação da pesca para a atividade industrial e as proibições para os pescadores artesanais ele relata: “proíbe o cerco mas a pesca industrial de Santa Catarina e Rio de Janeiro pegam toneladas de tainha na boca da nossa Baía. Mesma coisa com o camarão. Eles matam lá fora e não sobra nada pra Baía”.

Embora haja esse conflito nos relatos da comunidade de Guapicum, por outro lado, o entrevistado diz que “não, a gente não briga, mas que tá acabando (o recurso) tá”. Ou seja, não há nenhum tipo de resistência com relação a esse fator, somente uma reclamação informal.

5.2.2 Legislação Ambiental e Pesqueira para uso dos espaços e recursos da pesca

Uma série de normas regulam a atividade pesqueira no litoral paranaense. Entre estas estão, em relação à pesca dentro da baía de Guaratuba e no CEP, a Portaria Ibama no 12 de 20 de março de 2003, a Portaria Ibama no 102 de 24 de setembro de 1992; a Portaria IAP no 085 de 19 de junho de 2009, a Portaria IAP no 115 de 02 de julho de 2007 e a Resolução SEMA no 16/2009. Já em relação ao mar aberto figuram a Portaria IBAMA no 171 de 09 de maio de 2008;

a Resolução SEMA n. 016/2009; a Portaria IAP no 95 de 19 de junho de 2009 e a Instrução Normativa Ibama no 29 de 6 de dezembro de 2004.

Dentre as práticas proibidas pela legislação ambiental estão a pesca do camarão com embarcação a motor dentro da Baía (Portaria IBAMA no 12/2003). Quanto à essa questão, o pescador de Guapicum relata que embora eles reconheçam essa legislação, eles se veem obrigados a algumas vezes praticar a pesca já que a situação dos pescadores é bastante crítica no que se refere à questões econômicas na comunidade: “mas pescam né, a gente se vira como pode”.

Outra proibição dentro da Baía é o Cerco (Portaria Ibama no 12/2003), que gera conflitos em várias comunidades do litoral e tem estado presente nas pautas das reuniões dos movimentos sociais com os órgãos ambientais e também na fala de alguns entrevistados dessa pesquisa, como no caso de Guapicum: “o cerco dava renda no inverno com a Tainha, alguns ainda fazem por necessidade e um dia desses um morador daqui levou multa porque fez Cerco, quebraram tudo e multaram”. Conversamos brevemente com esse pescador e ele nos conta sua situação extremamente difícil: “camarão não tem mais, não tenho dinheiro nem pro açúcar, vou pagar multa de R\$ 1.000,00 como? Aí pra criar camarão num tanque 2X2 o IAP não deixa”. Na comunidade de Guapicum também a técnica utilizada por eles para o cultivo da ostra também foi proibida: “antes era realizado na lama e agora não pode mais, mas a gente precisa do dinheiro para comprar as coisas pra cultivar de outro jeito, e esse dinheiro não vem”.

Há ações do MOPEAR quanto à questão da liberação do Cerco, em Guapicum foi possível observar essas ações pela fala do informante: “se conseguissem (MOPEAR) a maioria dos pescadores que é 60% a favor do Cerco conseguiam alguma coisa, mas eles têm que vir pra cá e não ficar lá só em Pinheiros (Baía dos Pinheiros, maior concentração das ações do movimento). Portanto há resistências cotidianas pela atividade ainda ser praticada, mas há também processos de resistência judicializados através da ação deste movimento social. É interessante salientar que essa prática de pesca não é

proibida na área contígua, no litoral Sul de São Paulo, na região de Cananéia-Iguape, o que causa indignação por parte dos pescadores paranaenses.

A questão das áreas de pesca regulamentadas com base na conservação, como as milhas, época de defeso e áreas de proteção integral que se sobrepõem às áreas de pesca está presente na Ponta Oeste, Barrancos e Guapê com uma fiscalização muitas vezes violenta. Na Ponta Oeste a pescadora nos diz que “a Força Verde quis levar rede esses dias. Ele (o pescador) estava a 200m da costa e disseram que ele podia pescar a 800m. Aí o pescador falou, ué, então vou ter que pescar no canal (alusão ao Canal da Galheta)?”.¹¹

Em Barrancos fica claro a ação muitas vezes violenta dos fiscais ambientais. Nosso entrevistado relata que depois da vinda do IAP e sua fiscalização “o pescador ficou muito revoltado, com medo, virou criminoso” e acrescenta que a maneira como são abordados não é adequada: “falta bom senso e respeito pelo pescador, tomam e estragam o material da gente, entram na canoa com facão e cortam as redes”. Quando indagado sobre a criação recente do PARNA das Ilhas dos Currais (área de pesca), relata que “foi a pior coisa pro pescador”, já que foi feito sem o pescador saber e o uso deste local não se restringe à captura do pescado, mas é um ponto de referência e parada: “quando dá tempestade ou acontece alguma coisa ruim se não dá pra voltar pra praia a gente tinha a ilha pra segurança, o pescador tem que ter segurança. O pescador quando ia na ilha era feliz”.

Quanto às formas de resistência na atividade pesqueira frente às fiscalizações e leis ambientais, enxergamos um processo de resistência cotidiana embasado por Scott (2001) onde pequenos delitos são realizados como uso de equipamento não permitido, a atividade pesqueira fora da área permitida, como pode ocorrer com o arrasto do camarão ou no período do defeso. Embora o informante não tenha declarado tais práticas, elas ficam sutilmente reveladas quando relata os embates com a fiscalização do IAP. Além disso há uma tentativa de resistência mais formalizada, o entrevistado conta que

¹¹ A questão das Milhas será abordada também nos Conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais já que o conhecimento tradicional acerca dos recursos pesqueiros e sua movimentação e locais de pesca destes mesmos recursos são apropriados pela lógica ocidental da formalidade (LITTLE, 2001), neste caso pelo Estado através dos órgãos ambientais.

pediram muitas vezes por uma audiência pública acerca do PARNA das Ilhas dos Currais, que nunca aconteceu.

A forma como as leis são formadas podem ser bem elucidadas na fala da pescadora do Guapê: “não é procurado saber se vai prejudicar, eles pensam no ambiente e não nas pessoas que usam o ambiente. O problema é como é feito as leis, vai prejudicar a pesca? Eles fazem estudo, mas colocam no Paraná como se a pesca fosse igual a Santa Catarina ou São Paulo, aí acaba prejudicando. Eles retiram completamente o pescador, como se ele não existisse”. Ela relata que o maior problema hoje na pesca é a questão das milhas e do Parque Nacional Marítimo das Ilhas dos Currais. Ela relata que segundo a legislação, é “proibido pescar há 2 milhas da ilha e 2 milhas da praia¹², sobra mais ou menos 1 milha e não dá pra pescar direito. As leis de pesca que fazem a renda dos pescadores diminuir”. Desta forma, fica evidente a falta de consulta aos pescadores e a falta de especificidade das normas às especificidades de cada local, atitudes que podem causar conflitos e aqui, de fato causam.

Um fator interessante relatado pelo entrevistado de Guapicum e também por lideranças do MOPEAR em eventos com os órgãos ambientais é que o esgotamento ou a diminuição dos recursos pesqueiros estão atreladas às proibições dos usos da terra. Em Guapicum o pescador relata que pela proibição da prática da lavoura aumentou o número de pessoas na atividade pesqueira além de ter aumentado o tempo dos pescadores no mar: “antes eram três meses só no mar, e seis meses na roça, ia pro mar de fevereiro a abril quando liberavam o camarão. Dava tempo do pescado se organizar. Hoje é 24 horas no mar, não dá tempo do camarão se criar”. Já a liderança do MOPEAR relata no evento do Mosaico Lagamar: “o mar não consegue repor o que a gente tira dali porquê da terra já não se pode tirar. Sou de um tempo de liberdade de ir e vir e não com as regras dizendo o meio como a gente vai trabalhar. Estamos nos organizando, proibição é diferente de conscientização, vocês colocam a proibição em primeiro

¹² Na verdade, a Instrução normativa MMA no 29 de 6 de dezembro de 2004 estabelece que é proibida a pesca de arrasto com portas a 1 milha da costa, e a 1,5 milhas para embarcações maiores de 10 TAB. Estabelece ainda que a pesca de arrasto pelo sistema de parelhas e a pesca de cerco só são permitidas para além de 5 milhas da costa.

lugar e a gente vive com a corda no pescoço ou vindo pra Paranaguá fazer o que não sabemos fazer, a gente sabe pescar e da roça”.

Esses fatos demonstram mais uma vez que os problemas enfrentados pelos pescadores são semelhantes e que a articulação de movimentos sociais e processos de resistência que saiam do cotidiano e partam para a ação judicializada podem servir para assegurar os direitos e que esses direitos sejam escolhidos pelas comunidades e pelo movimento.

5.3 CONFLITOS EM TORNO DOS IMPACTOS GERADOS PELA AÇÃO HUMANA E NATURAL

Os conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana no litoral do Paraná observados são decorrentes principalmente da atividade portuária, pela presença do Porto de Paranaguá e seus impactos (como o acidente do Vicuña em 2004), pela futura construção do Porto de Pontal, pelo fluxo de navios dentro da Baía e pela dragagem do Canal da Galheta.

As comunidades que utilizam a Baía para pesca são muito prejudicadas pela poluição, dragagens e fluxo intenso de navios como é o caso da Ponta Oeste, Maciel e Guapicum. Nesta última o entrevistado aponta a dragagem do canal como responsável pela diminuição ou baixo desenvolvimento de recursos pesqueiros utilizados pela comunidade como o bacucu, ostras e filhotes de peixe. Quanto à poluição ele relata que o mar está “com muita sujeira de alga verde, faz dois meses que ninguém ganha nada. Estão vivendo do defeso (seguro-defeso do camarão) e do bolsa-família. A gente sabe que o país precisa disso, a gente não é contra a modernização, mas pra nós aqui não é bom”, Além disso, ele conta que pela dificuldade da atividade pesqueira e pela escassez crescente de recursos pesqueiros e das restrições ambientais quanto ao uso de recursos naturais a comunidade quase se extinguiu, e muita gente foi embora rumo à Paranaguá (periferias e favelas) para trabalhar no Porto. Sobre isso segue relato do entrevistado: “venderam os filhos deles pra lei”; essa fala ilustra as dificuldades e opressões que vivem e a migração dos jovens. O acidente do Vicuña também foi lembrado pelo informante como um agravante das atividades portuárias.

Na Ponta Oeste foi atribuída a escassez de recursos pesqueiros (peixes e morte das ostras cultivadas) à dragagem dos navios e ao fluxo intenso dos mesmos, como ilustra a fala da pescadora: “depois disso (dragagem) até pescadinha que tinha muito agora pega pouco”. De frente à Ponta Oeste está o canal da Galheta para tráfego de navios. Ela diz que quando “o canal passou aqui pelo Sul enfraqueceu a pesca, antes que lá para trás não incomodava”. Quanto à dragagem do canal, ela conta que “teve reunião antes” e que pediram como compensação da atividade portuária um tanque rede para criação de camarão e outro para peixe. “Disseram que não podiam fazer porque era muito caro e não teve outra compensação”. Ela conta que além da diminuição do pescado, o tráfego de navios causa danos quando os mesmos passam em alta velocidade, causando grandes ondas gerando inclusive risco de vida aos pescadores, já que as ondas desestabilizam os barcos pesqueiros e podem machucar seriamente os pescadores: “aquela mulher que te falei que pesca em mar aberto, ela ficou 4 meses sem poder pescar por causa disso, por estar machucada”.

FIGURA 29: LOCALIZAÇÃO DA PONTA OESTE NA ILHA DO MEL (À ESQUERDA).



FONTE: <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/guia-turistico/ilha-do-mel> (2015).

de Pontal (já mencionamos os problemas de ordem fundiária) e a omissão do Estado perante o pagamento do ressarcimento, o informante relaciona o passado, presente e futuro: “que melhore, mas pelo que vejo aí vai atrapalhar, acabar tudo pro pescador”. E diz que peixes como a Tainha e a Pescada diminuíram muito e que a Sardinha acabou.

As comunidades que pescam em mar aberto também sofrem com a dragagem do Canal da Galheta já que essa atividade atinge o fundo do mar de forma bastante impactante. Em Barrancos, o líder comunitário relata sobre os impactos gerados e conclui: “acabaram com o nosso mar”. Quanto ao Porto de Pontal ele relata: “o Porto vai dar impulso, o povo precisa de emprego, vai dar muito emprego, vai vender muito peixe, mas aí vem droga, matança, a praia vai ficar nojenta. A pesca vai dar uma piorada pela quantidade de navio, na hora de vender o peixe vai vender mais caro. Eu vejo vantagem só em terra”.

Em todas as comunidades que sofrem com esses conflitos atrelados às questões de desenvolvimento econômico do Estado, foi possível observar um sentimento de impotência: “como é que vamos brigar com o governo, com os grandes?”. Diante disso, os processos de resistência não podem ser observados no que diz respeito às ações portuárias.

5.4 CONFLITOS EM TORNO DO USO DOS CONHECIMENTOS AMBIENTAIS

Dentro das tipologias apontadas por Little (2001) dos conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais podemos observar nas comunidades visitadas o controle dos conhecimentos acerca da natureza onde os conhecimentos tradicionais são apropriados pela lógica ocidental da formalidade.

Na questão da proibição do Cerco, os pescadores dizem que não é uma atividade impactante, pelo contrário, contribui para a manutenção da fauna marinha. Porém, é uma atividade proibida porque o conhecimento técnico colocou desta forma. Há relatos coletados sobre o Cerco por pescadores que exemplificam este tipo de conhecimento, como no caso de Guapicum: “o cerco não faz mal pros peixes, ele dá comida pros filhotes e protegem os filhotes para crescerem”.

Outro tipo de apropriação do conhecimento que os órgãos ambientais realizam são em função das milhas ou épocas de defeso. Os pescadores conhecem os locais de pesca e o ciclo reprodutivo e de desenvolvimento dos recursos pesqueiros e apontam diversos erros nas leis restritivas. Em Barrancos o pescador entrevistado relata que as épocas de defeso seriam desnecessárias já que “ninguém trabalha 30 dias por mês no mar, a gente trabalha 15 dias e só por algumas poucas horas por causa do tempo ruim e uma doencinha que a gente pega. Nós fazemo um defeso por conta da natureza”. Além disso, argumenta que a época do defeso do Robalo é em época errada, pois quando a pesca é permitida “o robalo já foi embora”. O pescador traz em sua fala a contradição das leis ambientais, geralmente realizada por quem não possui os conhecimentos da atividade pesqueira. Neste sentido, ele relata que o local (milha) destinado ao arrasto do camarão não é a área onde há esse recurso, pelo contrário, a área não permitida de pescar o camarão é justamente onde há este recuso.

Ainda dentro dessa tipologia que envolve os saberes tradicionais está a questão dos impactos gerados pelas dragagens do Canal da Galheta. Alguns pescadores, como já mencionado, as consideram como as grandes responsáveis pela diminuição dos recursos pesqueiros, como relato do pescador de Barrancos: “remexeram no fundo do mar, a gente conhece o fundo do mar, sabe que se mexer do jeito que eles fizeram vai matar filhote de peixe, você veja, mais de 60 caminhões de lama eles tiraram, a gente viu. Garantiram pro pescador que nada ia acontecer, mas como que não vai acontecer nada? Não somos contra o Estado, mas mentir desse jeito pra nós, aí não! Acabaram com o nosso mar”.

Os modos de resistência neste contexto são observados no que diz respeito às técnicas do Cerco e áreas de pesca de forma formal através do MOPEAR e de maneira cotidiana, como já mencionado. Os pescadores burlam algumas vezes essa lei para poderem praticar sua atividade para obter resultados mais rápidos resultando uma desobediência passiva e alta relutância quanto às restrições. No caso do Canal da Galheta é mais difícil a articulação de maneira formal já que são ações que dizem respeito ao desenvolvimento econômico e as resistências cotidianas não podem ser observadas já que o

impacto gerado não é reversível podendo apenas ser contestado, mas não foi observada uma constatação formal.

5.5 MOVIMENTOS SOCIAIS E AGENTES POLÍTICOS ARTICULATÓRIOS

5.5.1 Movimento das Pescadoras e Pescadores Artesanais – MPP

Nossa pescadora entrevistada Cleonice Silva do Nascimento faz parte do Movimento de Pescadoras e Pescadores Artesanais (MPP) e da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), hoje ocupa a função de vereadora em Pontal do Paraná e é filha de Seu Jair, da comunidade de Barrancos (informante-chave desta pesquisa). Sua atividade, na maior parte da vida, foi de pescadora e também atuou como professora.

Os primeiros contatos que ela teve com o movimento foram através de uma conferência promovida pelo Estado (governo federal) onde ocupou o cargo de delegada. Esse evento ocorreu em Brasília e ali se originou a formação da ANP. Depois da primeira conferência, ela conta que participou das outras já como movimento social, fazendo conferências paralelas às propostas pelo governo. Quando indagada das dificuldades para a formação do movimento no litoral paranaense ela diz que “ainda está em formação, muitos não entendem que a organização não precisa ser via colônia (de pescadores).

Segundo Cleonice, a necessidade de formação do movimento se deu pelas limitações das portarias destinadas a controlar as atividades dos pescadores que geram diversas regras conflituosas como a questão das milhas e a fiscalização da polícia ambiental. Ela relata que faltam acordos embora haja muitas reuniões para isso.

Ela conta que no Paraná um líder do movimento tem que primeiro participar das reuniões, estar bem informado e se posicionar nas discussões. Desta forma, ele é enxergado como liderança, e a partir daí são necessários cursos, formações em instância nacional. Ela conta que no caso dela essa formação no Paraná se deu através do Laboratório Socioambiental do Centro de

Estudos do Mar (CEM), campus da Universidade Federal do Paraná cuja a coordenação é realizada pela Professora Naína Pierri.

Segundo a entrevistada, para uma melhor articulação entre as comunidades pesqueiras e o movimento é necessária também uma mudança no comportamento dos pescadores, para que eles saiam da posição de vítimas e passem a ser visibilizados e que reivindiquem a participação dos líderes dos movimentos nas discussões e reuniões, e não somente a participação das colônias de pescadores. Além disso, ela observa que a falta de formação para os pescadores e também de participação deles nas reuniões estariam intimamente ligadas à falta de uma entidade de apoio como é o caso do Conselho Pastoral dos Pescadores atuante em diversas regiões do país.

Ainda dentro da questão do litoral paranaense, ela relata que em 2007 há criação do MOPEAR (Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná) em Superagui através da articulação realizada pela Rede Puxirão (já relatada neste trabalho) que ajudou nas diversas demandas de alguns grupos de pescadores. Porém, ela conta que o ICMBio “não quer dialogar” e coloca o Mosaico Lagamar e a criação do GT intitulado “Povos e comunidades tradicionais” como uma pequena abertura a esse diálogo, mas ressalta: “abriu um pouco, bem pouco”. Mas que essas ações ainda estão restritas às Baías. Ela explica que a atuação dela e do MPP está mais presente em Pontal do Paraná, como Barrancos e Maciel, por exemplo.

Com relação às dificuldades enfrentadas pelos pescadores de Pontal do Paraná, a informante relata o conflito referente ao recente Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, uma vez que sua criação não foi devidamente discutida com os pescadores das diversas vilas que utilizam o espaço nas práticas pesqueiras. Quanto ao porto de Pontal, investimento futuro, ela ressalta que possivelmente terão os mesmos problemas que os pescadores enfrentam com o porto de Paranaguá. Ela diz que alguns pescadores, e ela se indaga quem são e de onde são, aparecem na mídia dizendo que um porto não impacta a atividade pesqueira, e assim forma-se erroneamente uma opinião pública. Além disto, ela relata que há pescadores que consideram esse desenvolvimento bom pela questão do aumento de empregos: “de 100 pescadores, 60 são a favor, não enxergam, não têm muita noção (dos prejuízos)”. Sobre isso ela reflete: “é

ilusão, se a pesca fosse fortalecida ajudava mais do que emprego de porto. Não sei o que vai acontecer com a gente com a vinda deste porto. ”

Ela relata ainda que o MPP tem conversado mais com determinadas comunidades que se encontram em um conflito mais intenso propiciado pela expansão portuária, como é o caso de Maciel. Quanto às perspectivas futuras, ela possui o desejo de um fortalecimento e acredita que a sociedade muda através dos movimentos sociais. Quando indagada sobre as perspectivas de sua participação nesses processos ela diz que: “eu espero estar presente, a gente vicia nisso”. Ela acredita que muitos serão os conflitos e demandas que ainda aparecerão para os pescadores e que somente através do fortalecimento do movimento eles poderão ser menos afetados.

5.5.2 Movimento dos Pescadores Artesanais do litoral do Paraná – MOPEAR

Como explicado na parte da Metodologia, não foi possível aplicar a entrevista a nenhum informante-chave do MOPEAR. Portanto, os dados apresentados aqui serão dados secundários e de observação direta do evento ocorrido no dia 28/08/2015 na cidade de Paranaguá – PR.

O MOPEAR é um movimento que surgiu a partir da participação de pescadoras e pescadores artesanais da Vila do Superagui na Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais. O processo mobilizador destes pescadores tem início em 2008, onde a produção da Nova Cartografia Social¹³ foi fundamental. O papel da Rede Puxirão no processo mobilizador foi o de ampliar sua base, fazer formações e organizar a coordenação do movimento, além de forte estímulo de outros coletivos, principalmente o de faxinalenses. Desta forma outras vilas pesqueiras aderiram ao movimento. Em 2010, através de uma mobilização conjunta com a Rede, acontece o I Encontro dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul do Brasil, onde foi possível a união de pescadores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul¹⁴ (VANDRESEN, 2014).

¹³ Informações detalhadas sobre A Nova Cartografia Social, assim como seus fascículos podem ser obtidos através do site oficial <http://novacartografiasocial.com/>. O fascículo dos Pescadores Artesanais da Vila do Superagui é o de número 16.

¹⁴ A Carta Final deste encontro pode ser lida na íntegra através do link: <http://terradedireitos.org.br/2010/11/26/carta-final-i-encontro-de-pescadores-e-pescadoras-artesanais-do-sul-do-brasil/>.

A importância do autorreconhecimento da identidade de “pescadores e pescadoras artesanais”, que ocorreu através dessas mobilizações junto à Rede e à Nova Cartografia Social, se deve pela inclusão deste grupo na categoria política de Povos e Comunidades Tradicionais e a autodemarcação de seus territórios tradicionais (GUSSO *et al*, 2014). Desta forma, dentro da discussão feita sobre identidades coletivas, ressaltamos aqui a importância dessa construção como ferramenta política para assegurar direitos.

As principais reivindicações do MOPEAR são acerca dos conflitos e da disputa pelo acesso aos recursos pesqueiros com as embarcações industriais, além das restrições oriundas dos órgãos ambientais, alguns projetos de pesquisa como os Recifes Artificiais, impedimentos e limites no uso de recursos naturais advindos da sobreposição do PARNA de Superagui aos seus territórios e as proibições de práticas de pesca tradicionais como o cerco ou a limitação de áreas para a pesca de arrasto (milhas de pesca) (VANDRESEN, 2014). Algumas conquistas locais dessa organização já podem ser vislumbradas como aponta Gusso *et al* (2014). São elas: deter o processo de instalação de recifes artificiais, autonomia da escola da Vila de Superagui, aulas de reforço para os estudantes e construção e melhoramento dos trapiches em comunidades do interior das ilhas. Algumas conquistas foram feitas em âmbito legal como o cancelamento da instalação de recifes artificiais e antiarrasto próximo à Superagui através do Ministério Público Federal. Sobre a proibição da pesca na primeira milha¹⁵, o MOPEAR fez uma contraproposta ao IAP ao que solicita que essa norma não incluísse os pescadores artesanais e a permissão de que a pesca seja feita segundo as artes de pesca. E ainda, junto à Câmara de Vereadores de Guaraqueçaba o movimento solicita a representação dos pescadores artesanais como patrimônio imaterial o que garante o reconhecimento de suas práticas culturais. Durante esses processos, cria-se parcerias na luta tanto com a Rede Puxirão, e também, com o Ministério Público Federal e Estadual, o Núcleo de Prática Jurídica, Terra de Direitos, o Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA), entre outros (VANDRESEN, 2014).

¹⁵ Instrução Normativa n. 29/04.

No evento que acompanhamos pudemos observar o auxílio que a Defensoria Pública realizou com o MOPEAR. Em um primeiro momento houve uma reunião entre líderes do MOPEAR, agentes políticos articulatórios (professores e estudantes que atuam junto ao MOPEAR) e a Defensoria Pública do Estado. Não pudemos acompanhar a reunião, mas como estávamos acompanhados da Cleonice do MPP pudemos obter algumas informações. O motivo dessa reunião era traçar uma estratégia para uma Audiência de Reconciliação que ocorreria na tarde daquele mesmo dia entre a comunidade de Superagui e o ICMBio. Essa Audiência tratou do Plano de Manejo do PARNA de Superagui. Segundo o MOPEAR o Plano de Manejo não foi consultivo, nem tampouco, participativo, processo que é garantido legalmente pelo SNUC.

Ao longo da reunião com a Defensoria Pública do Estado, muitos moradores de algumas vilas das Ilhas afetadas pelo PARNA de Superagui foram se agrupando em frente ao prédio da Defensoria com cartazes, microfones, camisetas e diversas faixas com dizeres acerca do conflito com o PARNA. Algumas lideranças de outras ilhas que não são afetadas por esse conflito estavam presentes como a Ponta Oeste e Barrancos no sentido de solidariedade. Ao término da reunião com a Defensoria, houve uma concentração onde muitas palavras de ordem foram proclamadas afim de organizar a passeata. Durante a passeata estivemos acompanhadas da Cleonice (MPP) que observou alguns fatores que lhe chamaram a atenção, sobre eles segue alguns relatos dela: “eu nunca vi isso no litoral, essa mobilização toda (...) você percebe como tem bandeiras de vários movimentos juntas? Tem do MPP, do MOPEAR e do PEART (Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná em Movimento), é assim mesmo que tem que ser, tá muito bonito”. Chegando em frente ao prédio onde ocorreria a Audiência de Reconciliação, começa uma grande concentração com palavras de ordem. Neste momento eu conversei com uma das agentes políticas articulatórias (acadêmica) sobre o acontecimento e ela nota que além das palavras de ordem dos diferentes movimentos dos pescadores e pescadoras há também palavras de ordem de outros movimentos como o dos faxinalenses. Cabe ressaltar aqui que a base de articulação do MOPEAR foi construída com outros movimentos sociais e grupos coletivos.

Esta manifestação ocorreu como uma forte pressão para que a Audiência fosse favorável aos pescadores e pescadoras. Contou com diversas comunidades e diversos atores de distintas faixas etárias. Teve a presença de cartazes confeccionados pelas crianças as quais carregavam os mesmos, adolescentes levantando palavras de ordem, muitas mulheres e idosos, o que nos faz concluir que esse movimento abrange toda as faixas etárias e luta por diversos direitos que diz respeito a elas.

Quase na hora do início da reunião, chega a notícia de que o ICMBio solicitou ao juiz a diminuição do número de participantes das comunidades/movimento (que eram 12) para 6. O que causou certa revolta nos manifestantes e pode se ouvir alguns comentários sobre a forma como o ICMBio tenta deslegitimar as ações dos pescadores e tenta silenciá-los. Foram escolhidos: 1 pesquisador (Prof. Roberto Martins de Souza (IFPR- Pguá) e 5 lideranças. Neste rearranjo pudemos observar a ação da Cleonice com a liderança das mulheres (PEART) que entraria na reunião. Ela deu muitos conselhos devido a sua larga experiência dentro do MPP. Segue as indicações feita por ela: “você fala das dificuldades das mulheres, dos filhos, das crianças, do dia-a-dia da casa, deixa a pesca pros pescadores, toca no coração do Juiz”. Além disso, a Cleonice fez certa pressão positiva para que ela fosse uma das escolhidas a entrar na Audiência como representante feminina. Cleonice também deu conselhos a outras lideranças do MOPEAR. Se destaca aqui a importância e a solidariedade entre os diferentes líderes e agentes articulatórios nestes processos.

Ao longo da reunião a concentração permaneceu. Através da Cleonice, no outro dia ficamos sabendo que a decisão foi favorável aos pescadores e pescadoras. Ficou decidido que o Ministério Público faria visitas nas ilhas afetadas pelo PARNA com o intuito de saber se houve mesmo a participação e consulta dos moradores acerca do Plano de Manejo do Parque. Até isso ocorrer o Plano de Manejo fica suspenso. De fato, uma grande conquista¹⁶.

¹⁶ Para entender melhor o conflito com o Parque Nacional do Superagui e os moradores da região, além das reivindicações do MOPEAR juntamente com MPP é interessante visitar o documentário “NA TERRA E NO MAR: NÓS VAMOS LUTAR!!!!!!” no link <https://www.youtube.com/watch?v=XHHN0e6SHCI>

FIGURA 32: FAIXA QUE FAZ ALUSÃO AO DECRETO N. 8.425 QUE RETIRA DIREITOS JÁ ASSEGURADOS PELAS PESCADORAS ARTESANAIS¹⁷



FOTO: a autora (2014).

¹⁷ Decreto n. 8.425 de 31 de março de 2015. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8425.htm

FIGURA 33: MANIFESTAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. CARTAZ COM A PERGUNTA QUE TANTO OUVIMOS NESSA PESQUISA: “POR QUE NÃO PODEMOS MAIS PLANTAR?”.



FOTO: a autora (2014).

FIGURA 34: “HÁ 25 ANOS O PARQUE NACIONAL DE SUPERAGUI DEGRADA A CULTURA DOS PESCADORES (A) ARTESANAIS E CAIÇARAS DE

GUARAQUEÇABA”.



FOTO: a autora (2014).

5.5.3 Professor e o caso da Ponta Oeste

, A conversa informal com o Professor Eduardo Harder, Doutor em Direito pela UFPR e professor da mesma instituição (Setor Litoral) foi breve, mas bastante elucidativa. Sobre as dificuldades em manter as parcerias das instituições de ensino com as comunidades ele aponta a lógica produtivista da Universidade e as relações de poder que a permeiam onde muitas vezes as relações, recursos e fomentos atendem a projetos do Estado. Por outro lado, aponta que para não fazer parte desse lado hegemônico da Universidade é necessário um posicionamento em que a produção do conhecimento abrange também uma práxis através da ética, já que as “as nossas ações são valores de mundo, ética”. Neste sentido, se diferencia das ações de sindicatos e partidos, por exemplo, pois se coloca a discutir as relações de poder e não toma para si esse poder, o que ele nomeia de “nova hegemonia cultural”.

Acerca da sua trajetória até chegar na situação de agente político articulatório para a comunidade da Ponta Oeste, ele aponta que são fundamentais processos de experimentação: “se antes não deu muito certo,

então a gente experimenta”. Além disso, ele aponta que possui grande influência da Extensão na Universidade que possibilitou uma maior aproximação com a realidade e enfatiza a importância destes projetos. Questões pessoais também foram decisivas na sua formação como a valorização do estudo para sua família, o histórico familiar de refugiados da Guerra, o fato de sua mãe ser professora e trabalhar muito. Além disso, ele coloca que o dinheiro e bens materiais eram restritos e que ele foi o primeiro da família a chegar na Universidade. Esses valores familiares foram muito importantes em todo o processo.

Quando indagado acerca da situação dos pescadores do litoral do Paraná ele aponta que as identidades coletivas da Mata Atlântica não são visibilizadas como as da Amazônia, por exemplo, e que por isso a fala das comunidades não são transformadas em ações por parte dos órgãos ambientais. Em contrapartida, ele aponta que essa situação é complexa e que os próprios gestores das UCs são heterogêneos em seus ideais. Acerca da questão da identidade, ele aponta que a Universidade precisa ir além das heterodefinições e defende a autodefinição das comunidades. Neste sentido se questiona: difícil definir a situação dos pescadores, afinal o que são pescadores, quem são eles?

Sobre sua visão e relação com a Ponta Oeste ele aponta algumas questões como a negação da identidade coletiva pelo IAP que os coloca como invasores da área que vivem. Ele conta que o início desta relação se deu em um encontro sobre a Nova Cartografia Social coordenada pelo Professor Alfredo Wagner – UFAM, onde alguém o procurou e o avisou que uma moradora da Ponta Oeste sempre aparecia nas reuniões e encontros com uma pasta na mão com documentos e que solicitava ajuda para encontrar um Parecer. Neste Parecer, ele soube mais tarde, continha informações que afirmavam que a comunidade da Ponta Oeste era de nativos e não invasores, sobre esse fato ele relata “há muitos meses ela estava procurando o que os outros pensavam deles, definições de outros sobre eles mesmos. Sacada ótima a dela, eu nunca vi isso de alguém procurar a definição de outros sobre eles mesmos”.

Posteriormente, a articulação com a Ponta Oeste tem início através da modalidade disciplinar ICH (Interações Culturais Humanísticas) presente no curso de graduação da UFPR – Setor Litoral. Ele relata que teve a experiência

de aproximação com a comunidade. Dessa aproximação, através da percepção da invisibilidade da comunidade, veio a ideia e uma Audiência Pública no local. “Eles falam muito em metáfora, então um morador da comunidade falava que parecia que existia um muro ali na Ponta Oeste porque eles eram invisíveis, ninguém enxergava eles”. Desta audiência pública, pouca ação foi feita, mas “a palavra é importante, eles tinham tanta coisa engasgada”. Muitos outros encontros foram realizados entre a Universidade e a Ponta Oeste, tanto na comunidade como no campus. Aqui não se percebe a dimensão da importância que o professor teve na Ponta Oeste como articulador, porém, na fala das informantes da comunidade é evidente que todo esse processo aqui muito resumido foi essencial para eles no que se refere à visibilidade que hoje é maior.¹⁸

Os preceitos apontados pelo Professor para o trabalho na Ponta Oeste e outros semelhantes que unam a Universidade e as comunidades, o pesquisador e a práxis, são uma rede de colaboração para trabalhar com direitos humanos com instituições governamentais, como a EMATER e o Ministério Público. Além disso coloca como fator essencial a solidariedade, onde nem todo trabalho será remunerado financeiramente, a formação de redes entre as próprias comunidades e os agentes e por último, a apropriação do público pelo privado com cargos remunerados, segundo ele, desmonta a solidariedade e aponta que esses processos são advindos do processo de colonização.

As colocações do professor não nos deixam dúvida, a parceria entre as Universidades e as comunidades, apontadas por Gudynas (2011) neste trabalho, são fundamentais para a articulação de possíveis agentes políticos que possam auxiliar as comunidades nos processos de garantia de direitos. E que, segundo este relato, a condição fundamental para que isso ocorra parte de uma ética acadêmica e da solidariedade dos agentes envolvidos. Questões talvez tão importantes quanto à participação dos órgãos estatais nos processos jurídicos, evidenciando que os processos da luta pelos direitos humanos perpassam por

¹⁸ Para entender este processo, aqui resumido, de forma abrangente visitar a tese de doutorado do Professor Eduardo Harder intitulada “A Constitucionalização dos Direitos Culturais no Brasil e os Sentidos de uma Perspectiva Patrimonial”, realizada no Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

várias ações. Aqui, fica claro que a participação da Universidade pode ser muito satisfatória na prática, e não só na teoria.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos conflitos socioambientais puderam ser observados ao longo desta pesquisa como mostra a análise dos dados coletados. Os conflitos que parecem ser os mais pertinentes são acerca do controle sobre os recursos naturais. Estes se manifestam no litoral do Paraná de diferentes formas, seja pelos recursos em terra, pelos recursos em mar ou pela própria tentativa de desapropriação de terras em nome da conservação da natureza.

Em um primeiro momento, os argumentos utilizados pelos órgãos ambientais remontam à ideia da “natureza intocada” (DIEGUES, 2001), onde toda ação humana é diretamente associada à degradação dos habitats naturais, essa ideia é contestada pelas comunidades da Ponta Oeste e Guapicum e pelo MOPEAR. Com uma grande área preservada no entorno eles são impedidos de possuir roças ou de retirar madeira ou caça da mata. Neste sentido, deveriam se

estabelecer processos mais participativos, como previsto no arcabouço legal, que garantissem a real inserção das comunidades no processo de gestão. Desta forma, a sustentabilidade ecológica não pode se colocar em detrimento da social. Além disto, práticas tradicionais estão asseguradas pela legislação, como já descrito neste trabalho.

A questão da apropriação dos recursos do mar os conflitos se dá pela proibição de algumas práticas tradicionais, como o cerco fixo. Da mesma forma que a roça ou a caça, as comunidades indicam que essa técnica utilizada há muitas gerações não é predatória, como já relatado. Além disso, áreas de pesca também utilizadas há gerações, como o caso das Ilhas dos Currais utilizada por Barrancos e Guapê, são sobrepostas por áreas de preservação ambiental, limitando ainda mais a atividade da pesca. Esse fator aliado às leis ambientais de pesca levam aos sujeitos da pesquisa a serem criminalizados, assim, os processos de resistência passam a ser cotidianos, visualizados em pequenos delitos, ou seja, burlam a lei e sofrem duras consequências por isso, como a ação violenta por parte dos fiscais do IAP.

Essa criminalização das atividades tradicionais pesqueiras, a criação de normas, por si, não garante que os pescadores irão cumpri-las, nem que o objetivo da conservação da natureza será cumprido. Por outro lado, seus efeitos sociais perversos são bastantes visíveis, qual seja, o empobrecimento e a vulnerabilização das comunidades pesqueiras. Nesse sentido, torna-se clara a necessidade de elaboração de processos mais participativos, tendo em vista a ampla denúncia de processos arbitrários de estabelecimento das normas ambientais de gestão pesqueira e de conservação da natureza, como se torna muito perceptível na denúncia feita pelo MOPEAR no que diz respeito ao plano de manejo do PARNA de Superagui e das comunidades do Guapê e Barrancos em relação ao PARNA das Ilhas do Currais. Desta forma, as leis ambientais e pesqueiras poderiam ser feitas de forma participativa, incluindo as comunidades nas discussões e decisões. Assim, as atividades dos pescadores estariam garantidas, e não criminalizadas, e o manejo das espécies marinhas poderia ser melhor realizado.

As pressões sobre a ocupação da terra se apresentam para as comunidades de pescadores de duas maneiras, por um lado temos a legislação ambiental, como no caso de Guapê e Ponta Oeste, e por outro lado temos a especulação imobiliária por parte de empresas privadas como imobiliárias e pela omissão do Estado como ocorreu em Barrancos e ainda ocorre em Maciel.

No Guapê, o caso judicializado resolveu grande parte dos problemas, já que a área de restinga foi parcialmente desocupada e os pescadores puderam se reinstalar na própria comunidade. Porém, o que podemos observar é que toda a ação de resistência por parte dos moradores é que garantiu tais direitos. A ação do Estado através dos órgãos ambientais é simplesmente notificar a saída dos pescadores do local, sem nenhum tipo de acordo ou diálogo. Pela insistência da comunidade em resistir e pela ação subjetiva de um funcionário público é que conseguiram garantir os novos terrenos, porém com condições. Uma delas se apresenta na fala da informante 1 de Guapê, quando relata que tiveram que prometer que as casas seriam bonitas, de alvenaria, e que a comunidade não iria parecer uma “favela”. Além de terem que arcar sozinhos com o custo das novas casas, ainda tiveram que construir de uma forma imposta. Essas condições revelam uma ação subjetiva por parte do Estado, pela comoção de um funcionário público, o que nos faz refletir qual é o papel deste Estado nessas situações? Novamente enxergamos a falta de diálogo e acordo como premissa da ação dos órgãos ambientais. Como em outros casos relatados, não há participação alguma da população nas decisões que afetam diretamente a vida destas comunidades. Além disto, mesmo com todas as notificações recebidas e ocorrendo um trâmite de acordo para retirada das casas, os moradores ainda recebiam multas pelas mesmas, ou seja, a pressão que o órgão ambiental produziu neste caso foi desnecessária.

Já nos casos em que os conflitos sobre ocupação da terra se dá por empresas privadas como imobiliárias, a omissão do Estado aparece novamente. Em algumas comunidades, os pescadores afirmam que a prefeitura de Pontal do Paraná é “parceira” das imobiliárias e que nada fazem diante das denúncias de violência.

Acerca dos conflitos com relação a sobreposição de Unidades de Conservação em território ocupados tradicionalmente, esses podem ocorrer tanto em terra como aponta o MOPEAR, como em mar, como apontam Barrancos e Guapê sobre a criação do PARNA das Ilhas dos Currais. Novamente a falta de diálogo para a criação destas áreas e de seus planos de manejo por parte dos órgãos ambientais é evidente no discurso dos entrevistados, gerando invisibilidade às comunidades e suas práticas tradicionais.

Uma das indagações iniciais dessa pesquisa era se realmente haveria um conflito claro e processos de resistência por parte das populações pesqueiras do litoral frente aos projetos de desenvolvimento, como o portuário, por exemplo. Estes conflitos aparecem de três formas. A forma mais visível, mais palpável à nossa percepção é pelo acidente do Vicuña, já que foi um acidente de grande porte que mobilizou diversas esferas, inclusive a ambientalista. Esse acontecimento é lembrado por grande parte das comunidades afetadas quando indagadas sobre a atividade portuária da região principalmente porque receberam indenizações ou estão aguardando esse capital. Outro conflito também visível para a comunidade de Maciel é com o futuro Porto de Pontal que será construído em uma área muito próxima da comunidade. Neste local, os moradores sofrem constantes violências por parte de empresas privadas e com a omissão do Estado, que veem em suas terras a chance de lucrar pela especulação imobiliária. Nesta comunidade, os processos de resistência são ainda cotidianos, podendo vir a ser casos judicializados pela questão da posse das terras pelo usucapião, como já ocorreu com alguns moradores. Porém, há um conflito que não é tão visível no sentido de que seus impactos são gerados de forma mais silenciosa, digamos assim. A dragagem do Canal da Galheta, que dá acesso ao Porto de Paranaguá causa impactos ambientais que geram a diminuição dos recursos pesqueiros. Esses impactos são observados por todas as comunidades visitadas inseridas nas Baías de Paranaguá e Guaraqueçaba. Porém, neste caso, os processos de resistência são muito difíceis de acontecer e teriam que articular grande parte dessas comunidades isoladas de forma coletiva. Essa dificuldade transparece na fala de alguns informantes no sentido da dificuldade em se combater ações do governo federal. Como não há um sujeito, ou sujeitos claros que sejam responsáveis pela dragagem do canal, não

há quem se enfrentar. Desta forma, parece que os impactos gerados ficam explícitos apenas nas falas dos pescadores, eles não são, de fato, visíveis.

Sendo assim, os pescadores artesanais do litoral do Paraná estão no meio de uma disputa entre os projetos de desenvolvimento e a conservação da natureza, e são pressionados de ambos os lados.

A fiscalização realizada pelos órgãos ambientais na atividade tradicional do litoral do Paraná relatada nas falas das diversas comunidades estudadas nos leva a refletir quais as reais intenções das instituições ambientais. Se por um lado óbvio a intenção seja a conservação da natureza, por quais motivos as atividades portuárias como a dragagem do canal da Galheta ou a pesca industrial que muitas vezes realizam sua atividade nos mesmos locais que os pescadores artesanais não recebam tal incisão na fiscalização? Ou ainda, por que por um lado a construção e reforma de casas de veraneio e pousadas para o turismo em vilas da Ilha do Mel, como Encantadas, podem ser realizadas com uma pouca fiscalização e a mesma atividade é fiscalizada de forma incisiva e violenta em uma comunidade da mesma ilha, no caso a Ponta Oeste? A presente pesquisa nos traz essas indagações, porém não podemos afirmar quais as outras intenções por trás dessa fiscalização exagerada por parte do IAP e ICMBio.

Tendo em vista todos os conflitos que as populações pesqueiras têm que enfrentar, e toda a dificuldade encontrada por eles nos processos de resistência, podemos afirmar que esses sujeitos estão em posição de subalternos, seja pela ação do Estado ou de empresas privadas. Todo o projeto de desenvolvimento já aplicado no litoral paranaense, e os futuros, não levam em conta as práticas e o modo de vida dos pescadores artesanais. Além disso a falta de abertura ao diálogo por parte dos órgãos ambientais reflete em uma conservação da natureza frágil, já que não considera que as práticas e técnicas das comunidades, seja em terra ou em mar, podem contribuir para o manejo desses ecossistemas, e que a proibição feita dessa forma não condiz necessariamente que essas práticas ditas danosas, sejam realizadas.

Outro exemplo de que essa falha no diálogo com as comunidades fragiliza a conservação da natureza pode ser observado na fala de um integrante do MOPEAR quando ele revela que a partir da proibição do uso da terra para

extração de recursos naturais ou plantio de roças está esgotando os recursos pesqueiros, já que antes estas atividades eram realizadas de forma conjunta para assegurar alimento e renda das famílias. Além da falta de diálogo, esse cenário caracteriza uma apropriação dos conhecimentos por parte dos órgãos ambientais, porém de forma contrária a que se espera. Em vez de criminalizar as práticas, deveria ser realizado o diálogo para a conscientização acerca das mesmas para ambos os lados, tanto para os pescadores como para os órgãos no que diz respeito a seus possíveis impactos.

Pudemos observar que as comunidades e os movimentos sociais estão abertos ao diálogo. Nas reuniões que o Mosaico Lagamar promoveu, assim como outras reuniões realizadas pelos órgãos ambientais, as comunidades estavam presentes. Além disso, a importância da preservação ambiental é reconhecida por eles, porém a forma como são impostas as leis é que geram os conflitos. Muitos dos entrevistados apontam o cansaço e a dificuldade de estarem presentes nas reuniões, uma vez que eles já colocaram diversas vezes essas questões e que falta uma ação prática por parte dos órgãos ambientais que mude essa realidade conflituosa.

As mobilizações de resistência cotidianas são muito presentes em todas as comunidades visitadas, e aquelas que atingem a esfera pública através de casos judicializados requerem a participação de agentes políticos articulatórios. Sem exceção, todos os processos de resistência que remetem à Economia Moral de Thompson (1998) ou aos Movimentos Sociais tiveram a participação desses agentes em algum momento do processo, principalmente no entendimento das leis, na escrita de documentos legais e na própria relação que se estabelece com outras instâncias como o Ministério Público ou a Defensoria Pública, por exemplo. Desta forma, nos parece indispensável que para assegurar direitos destas comunidades é necessária uma articulação, assim como aponta Gudynas (2011), entre as comunidades, as universidades e o poder público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **ACSELRAD, H. (org.) Conflitos Ambientais no Brasil**. Ed. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. de. Prefácio. In: **SOUZA, R. M. de. (org.) Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil**. Editor Alfredo Wagner Berno de Almeida: Manaus, 2014.

ANDRIGUETTO FILHO J. M. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil**. Curitiba, 1999. 242 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

ANDRIGUETTO FILHO, J.M.; CHAVES, P.T.; SANTOS, C. & LIBERATI, S. 2006. Diagnóstico da Pesca no litoral do Estado do Paraná. In: **A pesca marinha**

e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. Victoria J. Isaac *et al.* Orgs. Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, 180p

ANDRIGUETTO-FILHO, J. M.; KRUL, R.; FEITOSA, S. Sustentabilidade e Manejo dos Sistemas de produção pesqueira no litoral do Paraná: uma análise Interdisciplinas. In: HAIMOVICI, M. (org.). **Sistemas pesqueiros marinhos e estuarinos do Brasil: caracterização e análise da sustentabilidade.** Ed. FURG. Rio Grande: 2011.

ANGULO, R. J. Variações na configuração da linha de costa no Paraná nas últimas quatro décadas. **Boletim Paranaense de Geociências**, Curitiba, 41: 52-72, 1993.

APPA, 2016. **Produção pesqueira no litoral do Paraná cresceu 11,7% em 2015.** Disponível em: <
<http://www.portosdoparana.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1543&tit=Producao-pesqueira-no-litoral-do-Parana-cresceu-117-em-2015>> Acesso em: 14/03/2016.

AZEVEDO, N. T. **Desenvolvimento e Meio Ambiente no litoral do Paraná.** 2015. Notas e quadros de aula.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. IN: BAUER, Martin W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

BELEI, R. A.; GIMENIZ-PASCHOAL, S. R.; NASCIMENTO, E. N.; MATSUMOTO, P. H. V. R. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**. Vol. 30, p. 187-199, jan/jun. Pelotas, 2008.

BIGARELLA, J. J. **A Serra do Mar e a porção oriental do Estado do Paraná.** Governo do Paraná, 1978.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 18/02/2016.

CANAVESE, D.; POLIDORO, M. Uma análise integrada de saúde e ambiente e o desenvolvimento do litoral do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. Hygeia, v. 9, n. 17, p. 1-18, dez, 2013

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social.** 2001. 143f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CASTELLS, M. Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede. In: **O Poder da Identidade**. Vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTREE, N.; HENDERSON, G. The Capitalist Mode of Conservation, Neoliberalism and the Ecology of Value. **New Proposals: Journal of Marxism and Interdisciplinary Inquiry**, Vol. 7, No. 1 (May 2014) Pp. 16-37.

CUNHA, L. H. O. Diálogo de saberes entre tradição e modernidade: ordens e desordens. **26 Reunião Brasileira de Antropologia**. Porto Seguro, Bahia: 2008.

CORTÉS, C. G.; RÍOS, F. T. Saberes Y Prácticas Pesquero-Artesanales: Cotidaneidades Y Desarrollo En Las Caletas De Guabún Y Puñihuil, Isla De Chiloé. **Revista de Antropología Chilena** Vol. 43 N. Especial 1, p. 589-605, 2011.

DEMO, P. **Pesquisa e avaliação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

DESCHAMPS, M.V. & KLEINKE, M.L.U. Os fluxos migratórios e as mudanças socioespaciais na ocupação contínua litorânea do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 99, p. 45-59, jul./dez. 2000.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. Ed. Ática: São Paulo, 1983.

_____. (org.) **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade No Brasil**. USP, MMA, CNPQ: São Paulo, 1999.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. Hucitec: São Paulo, 2001.

DUARTE, L. A.; VARELLA, M. C. Da sustentabilidade manifesta à dominação latente: cartografias participativas e conflitos territoriais. In: SOUZA (org.) **Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil**. Roberto Martins de Souza, Manaus: 2014

DUSSEL, E. 2005. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: E. LANDER (org.), **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, p. 55-70.

ESCOBAR, A. Una ecología de la diferencia: igualdad e conflicto en un mundo glocalizado. In: ESCOBAR, A. **Más allá del Tercer Mundo Globalización y Diferencia**. Universidad del Cauca. Colombia, 2005.

FERRETI, A. R., BORGES, C. R. S. & BRITEZ, R. M. de. **Os Estados da Mata Atlântica**: Paraná. [s.d.], p.58-76.

FOLADORI, G. **Controversias sobre Sustentabilidad**. La coevolución sociedad-naturaleza. Universidad Autónoma de Zacatecas. México, 2001.

FOLADORI, G.; PIERRI, N. (coord.) **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2005.

FUZETTI, L. **A pesca na Ilha do Mel (Paraná-Brasil): pescadores, atividades e recursos pesqueiros**. 2007.128f. Dissertação (Mestrado em Ciências

Biológicas) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.W. e GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002

GAZETA DO POVO. **Porto de Paranaguá recebe R\$ 394 milhões para dragagem**. 03/11/2015. Disponível em: <
<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/porto-de-paranagua-recebe-r-394-milhoes-para-dragagem-ajd4aidw0sk7qdi0bpzn92sqa>> Acesso em: 14/03/2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.) **Métodos de Pesquisa**. Ed. UFRGS. Porto Alegre: 2009.

GIRALDI-COSTA, A. C.; MURATA, A T. Conflitos socioambientais na criação de Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais. **Revista Hipótese**, v. 1, n.3, p. 48-63, 2015.

GÓES, L. M. **Conservação E Grandes Empreendimentos De Infraestrutura No Litoral Do Paraná: A Ferrovia Lapa-Paranaguá**. 2014. 122f. Dissertação (Mestrado) em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – MADE, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GOLDENDERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 4ª ed., 2004.

GUDYNAS, E. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas em América Latina: Una breve guía heterodoxa. In: LANG., M.; MOKRANI, D. (editoras). **Más allá del desarrollo**. Fundación Rosa Luxemburgo y Abya Yala, Quito: 2011.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. In: ROJAS, M. (coord.). **La medición del progreso y del bienestar. Propostas desde América Latina**. Foro Consultivo Científico y Tecnológico, AC, México: 2011.

GUSSO, D.; DREHMER, M.; OLIVEIRA, M. E. A DE.; PÉREZ, M. S. Comunidade de Pescadoras e Pescadores Artesanais Organizados – Processos de Rexistência na Vila do Superagui-PR. In: SOUZA (org.) **Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil**. Roberto Martins de Souza, Manaus: 2014

HARDER, E.; FREITAS A. E. C. Territórios Tradicionais e Conservação da Natureza: o caso da Ponta Oeste, Ilha do Mel. **7 Encontro Anual da ANDHEP – Direitos Humanos, Democracia e Diversidade**. Maio, 2012.

HOPWOOD, B., MELLOR, M., O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. In: **Sustainable development**, n.13, 2005, p.38-52.

IAP, 2012. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Mel**. Disponível em: <
http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Plano_de_Manejo/PE_Ilha_do_Mel/ccapa.pdf> Acesso em: 15/02/2016.

IBAMA, 1994. Portaria Ibama N° 135-N, 08 de dezembro de 1994. Disponível em: <
http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/1994/p_ibama_135_1994_revvd_regulamentaareasestuarinaslagunares_pr_revvd_p_ibama_12_2003.pdf> Acesso em: 18/02/2016.

IBGE, 2010. **Censo Demográfico Brasileiro 2010**. Disponível em: <
<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10/02/2016.

ICMBio, 2015. **Parna Marinho das Ilhas dos Currais**. Disponível em: <
<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/4126-parna-marinho-das-ilhas-dos-currais.html>> Acesso em: 10/07/2015.

ICMBio, 2016. **Parque Nacional do Superagui**. Disponível em: <
<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/unidades-abertas-a-visitacao/209-parque-nacional-do-superagui.html>> Acesso em: 15/02/2016.

ICMBio, 2016. **Estação Ecológica de Guaraqueçaba**. Disponível em: <
<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2252-esec-de-guaraquecaba.html>> Acesso em: 20/03/2016.

IPARDES. **Zoneamento do litoral paranaense**. 175p. Curitiba, 1989.

ITCG, 2011-2014. **Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Paraná**. Disponível em: <
<http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/ApresentacaoZEE/ApresentacaoZEE.pdf>> Acesso em: 14/03/2016.

KLANDERMANS, B. 1994. La construcción social de la protesta y los campos plurior-ganizativos. In: E. LARAÑA; J. GUNSFIELD (eds.), **Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad**. Madrid, CIS, p. 119-149.

LEFF, E. La Geopolítica de la Biodiversidad y el Desarrollo Sustentable: economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. En: **Seminário Internacional REG GEN: Alternativas Globalização** (8 al 13 de Octubre de 2005, Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil). Rio de Janeiro, Brasil UNESCO, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005.

_____. **Saber Ambiental**. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 2001.

_____. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação e Realidade**. N. 34 (3) set/dez, 2009.

LEFF, E.; ARGUETA, A.; BOEGE, E.; GONÇAVES, C. W. P. Mas allá del desarrollo sostenible: La construcción de una racionalidade ambiental para la sustentabilidade: uma visão desde América Latina. In: **La transición hacia el**

desarrollo sustentable. Perspectivas de América Latina y el Caribe. LEFF et al (org.). México: 2002.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de Estudo e de Ação Política. In: **A difícil sustentabilidade.** Política energética e conflitos ambientais. Bursztyn (org.). Garamond, Terra Mater, 2001.

MARCHIORO, N.P.X.. Mudança técnica e sustentabilidade dos sistemas agrários: o caso de Morretes. In: NEGRELLE, R.R.B.; LIMA, R.E.. **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná:** subsídios à ação. Curitiba: Editora Nimad – UFPR, 2002a.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, vol. IX, n. 1. Jan/jun, 2005.

MEDEIROS, R. & YOUNG, C. E. F. **Projeto Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional:** Relatório final. Brasília: UNEP-WCMC, 120p. 2011.

MIGNOLO, W. D. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGUEL, L.A. **Formation, évolution et transformation d'un système agraire dans le sud du Brésil (littoral nord de l'État du Paraná): une paysannerie face à une politique de protection de l'environnement : "Chronique d'une mort annoncée?"**. Tese de Doutorado (313 p.), Institut National Agronomique Paris - Grignon, Paris, 1997.

MONTENEGRO, J. Nas tramas da construção de uma rede de povos e comunidades tradicionais no Paraná e Santa Catarina: histórias de sempre, histórias de hoje. In: **SOUZA, R. M. de. (org.) Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil.** Editor Alfredo Wagner Berno de Almeida. Manaus, 2014.

MORAES, A.C.R. Beira do mar, lugar comum? A valorização e a valoração dos espaços litorâneos. IN: MORAES, A.C.R. **Contribuições para a gestão da zona costeira no Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007, p.17-54.

NOERBERG, M. A.; ANGELOTTI, R.; CALDEIRA, G. A.; RIBEIRO DE SOUZA, A. F. Determinação da sensibilidade do litoral paranaense à contaminação por óleo. **Braz. J. Aquat. Sci. Technol.** vol. 12, n. 2, p. 49-59, 2008.

OLIVEIRA E SILVA, J. **Efeitos dos avanços urbano-turísticos e portuário em comunidades pesqueiras de Pontal do Paraná – PR.** Monografia (121 p.). Universidade Federal do Paraná. Pontal do Paraná, 2006.

PARANÁ (Estado). **A vegetação natural do Paraná:** considerações fitogeográficas. [s.d.]. P.16-31. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/amnorte/arquivos/File/Equipe%20de%20Ensino/Geografia/Atlas_Floretal/7.pdf> Acesso em: 20.02.2015.

PIERRI, N. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 8. Curitiba: Editora UFPR, 2003

PIERRI, N.; ÂNGULO, R. J.; SOUZA, M. C.; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio ambiente**. n. 13, p. 137-186, 2006.

PNUD, 2010. **Atlas do Desenvolvimento dos Municípios**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios> Acesso em: 13/01/2016.

PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 1983-1994, 2009.

QUIJANO, A. Conolialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales**. Perspectivas Latinoamericanas. Edgardo Lander (comp.). CLACSO, Buenos Aires: 2000.

_____. **Cuestiones y horizontes**. Antología Esencial de la dependência historico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. CLACSO, Buenos Aires: 2014

SAMPAIO, R. **Uso balneário, apropriação do espaço e meio ambiente em Pontal do Paraná, litoral paranaense**. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

SANTOS, G. S. **Biomonitoramento das baías de Guaratuba e Paranaguá através de biomarcadores de contaminação ambiental**. Dissertação (120 p.) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

SCOTT, J. C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 217-243, 2011.

SEAB, 2015 **Piscicultura. Análise da conjuntura**. Disponível em: http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/2016/pesca_e_aquicultura_2016.pdf Acesso em: 14/03/2016.

SEMA. **Subsídios ao Ordenamento das Áreas Estuarina e Costeira do Paraná**: Projeto Gestão Integrada da Zona Costeira do Paraná com ênfase na Área Marinha. Curitiba: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2006.

SHERER-WARREN, I. Movimentos Sociais e Pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**. Vol 46, n. 1, p. 18-27. Jan-abr, 2010.

SNUC, 2000. **Categorias de UCs**. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/o-snuc/categorias-de-ucs>> Acesso em: 15/02/2016.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em Unidade de Conservação: a “naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, n. 59. Out., 2005.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Companhia das Letras. São Paulo: 1998.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural**. La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. ICARIA EDITORIAL, Barcelona: 2008.

TROPPEMAIR, H. Perfil fitoecológico do Estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, Universidade Estadual de Londrina, n.1, p.67-83. 1990.

VANDRESEN, J. C.; BUTI, R. P.; SOUZA, R. M. de. Narrativa sobre a sistematização das experiências da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais. In: SOUZA, R. M. de. (org.). **Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil**. Roberto Martins de Souza, Manaus: 20014.

VIVEKANANDA, G. **Parque Nacional do Superagui: a presença humana e os objetivos de conservação**. Dissertação (130 p.). Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, 2001.

VIOLA RECASENS, A. Usos y abusos del concepto de resistencia. Un balance crítico del debate en torno a la obra de James Scott. In: LAVINA, J.; OROBITG, G. (coord.) **Resistencia y territorialidade. Culturas indígenas y afroamericana**. Barcelona, 2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento de conflitos ambientais. Um novo campo de investigação. In: **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1 – Questionário 1 – Informantes-chave das comunidades pesqueiras

QUESTIONÁRIO 1 – INFORMANTES-CHAVE DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS

DATA ____/____/____

LOCAL: _____

BLOCO 1 - INFORMAÇÕES SOBRE O ENTREVISTADO

Nome	
------	--

Idade	
Naturalidade	
Comunidade atual	
Outros locais onde morou	
Estado civil	
Escolaridade	
Profissão/atividade	
Profissão/atividade anterior	
Telefone/contato	
Anonimato	() Sim () Não

BLOCO 2 – CARACTERIZAÇÃO DO HISTÓRICO E SITUAÇÃO DA COMUNIDADE/VILA

Qual a origem da comunidade? Como ela foi formada?

Quantas casas tem a comunidade?

Quais infraestruturas há na comunidade? Quais faltam? (água, luz, saneamento, coleta de lixo, etc)

Quantos moradores tem na comunidade? Quantos são homens? E quantas mulheres? E quantos são pescadores e pescadoras?

A população já foi maior ou menor? Houve mudanças? Se sim, devido ao que?

Quais as principais fontes de renda das famílias da comunidade?

Quais são as atividades pesqueiras realizadas? Houve mudanças ao longo do tempo?

Todos os pescadores possuem sua embarcação ou apetrechos de pesca? Se não, como é feita a organização entre os pescadores?

Na sua visão, como é a situação da renda das famílias da sua comunidade? É suficiente?

BLOCO 3 – CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS CONFLITOS/AMEAÇAS SOFRIDOS PELA COMUNIDADE/VILA E SUA PERCEPÇÃO ACERCA DESTES

- Quais os principais problemas enfrentados pela comunidade, em geral?
- Quais os problemas enfrentados pelos pescadores?
- O que você sabe ou conhece sobre as leis de proteção ambiental da região?

- Você conhece os órgãos ambientais que atuam na região? O que você acha da atuação deles?
- Você acha que elas trouxeram mudanças nas atividades da comunidade? Quais?
- O que vocês sabem sobre as áreas de aquicultura que estão sendo cedidas pelo Ministério da Pesca? Acha que tem algum impacto sobre os pescadores?
- Já ouviram falar sobre os planos de expansão dos portos e de novos empreendimentos? Já ouviram falar do Porto de Pontal? E da poligonal? O que pensam sobre isso? Acha que pode afetar os pescadores artesanais?

BLOCO 4 – FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE/VILA

- Existe algum tipo associação na comunidade? Se sim quando foi criada e com quais objetivos? Como é a participação da comunidade?
- Vocês fazem algum tipo de reunião dentro da comunidade para discutir os problemas apontados?
- Vocês se reúnem com outras comunidades para discutir esses possíveis problemas comuns?
- A comunidade participa de reuniões (conselhos, prefeituras, etc) pra discutir esses problemas? Quem vai? O que é discutido lá é trazido para a comunidade?
- Quais as principais reivindicações dos pescadores hoje na comunidade?
- Em relação às leis/proibições ambientais existe alguma reivindicação particular?
- E em relação a esses empreendimentos como portos que chegarão na região? Acha que causam algum impacto (citar dragagem)?
- Teve ou tem alguma organização ou atividade da sua comunidade (ou de parte dela) para fazer essas reivindicações?
- Teve ou tem algum processo de organização na sua comunidade que já conseguiu assegurar algum direito que estava sendo ameaçado? Como foi esse processo?
- Qual (s) e como foi? Conseguiram algum retorno ou alcançar algum êxito?
- Você já ouviu falar sobre o Mopear ou MPP? Se sim, você acha importante esses movimentos para a sua atividade?
- Há participação da comunidade nos movimentos sociais que envolve a questão dos pescadores artesanais? Qual a importância dessa participação?
- O que você pensa sobre a organização coletiva dos pescadores? Acha que é importante?

BLOCO 5 – PERSPECTIVAS FUTURAS

- Como você vê o futuro da sua comunidade?
- Como você gostaria que fosse o futuro da sua comunidade?
- Vocês têm algum plano ou estão se organizando de alguma forma para alcançar esses objetivos?

ANEXO II – Questionário 2 – Mediadores Sociopolíticos

QUESTIONÁRIO 2 – MEDIADORES SOCIOPOLÍTICOS

DATA ____/____/____

LOCAL: _____

BLOCO 1 - INFORMAÇÕES SOBRE O ENTREVISTADO

Nome	
Idade	

Naturalidade	
Município	
Instituição	
Estado civil	
Escolaridade	
Profissão/atividade	
Movimento Social	
Telefone/contato	
Anonimato	() Sim () Não

BLOCO 2 – HISTÓRICO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E AÇÃO DOS AGENTES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

- Como foram os primeiros contatos com os então líderes do movimento e as comunidades/grupos que hoje formam o movimento?
- Quais as dificuldades encontradas para a formação do movimento nestes grupos/comunidades?
- Quais conflitos foram observados como casos-chave para a formação do movimento?
- Quais mudanças você enxerga nos líderes durante o processo de politização e organização?
- E nas comunidades/grupos?

BLOCO 3 – PERSPECTIVAS FUTURAS

- Como você vê o futuro do movimento?
- Quais suas perspectivas em relação à sua participação futura nos processos?
- Em relação aos conflitos que geraram a necessidade da formação do movimento, como você enxerga essa disputa de poder no futuro?
- Você considera que o movimento trará mais conquistas?